

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO-PR)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Regiane Maneira

**NARRATIVAS SOBRE A PRAGA DE GAFANHOTOS NAS LOCALIDADES DE
FAXINAL DO RIO DO COURO, FAXINAL DOS MELLOES E RIO DO COURO:
IRATI-PR, DÉCADA DE 1940**

IRATI (PR), 2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO-PR)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Regiane Maneira

**NARRATIVAS SOBRE A PRAGA DE GAFANHOTOS NAS LOCALIDADES DE
FAXINAL DO RIO DO COURO, FAXINAL DOS MELLOES E RIO DO COURO:
IRATI-PR, DÉCADA DE 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Hélio Sochodolak

IRATI (PR), 2014

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

M274n MANEIRA, Regiane
Narrativas sobre a praga de gafanhotos nas localidades de Faxinal do
Rio do Couro, Faxinal dos Mellos e Rio do Couro: Irati, PR década de 1940
/ Regiane Maneira. -- Irati, PR : [s.n], 2014.
149f.

Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em História – Universidade
Estadual do Centro - Oeste, PR.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Hélio Sochodolak

1. HISTÓRIA. 2. PRÁTICAS CULTURAIS. 3. GAFANHOTO I.
SOCHODOLAK, HÉLIO. II. UNICENTRO. III. TÍTULO

CDD 20^a ed. 632.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH



TERMO DE APROVAÇÃO

Regiane Maneira

“Narrativas sobre a infestação de gafanhotos nas localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos: Irati-PR, década de 1940”

Dissertação aprovada em 20/11/2013, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr^a Lucia Helena Oliveira Silva
Universidade Estadual Paulista
Titular

Dr. Valter Martins
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. Helio Sochodolak
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2013

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, por suas valiosas leituras e discussões.

Aos professores Valter Martins (UNICENTRO) e Lúcia Helena de Oliveira Silva (UNESP) por, gentilmente, aceitarem fazer parte da banca de qualificação e defesa. Por suas leituras atenciosas, suas correções, sugestões e apontamentos.

Ao professor, orientador e amigo Hélio Sochodolak. Por toda sua contribuição nesta pesquisa, desde o momento em que era apenas um projeto de Iniciação Científica, um trabalho de conclusão de curso e agora uma dissertação. Agradeço por suas leituras cuidadosas, correções, indicações de leitura e suas palavras de apoio e incentivo.

Aos entrevistados: Clara Specht, Jeronimo Maneira Primo, Dirce de Mello Garzuze, Magdalena Berger, Alvindo Leme, Batista Fracaro, Alzira Bonki e Ladislau Bonki (*in memoriam*). Por deixarem suas atividades de lado e despenderem um pouquinho de seu tempo para me receberem em suas casas, sempre com a maior paciência e carinho. Por compartilharem suas vivências, suas histórias, suas memórias.

Ao pesquisador Horácio Martins de Carvalho, que gentilmente, através da troca de e-mails, enviou-nos seu trabalho, o qual foi de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas do mestrado, por suas valiosas contribuições.

Às pessoas que sempre estiveram ao meu lado, dando apoio e incentivo incondicionais. Meu pai Evandro, minha mãe Araci, meu irmão Romildo e minha madrinha Dete. Obrigada pela compreensão, paciência e carinho que sempre recebi de vocês.

À minha querida prima e amiga Luciane, que sempre esteve ao meu lado sabendo, pacientemente, ouvir minhas intermináveis discussões sobre faxinal e gafanhotos. Obrigada pela paciência e companheirismo.

E, acima de tudo, agradeço a Deus.

Aquele ano foi um ano de crise, mas de crise mesmo, eu me lembro, foi em 1946, chegaram era umas quatro horas da tarde, mais ou menos, quatro e meia, aquilo tapava o sol quando eles vinham...aquela nuvem veio do ar e foi baixando. Meu Deus do céu e da terra!

Jeronimo Maneira Primo

RESUMO

O “faxinal” é considerado uma prática cultural encontrada no centro-sul do estado do Paraná, em que as terras são divididas em terras de plantar e terras de criar. Apesar de ter sido uma prática comum nessa região, manifestações, práticas, crenças e simbologias dessa cultura, ainda são pouco estudadas e/ou conhecidas. Este trabalho busca identificar como eram as práticas culturais desses moradores nos anos que antecederam a infestação de gafanhotos, ocorrida no final da década de 1940, mais especificamente em 1946, bem como os significados atribuídos à chegada desses insetos nas localidades de Faxinal do Rio do Couro, Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, as quais situam-se na zona rural no município de Irati-PR. Ainda, procuramos fazer alguns apontamentos de como determinadas práticas culturais foram “reconfiguradas” pelos moradores após a destruição das lavouras pelos gafanhotos. A metodologia utilizada consistiu na análise de entrevistas, que foram feitas com moradores do Faxinal do Rio do Couro, Faxinal dos Mellos e Rio do Couro que presenciaram a infestação de gafanhotos. Outras fontes também utilizadas foram ofícios, mensagens de governo, notícias de jornais, telegramas e fotografias que fazem referência a esse evento. Como fundamento teórico utilizamos alguns conceitos de Michel de Certeau, tais como “prática” e “conveniência” no sentido de perceber como o cotidiano desses moradores foi reinventado durante a ocorrência dos gafanhotos e a relação de conveniência que se estabeleceram.

Palavras-chave: Infestação de gafanhotos; Práticas culturais; “Faxinal”; Irati-PR.

ABSTRACT

The " faxinal " is considered a cultural practice found in central - southern state of Paraná , in which the land is divided into land and land planted to create. Although it was a common practice in this region , demonstrations , practices , beliefs and symbols of that culture , are still poorly studied and / or known . This worked were designed to identify the cultural practices of those residents in the years before the infestation of locusts that occurred in the late 1940s , specifically in 1946 , as well as the meanings attributed to the arrival of these insects in the localities of Faxinal do Rio do Couro, Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, which are located in rural areas in the municipality of Irati - PR . Still , we make some notes on how certain cultural practices were " reconfigured " by the locals after the destruction of crops by locusts . The methodology used in the analysis consisted of interviews , which were made with residents of the Faxinal do Rio do Couro, Rio do Couro e Faxinal dos Mellos witnessed the infestation of locusts . Other sources were also used letters , e-government, newspaper reports , telegrams and photographs that reference this event . As a theoretical framework used some concepts of Michel de Certeau , such as " practical " and " convenience " in order to understand how the daily life of these residents was reinvented during the occurrence of locusts and the relationship of convenience that settled .

Keywords:Infestation of locusts ; Cultural practices ; " Faxinal " ; Irati - PR .

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- LOCALIZAÇÃO DE IRATI NO ESTADO DO PARANÁ	18
MAPA 2 - LOCALIDADES DA ZONA RURAL DE IRATI-PR.....	20
MAPA 3 – LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE IRATI-PR	56
MAPA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS FAXINAIS NO PARANÁ EM 2005	59
MAPA 5 – LOCALIDADES DA ZONA RURAL DE IRATI	63
MAPA 6 – INFESTAÇÃO DE GAFANHOTOS NO PARANÁ	95
MAPA 7 -“PLANO DE COMBATE” AOS GAFANHOTOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1948	113
MAPA 8 – ESQUEMA DE COMBATE À PESTE SUÍNA NO PARANÁ – 1948.....	131

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIDADES QUE SE ORGANIZAVAM ENQUANTO FAXINAL	17
FIGURA 2 – DESOVA DOS GAFANHOTOS	117
FIGURA 3 – “PEGA SALTÕES”	120

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – MORADORES REUNIDOS EM UM “PIXIRUM”	83
FOTO 2 – “PIXIRUM” NA LOCALIDADE DO RIO DO COURO (DÉCADA DE 1960)	83
FOTO 3 – ALMOÇO EM DIA DE “PIXIRUM” (DÉCADA DE 1960)	84
FOTO 4 – “MAIANÇA” DE TRIGO NA LOCALIDADE DE FAXINAL DOS MELLOS (SEM DATA)	85
FOTO 5 – PROCISSÃO NA LOCALIDADE DE RIO DO COURO (DÉCADA DE 1970)	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO NO “FAXINAL”	57
TEBELA 2 – PRODUTOS EXPORTADOS EM IRATI EM 1935	76
TABELA 3 – EXPORTAÇÃO DE BATATA-INGLESA ENTRE OS ANOS DE 1942-1948	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARESUR – Área Especial de Uso Regulamentado

IAPAR - Instituto de Pesquisas Agronômicas do Paraná

IBPT – Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas

PSC – Peste Suína Clássica

SCBC – Serviço de combate à broca do café

SEECRA - Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. “O FAXINAL”: ENTRE CONCEITOS E SIGNIFICAÇÕES	
1.1 O “faxinal”: polissemia de sentidos	28
2. OS ESTUDOS SOBRE OS “FAXINAIS” E O “CRIADOR”	
2.1. Os faxinais e a produção acadêmica	51
2.2. Os “faxinais” de Irati-Pr.....	55
2.3. A formação do “criador”	62
2.4. Os "caboclos" e o "criador".....	70
3. OS GAFANHOTOS E O "CRIADOR"	
3.1. As práticas de sobrevivência no "criador" antes dos gafanhotos	76
3.2. As práticas de sobrevivência no "criador" antes dos gafanhotos	93
3.3. . As fontes impressas: histórias sobre infestações de gafanhotos.	98
3.4. " <i>Aquela nuvem veio do ar e foi baixando</i> ": memórias sobre a infestação de gafanhotos no "criador"	103
4. COMBATENDO A PRAGA, (RE) INVENTANDO O COTIDIANO: OS SIGNIFICADOS DA INFESTAÇÃO DE GAFANHOTOS NO “CRIADOR”	
4.1. Entre latas, benzedeiiras e lança-chamas: o combate aos gafanhotos	111
4.2. A praga dos gafanhotos e seus significados	123
4.3. A praga atraiu a peste: a mortandade de animais no "criador".....	129
4.4. Depois da praga, depois da peste: a (re) invenção do "criador".....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
FONTES	142
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

O “faxinal”, considerado como um sistema tradicional de uso coletivo da terra, já foi algo bastante comum na região centro-sul do estado do Paraná¹. Apesar disso, ainda é pouco conhecido e não possui uma grande representatividade na historiografia paranaense. As manifestações, práticas, crenças e simbologias da cultura dos “faxinais”, ou melhor, das culturas dos “faxinais”², ainda são pouco estudadas e/ou conhecidas.

Apesar da presença comum dos “faxinais” no Centro-Sul do Paraná, essas formas de organização também podem ser encontradas no Estado de Santa Catarina, mais precisamente no Planalto Norte Catarinense. Nessa área, Roberto Martins de Souza³, apontou para a presença de aproximadamente de 70 “faxinais”, porém não há estudos aprofundados sobre essas localidades.

Sistema semelhante ao “faxinal” também pode ser encontrado no estado da Bahia, os chamados “fundos de pasto”. Nesse sistema são criados caprinos e ovinos em um regime comum. Essa organização teria surgido no século XVIII, “...quando os donos das duas das grandes sesmarias, que cortavam a Bahia do Litoral até o Rio São Francisco, começaram a abandonar as fazendas de gado que se localizavam no sertão...”⁴.

No sistema Fundo de Pasto

as propriedades coletivas têm como atividade econômica principal o pastoreio extensivo e/ou semi-extensivo de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) e de bovinos sem raça definida (SRD) com direito de uso comum da pastagem nativa, a caatinga e, secundariamente é praticada nessas áreas uma agricultura de subsistência em roças de sequeira individuais, com a constante incerteza de boa colheita, haja vista as estiagens cíclicas.⁵

¹ Cf. MEIRA, Antonio M. K.; VANDRESEN, J. C. [et al]. Mapeamento situacional dos faxinais do Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 113-132. Nesta pesquisa os autores dedicam um capítulo para mapear os “faxinais” do estado do Paraná, dentre eles, os pertencentes à microrregião de Irati, correspondendo aos municípios de Irati, Rio Azul, Rebouças e Mallet. Segundo os autores, na microrregião de Irati foram identificados 37 “faxinais”, destacando-se Rebouças com 15 e Irati com 14 “faxinais”.

² Preferimos nos utilizar do termo culturas de “faxinais” no sentido de chamar a atenção para a heterogeneidade cultural que existe nesses espaços. Cada “faxinal” possui características específicas, peculiaridades, que são próprias de cada localidade e que não podem ser negligenciadas pelo pesquisador.

³ SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 29-89.

⁴ TORRES, Paulo Rosa. *Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos no semiárido baiano (1980 - 2010)*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial e desenvolvimento social) Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2011.

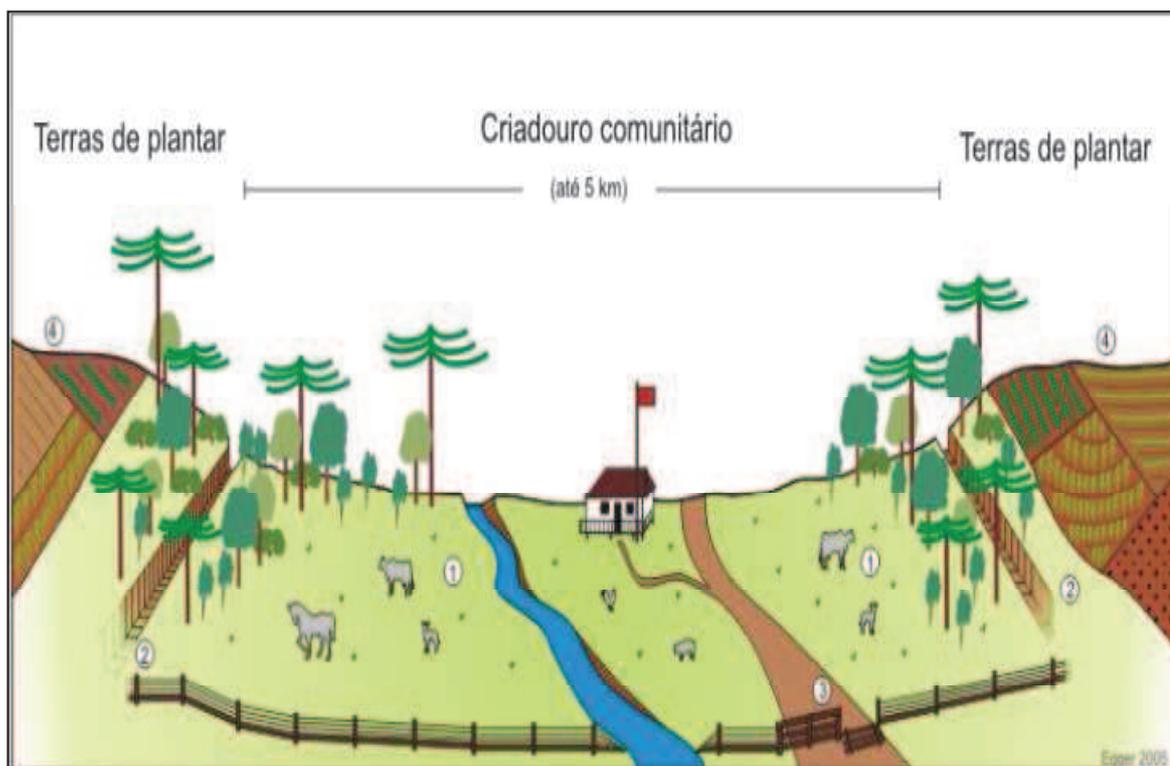
⁵ CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). O fundo de pasto que queremos: política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto baianos. Salvador: CAR, abr. 2003. *Apud*: SANTOS, Diana Anunciação. *Da*

A semelhança dos “fundos de pasto” com os “faxinais” se deve principalmente à existência de uma área comum para a criação de animais em regime extensivo. No faxinal, as terras estão, de maneira geral, divididas em duas partes: as áreas de criar e as de plantar. Essas terras são usadas para a criação de animais e a prática da agricultura, respectivamente.

As terras de criar, também chamadas de criadouro comunitário ou criador, são as áreas utilizadas, de forma comum, para a criação de animais de diferentes espécies, como bovinos, caprinos, equinos, muares e, principalmente, os suínos. Apesar de essa área ser usada de maneira comum, a propriedade das terras é privada e somente seus proprietários podem extrair a erva-mate. As terras de criar são delimitadas por uma cerca construída coletivamente pelos moradores, sendo que cada família é responsável pela manutenção de determinado trecho dessa cerca, impedindo, assim, que os animais ultrapassem essa barreira e acabem adentrando as terras de plantar. As terras de plantar, localizadas fora do espaço destinado para a criação de animais, são utilizadas para a prática da agricultura, onde são cultivados gêneros alimentícios como feijão, arroz, milho, trigo, os quais são destinados, em sua maioria, para o consumo das próprias famílias. Contudo, esse cenário acabou se transformando, e hoje muitas famílias cultivam fumo e soja somente para a comercialização.

migração a permanência: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008. Disponível em: http://www.nuclearufba.org/files/dissertacao_diana_anuncicao_santos.pdf
Acesso 12/02/13.

Figura 1 – Esquema da organização no “faxinal”



- 1 – Espaço do criadouro de uso comum (residências, pastagens, mata com Araucária e criações)
- 2 – Limite entre o criadouro de uso comum e as terras de plantar (cercas e valos)
- 3 – Estradas que atravessam o criadouro (porteiras e mata-burros)
- 4 - Terras de plantar (milho, feijão e outros gêneros)

Fonte: 1º ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS. *Anais*. Irati-Pr, agosto/2005. Disponível em: <http://redefaxinal.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/anaisfaxinais.pdf> Acesso em 02/01/2013

No município de Irati, Estado do Paraná (**Mapa 1**) em um estudo realizado em 2009, foram catalogados 14 (quatorze) “faxinais”⁶, número significativo se comparado ao total de localidades existentes. Apesar disso, os estudos sobre essas localidades são poucos, principalmente no âmbito da História.

⁶ Pirapó, Faxinal dos Mellos, Faxinal do Rio do Couro, Rio do Couro, Cachoeira do Palmital, Cadeado Grande, Cadeado Santana, Itapará, Monjolo, Faxinal dos Antonios, Rio Corrente, Campina do Guamirim, Pedra Preta, Rio Preto e Pinho de Baixo. Cf. MEIRA, Antonio M. K.; VANDRESEN, J. C. [et al]. *Mapeamento situacional dos faxinais do Paraná*. Op. Cit. p. 120-121.

Mapa1: Localização de Irati no estado do Paraná



Fonte: MAZZA, Carlos Alberto da Silva; SANTOS, José Eduardo [et.al]. *Caracterização ambiental dos componentes estruturais da paisagem do município de Irati-Pr*. Boletim de pesquisa e desenvolvimento. Colombo: Embrapa, 2005. p.10

Em 2006, foi criado na Universidade Estadual do Centro-Oeste – campus de Irati o “Laboratório de História e Cultura dos Faxinais”, no qual além de serem produzidos trabalhos acadêmicos sobre esse tema, também são realizadas entrevistas com os moradores das localidades consideradas como “faxinais”, confeccionando assim uma importante documentação para se pesquisar esse modo de vida. Contudo, os “faxinais” abordados, em sua maioria, são de outros municípios e não os de Irati.

Em um estudo realizado por Edivaldo Lopez Thomaz, intitulado “Sistema Faxinal: pesquisa na UNICENTRO e perspectiva de estudos ambientais”, no qual o autor pesquisou a produção acadêmica sobre os “faxinais” na Universidade Estadual do Centro-Oeste, verificou-se que em 2007 apenas 9 (nove) trabalhos foram publicados sobre a temática. Já entre 2008 e 2011, esse número subiu para 31 (trinta e um) trabalhos. Thomaz ainda constatou, a partir da análise da plataforma Lattes, que na UNICENTRO haviam 13 pesquisadores até 2011 que tomavam o

“faxinal” como objeto de estudo. Destes, 38,5% eram da área de História, 15,5% Engenharia Florestal e 46% da Geografia.⁷

Essa pesquisa indica que o estudo sobre os “faxinais” teve um crescimento considerável ao longo de alguns anos. Contudo, essa temática ainda carece de pesquisas, principalmente no município de Irati-PR, que apesar de possuir um considerável número de localidades que organizavam-se a partir do criadouro comunitário, os estudos sobre essa temática são, praticamente, inexistentes.

A presente tem como objetivos analisar e compreender historicamente as narrativas dos moradores de algumas localidades da zona rural de Irati-Pr — Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos — sobre uma infestação de gafanhotos nelas ocorrida no final da década de 1940, a fim de adentrarmos na esfera das práticas e significações desses sujeitos. Isso porque, a infestação de gafanhotos destruiu as lavouras dos moradores, que era uma de suas principais formas de subsistência, fazendo com que essas pessoas passassem por um período de dificuldades devido à escassez de alimentos. Afinal, como os moradores conseguiram sobreviver após a destruição das lavouras que era um dos principais meios de sua subsistência?

Buscamos identificar como eram as práticas culturais desses moradores nos anos que antecederam a infestação de gafanhotos e os significados atribuídos à chegada desses insetos nessas localidades. Ainda, procuramos fazer alguns apontamentos de como determinadas práticas culturais foram “reconfiguradas” pelos moradores após a destruição das lavouras pelos gafanhotos.

Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos localizam-se no município de Irati, região Centro-Sul do estado do Paraná. Seus moradores, maioria de descendência italiana, vivem da agricultura com o plantio de milho, feijão, soja e, principalmente, o tabaco. Essas três localidades organizavam-se em um único criadouro comunitário até 2003. Nesse ano os moradores de Rio do Couro se reuniram no Pavilhão da Capela São Sebastião dessa mesma localidade e decidiram não mais criar animais a solta no criadouro.⁸ Mesmo assim as localidades de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos continuaram se organizando a partir do criadouro comunitário.

⁷ THOMAZ, Edivaldo Lopes. Sistema Faxinal: pesquisa na UNICENTRO e perspectiva de estudos ambientais. Revista *Terra Plural*, Ponta Grossa, v. 5, nº 2, p.199-212, jul./dez. 2011.

⁸ Cf. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SÃO SEBASTIÃO E SÃO FRANCISCO DE RIO DO COURO. *Ata nº 35*, 2003.

Chang, “faxinal” seria uma terminologia dada para um tipo de vegetação¹⁰, já para Nerone, além de designar a mata, esse conceito também refere-se ao criadouro comum ou propriedade coletiva.¹¹

Se utilizássemos esse conceito, poderíamos denominar os locais que realizamos nossa pesquisa enquanto “faxinais” ou “sistema faxinal”, haja vista que possuíam um espaço comum para a criação de animais, ou seja, um criadouro comunitário. Contudo, percebemos que os moradores das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, nomeiam o “faxinal” de forma diferente. Para esses moradores o espaço onde residem não é configurado enquanto um “faxinal”, mas sim um “criador”¹².

Acreditamos que, se referir a essas três localidades enquanto “faxinal” é utilizar um conceito que não corresponde à forma como os moradores dessas localidades significam suas práticas culturais. Isso demonstra que os conceitos que são construídos nem sempre dão conta de abordar todas as particularidades que determinadas realidades apresentavam/apresentam.

Segundo Nietzsche todo o conceito desconsidera o individual.

Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial.¹³

Assim, chamar as localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos como “faxinais” seria estar “igualando o desigual”, haja vista que os moradores se referem à sua prática de criar animais à solta enquanto “criador” e não como “faxinal”. E mais ainda, cada localidade, mesmo se organizando a partir de um espaço comum para criar animais, possui particularidades/especificidades que necessitam ser estudadas enquanto tais.

¹⁰ CHANG, M. Y. *Faxinais: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná*. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988. p. 13.

¹¹ NERONE, Maria M. Op. Cit. p. 83.

¹² O “criador” a que os moradores se referem, está relacionado às áreas de criações e residências. Esse termo não abrange as áreas de plantar, as quais são denominadas de “roças”.

¹³ NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: ———— *Obras Incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 56.

Cada localidade que se organiza enquanto “faxinal” possui suas características culturais próprias.¹⁴ Alguns “faxinais” receberam a influência de grupos étnicos como imigrantes ucranianos, outros a influência de poloneses, outros de italianos (como é o caso das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos), outros dos caboclos, enfim, cada “faxinal” possui uma formação diferenciada e, portanto, características culturais próprias. E mais ainda, cada localidade está moldada de diferentes formas pelas “práticas inventivas” dos moradores, que estão a cada momento transformando os “lugares”, criando “espaços”. Dessa forma, pensamos o “faxinal” não como algo estático, mas modificável, com “fronteiras” moveáveis.

Essas especificidades que cada grupo possui não podem ser negligenciadas pelo pesquisador, haja vista que são essas características que tornam cada “faxinal” único. Assim, acreditamos não existir uma cultura dos “faxinais”, mas sim culturas, ou então “híbridos culturais”¹⁵.

Levando em consideração essas questões buscamos, no primeiro capítulo, analisar os sentidos e significados que o “faxinal” possuía e ainda possui. Para isso nos utilizamos de duas escrituras de compra e venda de terras datadas no início da década de 1940, as quais nos permitem perceber que “fachinal”¹⁶,” nesse período, estava relacionado a um imóvel rural no qual havia a presença da mata nativa e que não era utilizado para a agricultura.

Outro documento que faz menção ao “faxinal” é a lei nº 288 sancionada em 10 de agosto de 1964 pela Prefeitura Municipal de Irati. Nessa lei institucionalizaram-se algumas “normas” que regeriam os “terrenos de faxinais”, ou seja, o “faxinal” foi percebido como um espaço que necessitava ser regrado.

Ainda na década de 1960, mais precisamente em 1968, foi publicada na revista “O Debate” uma pesquisa do médico Lourival Luiz Fornazzari, intitulada “Investigações Parasitológicas e Sócio-Econômicas” sobre a localidade de Itapará, município de Irati, a qual possuía a prática de criar animais a solta em um espaço comum... Nesse documento observamos um discurso

¹⁴ Cf. SCHUSTER, W. T.; CUNHA, Luis A. G. *Faxinais do Centro- Sul do Paraná: temporalidades e territorialidades*. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Wladimir%20Teixeira%20Schuster.pdf> Acesso em 02/01/13. p. 01-16. Cf. BERTUSSI, Mayra Lafoz. *Liberdade para criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 42.

¹⁵ O conceito de “híbridos culturais” foi formulado por Stuart Hall. Para o autor nenhuma nação é formada apenas por um povo, uma cultura ou por uma etnia: “As nações modernas são todas, híbridos culturais”. Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 63.

¹⁶ Grafia utilizada nas “Escrituras de compra e venda de terras”.

“higienista” que vê nas práticas dessa localidade e nos próprios moradores um “perigo” para a saúde pública. Aqui, o “faxinal” foi interpretado como um espaço que necessita ser “higienizado”, normatizado.

Já na década de 1980, as localidades de “faxinais” emergem enquanto objeto de estudo nas áreas Engenharia Florestal, Agronomia, Direito e Economia, com os autores Horácio Martins de Carvalho¹⁷, Man Yu Chang¹⁸, Jair Lima Gevaerd Filho¹⁹ e Francisco Adyr Gubert Filho²⁰. Nesses trabalhos percebemos que os “faxinais” são vistos enquanto organizações bastante diferenciadas e que precisam ser estudadas de forma científica. O faxinal torna-se objeto.

Analisamos o que os moradores das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, entendem enquanto “faxinal. Para os moradores entrevistados, o faxinal seria o espaço de criar animais a solta, para outros a mata nativa. Mas o que nos chamou a atenção foi que essas pessoas não interpretam seu modo de vida enquanto um “faxinal”, pelo contrário, raramente utilizam essa expressão. O termo, geralmente, usado é “criador”²¹, o qual relaciona-se principalmente a organização do espaço em uma área comum destinada à criação de animais.

No segundo capítulo apontamos algumas pesquisas que tomaram como objeto de estudo os “faxinais”, não apenas na área de História, e que são de extrema importância para nossa pesquisa, no sentido de percebermos como cada “faxinal” configura-se de maneira particular. Ainda, abordamos a quantidade significativa de “faxinais” que existiam em Irati-Pr e a carência de estudos sobre essas localidades, como no caso do “criador”. Apenas uma pesquisa foi realizada sobre o “criador”, de autoria de Horacio Martins de Carvalho, o qual enfatizou a apenas a participação de descendentes de italianos em sua formação. Contudo, a partir da realização de entrevistas com os moradores, percebemos que havia outro grupo residindo nesse espaço, os caboclos, e que acreditamos, também contribuíram para a construção do “criador”.

No terceiro capítulo analisamos como o “criador” estava configurado na década de 1940 e como eram as práticas culturais dos moradores. Observamos que uma das principais formas de

¹⁷ CARVALHO, H. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984. (mimeo).

¹⁸ CHANG, M. Y. *Faxinais*: Op. Cit.

¹⁹ GEVAERD FILHO, J.L. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos. *Revista do direito agrário e o meio ambiente*. Agosto, 1986. p. 45-69.

²⁰ GUBERT FILHO, A. O Faxinal. *Revista do direito agrário e meio ambiente*. Curitiba, 1987. p. 32 a 40.

²¹ A partir de agora quando utilizarmos a expressão “criador” estamos nos referindo as localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos.

sobrevivência dos moradores era a prática da agricultura, em grande parte, destinada apenas para o consumo das próprias famílias. Com a chegada dos gafanhotos no “criador”, as lavouras foram destruídas e os moradores passaram por um período de escassez de alimentos. Analisando nossas fontes, percebemos a “inventividade” desses moradores e as relações de “conveniência”²² que se estabeleciam nesse espaço. Ainda, procuramos mostrar que a infestação de gafanhotos ocorrida no final da década de 1940, no “criador”, não foi algo isolado a essa localidade, nem ao menos ao município de Irati. Já havia sido registrada a presença desses insetos em outros municípios e também em outros períodos, não somente na década de 1940.

Finalmente, procuraremos no quarto capítulo analisar os significados que a infestação dos gafanhotos teve e ainda tem para os moradores. Percebemos que algumas pessoas interpretam a chegada dos gafanhotos, na década de 1940, enquanto um castigo divino. Outros atribuem aos gafanhotos à ocorrência da peste suína, pois os porcos teriam se alimentado dos gafanhotos, que na concepção de algumas pessoas, eram portadores de um “veneno” que contaminou não somente os porcos, mas também outros animais. Nesse capítulo ainda abordaremos as práticas dos moradores em meio a esse período de dificuldades ocasionadas pelos gafanhotos. Afinal, como esses moradores conseguiram sobreviver, após suas lavouras serem destruídas pelos gafanhotos e poucos anos depois a criação de porcos ter sido assolada pela peste suína, sendo que a criação de porcos e a agricultura eram as principais formas de subsistência desses moradores?

As fontes que nos utilizamos para a confecção desses capítulos foram escrituras de compra e venda de terras, fotografias, telegramas, mensagens de governo, relatórios de governos, alvarás de liberação de comércio, notícias publicadas em jornais como o “Diário do Paraná” e “Folha do Oeste”, pesquisa publicada pelo médico Lourival Luiz Fornazzari na revista “O Debate”, livros de atas das associações de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. Também nos utilizamos dos depoimentos orais, os quais foram realizados com os moradores de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos:

- Maria Magdalena Berger, moradora de Rio do Couro, 83 anos.
- Jeronimo Maneira Primo, morador do Rio do Couro, 74 anos.
- Clara Specht, moradora do Rio do Couro, 81 anos.

²² Cf. MAYOL, Pierre. A conveniência. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

- Dirce de Mello Garzuze, moradora do Rio do Couro, 68 anos.
- Batista Fracaro, morador de Faxinal dos Mellos, 70 anos.
- Alvindo Leme, morador de Faxinal do Rio do Couro, 89 anos.
- Josefa Longato, moradora do Faxinal do Rio do Couro, 72 anos.
- Joanim Longato, morador do Faxinal do Rio do Couro, 73 anos.

São pessoas que viveram ou ainda vivem nos faxinais da região de Irati e que presenciaram a infestação de gafanhotos. A coleta das entrevistas seguiu a metodologia da História Oral, sendo utilizados os procedimentos já consagrados, como o termo de ciência e esclarecimento, a transcrição com assinatura do depoente e o termo de autorização do uso das informações para uso acadêmico.

Os diferentes significados dados pelos entrevistados a tais eventos, podem ser entendidos a partir da relação que esses indivíduos possuíam com determinados grupos sociais, pois “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.”²³

O historiador que se utiliza de fontes orais deve considerar que as narrativas apresentam-se permeadas por sentimentos, vivências e discursos que são ordenados a partir do tempo presente. É um exercício que necessita de um constante ir e vir no tempo. As principais críticas sobre o uso da História oral partem do pressuposto de que as fontes orais produzidas a partir de entrevistas ficam somente sob o domínio do pesquisador que as produziu, dessa forma, os demais interessados não têm acesso a tais documentos.²⁴ Em resposta às críticas muitos arquivos passaram a criar acervos de depoimentos orais abertos para a pesquisa, como o Centro de Documentação – CEDOC – da

²³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 54.

²⁴ Pensar as fontes orais como isentas de intenções por parte de quem as produziu e de quem as estuda torna-se um erro, uma vez que “A fonte oral, seja provocada por aquele que irá servir-se dela para sua pesquisa, seja utilizada por um outro historiador, tem a *priori* um *status* de fonte. Essa diferença radical não dispensa, contudo, um tratamento crítico (...) do testemunho solicitado.” (VOLDMAN, 2006, p.249)

Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus de Irati, para o qual enviaremos as entrevistas que realizamos durante a pesquisa.²⁵

Marieta de Moraes Ferreira aponta para a história oral como um campo que privilegia o estudo das representações, sendo que a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos, uma vez que a veracidade destes documentos não é considerada a principal preocupação. Os testemunhos estão relacionados à memória, a qual também é uma construção do passado, pautada em emoções e vivências.²⁶

Segundo Ecléa Bosi, em seu livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos” a memória, além de permitir a relação do corpo presente com o passado, interfere no processo ‘atual’ das representações.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.²⁷

Em seu texto, Bosi dialoga com Henri Bergson, autor de “*Matière et mémoire*”. Para a autora, Bergson define dois tipos de memória: a “memória-hábito” e a “imagem-lembrança”. A memória-hábito é adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou mesmo palavras, processo que se dá pelas exigências da socialização, fazendo parte do nosso adestramento cultural. Já a imagem-lembrança traz à consciência um momento único, singular, não repetido. Essa memória possui data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada.²⁸

A forma como os moradores narram a infestação dos gafanhotos, bem como lhes atribuem significados, pode ser associada ao que Bergson denomina de “imagem-lembrança”, por se tratar de fatos únicos e singulares na vida destes indivíduos. Caldas, em complemento a essa compreensão diz que a memória:

²⁵Na visão de Philippe Joutard existem inúmeros desafios para a história oral, os quais são importantes no sentido de evitar o enfraquecimento e/ou banalização deste rico campo documental. O primeiro desafio apontado pelo autor diz respeito ao progresso das tecnologias de comunicação. O segundo desafio está relacionado à reflexão metodológica ligada aos debates com as disciplinas afins, sociologia, etnologia ou lingüística. O terceiro desafio faz menção ao modo de articular e fazer dialogar os diversos projetos e produções de história oral, os universitários que buscam na fonte oral um meio de resolver os problemas históricos, bem como os arquivistas interessados em completar sua documentação. O último relaciona-se às situações históricas que acarretam certo trauma para a memória. (JOUTARD, 2006, p.51)

²⁶FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro: Topoi, dezembro 2002. p. 328.

²⁷BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 47-59.

²⁸ Ibidem. p.49.

... é o desdobramento perspectivado do que aconteceu (...); é processo narrativo, *texto em movimento*. Ao se desdobrar, a interioridade encontra-se e encontra realidades vividas que marcam sua identidade, sua extensão, sua existência, sua forma de ser e significar.²⁹

Assim, a memória está relacionada diretamente aos testemunhos. Considerando os testemunhos orais como fontes, estes requerem um tratamento crítico, que aborde a data, o lugar, a natureza, bem como o contexto geral e particular no qual o documento foi produzido. As entrevistas apresentam inúmeras narrativas que são permeadas por discursos como destacaremos mais adiante.

Produzidas as entrevistas, o historiador as organiza conforme seus interesses de pesquisa, da mesma forma que as fontes escritas, que são produzidas, armazenadas e organizadas sob determinados interesses. Ao fazer a leitura de uma entrevista deve-se ter o cuidado de não analisar o depoimento como uma reprodução de determinada realidade, ao contrário, trata-se de uma construção que cada indivíduo faz, expressando suas interpretações em relação a determinado evento.

²⁹CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade texto e história: para ler história oral*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 60-61.

CAPÍTULO I

1. “O FAXINAL”: ENTRE CONCEITOS E SIGNIFICAÇÕES

1.1. O faxinal: polissemia de sentidos

Ao analisarmos as fontes que se referem aos faxinais, sejam elas bibliográficas, documentais ou orais, observamos diferentes sentidos que são atribuídos ao termo “faxinal”. Essas diferentes significações são resultado de diferentes “olhares” das instituições, como universidades, institutos, Centro de Saúde e Prefeitura de Irati. Elas distinguem-se, sobretudo das produzidas pelos próprios moradores das localidades que são denominadas “faxinais”. Estes diferentes olhares e significações são o foco desse capítulo.

A utilização da denominação “faxinal” pode ser encontrada em algumas Escrituras Públicas de Compra e Venda de terras datadas da década de 1940, as quais foram coletadas junto aos moradores da localidade de Rio do Couro, situada na zona rural da cidade de Irati – PR.

Uma das escrituras foi redigida no dia 22 de janeiro de 1941 pelo Tabelião do Distrito de Gonçalves Júnior³⁰ assinada pelo oficial Esmeraldo Leandro. Tratava-se da compra e venda de algumas áreas de terras localizadas em “Rio do Coro”, “Campina do Fachinal” e “Cerro da Ponte Alta”, as quais pertenciam a José Angelo Brandalise e sua mulher Angela Maneira Brandalise, sendo adquiridas por Fortunado Maneira, Regina Maneira e João Maneira. Nesse documento as áreas de terras são descritas de seguinte forma:

Diversas áreas de terras de culturas e fachinal, com um total de desesseis (16) alqueires, situados uma no lugar Rio do Coro, outra em Campina do Fachinal e três lotes no lugar Cerro da Ponte Alta, tudo neste município, cuja área de terreno se acha englobada com outros terrenos dos adquirentes e cuja divisa total consta na escritura e transcrição.³¹

³⁰ Gonçalves Junior juntamente com Itapará e Guamirim compõem os 3 distritos da cidade de Irati. O distrito de Gonçalves Junior, foi criado pela Lei nº 1878 de 9 de abril de 1920 recebendo inicialmente a denominação de Barra Mansa. Cf. ORREDA, José Maria. *Gonçalves Junior*. In: Revista Irati 70 anos. Irati: Editora Sul - Oeste do Paraná, 1978, p. 4. Somente mais tarde, no ano de 1938 com o decreto-lei nº 7573, recebeu o nome de Gonçalves Junior, em homenagem ao diretor geral de serviços de colonização, Joaquim F. Gonçalves Junior, que coordenou a colonização nessa área.

³¹ LEANDRO, Esmeraldo. *Escritura Pública de Compra e Venda*. Gonçalves Júnior, 1941. A grafia foi mantida como no documento original.

Podemos perceber nesse trecho do documento que o oficial Esmeraldo Leandro divide os terrenos em duas categorias: “terras de cultura” e “terras de fachinal”. As terras de cultura eram as áreas destinadas ao plantio de gêneros agrícolas, ou seja, as terras que eram cultivadas pelos moradores das localidades. Já as “terras de fachinal” possivelmente eram aquelas áreas cobertas de mata. Ou seja, o termo “fachinal” estaria associado às áreas de terras cobertas pela floresta nativa. Contudo, essas fontes não nos permitem analisar se essas áreas de “fachinal” eram também utilizadas para a prática do criadouro comum de animais. Dessa forma, partindo desses documentos, não podemos afirmar que o sentido de “fachinal” incluía também a prática do criadouro comum.

Outra Escritura é datada de 28 de junho de 1943 pelo escrivão Miguel Agulhan Junior e registrada também no tabelião do Distrito de Gonçalves Júnior. Tratava-se da venda de um terreno pertence a José Marcelino de Lara e sua mulher Rachel Teixeira de Lara, sendo o comprador João Batista Maneira.

No lugar denominado Quarteirão da Lagoa, Distrito de Bom Retiro, neste Município, são senhores e legítimos possuidores de um terreno de faxinais com a area de seis alqueires, existindo no mesmo um paiol velho de madeiras, com as seguintes confrontações: começa em um marco a margem do rio Preto, seguindo por este abaixo até encontrar um guabirobeira...³²

A área de terra que estava sendo negociada, pertencente ao “Distrito de Bom Retiro”³³, fora caracterizada como “um terreno de faxinais” no qual existia “um paiol velho de madeiras”, confrontando com o “rio Preto” e com “um guabirobeira”. Essa descrição feita pelo escrivão, provavelmente orientado pelo dono das terras, permite-nos levantar algumas hipóteses na tentativa de perceber o (s) sentido (s) atribuído (s) à expressão “terreno de faxinais” naquele momento.

A existência de “um paiol de madeiras” poderia sugerir que havia nesse terreno uma “benfeitoria”, o que, talvez, contribuisse para valorizá-lo no momento da venda. É interessante percebermos que as divisas dos terrenos não foram feitas por meio de cercas ou outra forma de delimitação, mas sim por elementos da própria natureza, como um rio e uma árvore.

A menção a um “paiol de madeira” poderia também indicar a presença de pessoas morando nesse terreno, pois segundo Horácio Martins de Carvalho próximo às residências dos faxinalenses

³² JÚNIOR AGULHAN, Miguel. *Escritura Pública de Compra e Venda*. Gonçalves Júnior, 1943. [grifo nosso]. Em todas as transcrições dos documentos optamos por manter a grafia original.

³³ O distrito de “Bom Retiro” atualmente é denominado “Guamirim”. A mudança de nomenclatura ocorreu com o decreto-lei estadual nº 199 de 30 de dezembro de 1943.

era comum a construção de “cocheiras, adegas, paiol, etc.”³⁴ Como as moradias das pessoas localizavam-se na área de criação de animais, levantamos a hipótese de que o “terreno de faxinais” podia estar relacionado a mata nativa e que fazia parte do criadouro comunitário.

A presença de um “paiol de madeiras” talvez pudesse ser ainda um indicativo de que o escrivão estivesse relacionando o “terreno de faxinais” com uma área de mata nativa, pois as construções (casa, paiol, estábulo, etc.) eram localizadas nas áreas em que havia a presença da mata. A própria menção à existência de uma “guabirobeira” pode indicar a presença da mata, uma vez que se trata de uma árvore nativa da região centro-sul do Paraná.

Essas duas escrituras de compra e venda de terras nos permitem levantar algumas hipóteses. Os termos “terras de fachinal” ou “terreno de faxinais”, poderiam estar se referindo às áreas de terras em que havia a presença da mata nativa e que não era praticada a agricultura, pois em uma das escrituras as terras a serem vendidas são caracterizadas de duas formas: “cultura” e “fachinal”.

Em segundo lugar observamos que a percepção que se teve sobre o “fachinal” nesses documentos cartoriais poderia ter sido a de que se tratava apenas de um imóvel rural com determinadas características (presença da mata nativa) e que podia ser vendido a qualquer momento, conforme os interesses de seu proprietário. Tratava-se de um bem material.³⁵ Uma hipótese é que os cartórios, ao registrarem a compra e venda de terrenos, não levavam em consideração a presença do criadouro comum. Talvez, essa organização fosse de conhecimento dos cartorários, mas não era institucionalizada legalmente e por isso não reconhecida ou mencionada nesses documentos.

Já na década de 1960 o “faxinal” é “olhado” / “percebido” de formas diferentes, por outras instituições da cidade de Irati, a saber, a Prefeitura Municipal e o Centro de saúde. Em relação a

³⁴ CARVALHO, H. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984. (mimeo) p. 18.

³⁵ A ausência de referência ao criadouro comunitário e a característica vendável dessas áreas, conflita com a caracterização dos faxinais realizada pelos pesquisadores. Confira: CARVALHO, H. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984. (mimeo). CHANG, M. Y. *Faxinais: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná*. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988. NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar – sistema faxinal: Rebouças – 1950-1997*. 284 f. Tese (Doutorado em História). UNESP. Assis-SP, 2000.

primeira encontramos a lei nº 288 sancionada em 10 de agosto de 1964 por esta instituição, que trata da institucionalização de normas que regeram os “terrenos de faxinais”. Essa lei é um documento composto por 15 artigos, em um total de 6 páginas manuscritas, o qual está arquivado na Prefeitura Municipal de Irati. Com relação ao “Centro de saúde” analisamos uma pesquisa do Dr. Lourival Luiz Fornazzari intitulada “Investigações Parasitológicas e Sócio-Econômicas” publicada na revista “O Debate”, nº 1, ano 1, em 1968, sobre o distrito de Itapará. Nesse documento podemos observar um discurso “higienista” que vê nas práticas dos habitantes dessa localidade um “perigo” para a saúde pública. Essa fonte é composta por 7 páginas digitadas, contendo os resultados da pesquisa, e que está arquivada no Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro-oeste, campus de Irati.

A lei nº 288 foi sancionada pelo então prefeito de Irati Ildelfonso Zanetti, em 10 de agosto de 1964. Em seu artigo 1º e 2º esse documento institui a manutenção das cercas ou “tapumes” por parte dos “usuários dos faxinais”, conforme podemos observar:

Art. 1º - “Os tapumes divisórios entre propriedades rurais presumem-se como sendo comuns e os proprietários dos imóveis confinantes arcarão com partes iguais nas despesas de suas construções e posterior conservação.”

Parágrafo único: “Por tapumes entendem-se cercas de arame ou de madeira, as sebes vivas, os vales ou banquetas, ou quaisquer outros meios de separação dos terrenos, contante que impeçam a passagem de animais de grande porte, como sejam gado vacum, cavalari e muar”.

Art. 2º - “A obrigação de cercar as propriedades, para deter nos seus limites as aves domésticas ou animais que exijam tapumes especiais, tais como cabritos, carneiros e porcos, será exclusivamente do respectivo proprietário ou detentor desses animais.”³⁶

As cercas que separavam as terras de criar das terras de plantar eram propriedade coletiva, “Os tapumes divisórios presumem-se comuns”, porém a partir do momento em que cada “usuário” ficava comprometido em cuidar de determinada quantidade de lanços³⁷ de cerca, deveria arcar com as despesas de conservação e manutenção individualmente. A cerca deixava de ser comum e passava a ser particular.

As cercas poderiam ser confeccionadas de materiais variados: “...de arame e de madeira as sebes vivas, os valos ou banquetas ou quaisquer outros meios de separação dos terrenos que impeçam a passagem de animais de grande porte”³⁸. Além da utilização de arame e madeira³⁹, havia

³⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Lei nº 288*. Irati, 1964.

³⁷ A medida de um “lanço ou “vão” equivale a 2, 86 metros. Cf. CARVALHO, H. M. Op. Cit. p.23

³⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Lei nº 288*.

também a escavação de valos, além do que, era comum a apropriação da paisagem natural como forma de conter os animais. Essas cercas naturais poderiam ser barrancos, rios, taquarais, mato denso entre outras barreiras que impedissem a passagem das criações.⁴⁰

A Lei nº 288 de 1964 ainda autorizava, em seu artigo 3º, que as cercas que confinavam os animais no criadouro poderiam abranger mais de uma localidade, também chamada de “quarteirão”: “A municipalidade admitirá na zona rural, o criadouro comum de animais, que poderá abranger mais de um quarteirão e compreenderá somente terrenos de faxinais, convenientemente separados, por meio de tapumes, das terras de cultura”⁴¹.

Um único criadouro comunitário abrangendo mais de um “quarteirão” ou localidade, podia ser observado no Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. Essas três localidades juntas formavam um único criadouro comunitário, que de acordo com um de nossos entrevistados “dava mais de mil e quatrocentos (1400) alqueires”⁴²

Após a aprovação do criadouro comum por parte da prefeitura, a lei de 1964 instituiu que “a construção ou reconstrução dos tapumes divisórios correrá por conta dos proprietários e usuários dos faxinais.”⁴³ A utilização dessa expressão nos remete à ideia de que essa lei além de legalizar o “criadouro comum” também objetivava realizar a manutenção desse espaço. Além disso, instituir que os tapumes deveriam ser “reconstruídos” também pode indicar que muitos “criadouros comunitários” já estariam em funcionamento antes mesmo dessa lei ser sancionada. Com isso, pode-se observar que a “aprovação” da prefeitura talvez significasse mais um “reconhecimento” ou uma “legitimidade” dos criadouros comuns, do que uma “autorização” para sua construção.

Em seu artigo 6º, a lei aponta para a separação das terras de criar das terras de plantar: “Serão separadas, do criadouro comum, as terras de faxinais cujos proprietários não tenham subscrito a anuência exigida pelo parágrafo – 1º do Artigo 3º.”⁴⁴ Aqui podemos perceber a legitimidade dada à principal característica das localidades que possuem um “criadouro

³⁹ Era bastante comum a utilização de cercas feitas de “frechame” que eram lascas de madeira, geralmente pinheiro, colocadas uma ao lado da outra, de forma que os animais de pequeno porte ficavam impedidos de passarem por essa barreira.

⁴⁰ CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 24.

⁴¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. Lei nº 288. Op. Cit.

⁴² LONGATO, Joanim. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.

⁴³ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. Lei nº 288. Op. Cit. [grifo nosso]

⁴⁴ Artigo 3º- parágrafo 1º: “A aprovação de criadouro comum, por parte da Prefeitura, subordinar-se-a a anuência ou solicitação, por escrito, de uma maioria de $\frac{3}{4}$ (treis quartos) dos proprietários das terras situadas no quateirão”. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. Lei nº 288.

comunitário”, que seria justamente a existência de um criadouro de animais utilizado de forma comum sendo este era separado por cercas das terras em que se praticava a agricultura. Ora, essa característica de separação de terras de criar das terras de plantar eram normas que vigoravam entre os moradores das localidades antes mesmo da década de 1960. É o caso do “criador” formado pelas localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, que já estava em funcionamento antes desse período em que a lei fora sancionada. Dessa forma, podemos dizer que a lei de 1964 apenas legitimou, transformou em lei, o que já estava sendo praticado pelos moradores.

A lei de 1964 além de legitimar as normas que regeriam o funcionamento do criadouro no que diz respeito ao modo que seus “usuários” deveriam proceder, ou seja, seus “direitos e deveres”, também vedava o uso do criadouro comum para algumas pessoas.

Art. 9ª – É vedado o uso do criadouro aos que não concorreram para a sua construção, podendo, todavia, ser admitido ao seu uso aquele que obtiver autorização expressa da totalidade dos proprietários das terras componentes do criadouro, sujeitando-se, ainda, a:
1º) – Contribuir com a quantia que for arbitrada, a título de participação na despesa efetuada com os tapumes.
2º) – Conservar em boa ordem o trecho de tapumes que lhe foi atribuído para esse fim.⁴⁵

As pessoas que não contribuísem na construção, bem como na conservação das cercas do criadouro ficavam impedidas de criar seus animais na área comum. Dessa forma, as pessoas que não possuíam terras no criadouro podiam criar animais, mas deveriam contribuir na construção e conservação das cercas.

A conservação das cercas era algo de suma importância no faxinal pois impediam o acesso dos animais nas lavouras. Caso algum animal adentrasse nas plantações, o artigo 11º da lei de 1964 previa o pagamento do prejuízo pela pessoa que estava responsável pelo trecho de cerca em que os animais haviam passado.

Art.11º: Pagará os danos causados em lavoura, por animais confinados no criadouro, o responsável pela conservação do trêcho [sic] de tapume cujo mau estado tenha permitido a evasão dos animais.
Parag. Único: Igualmente será responsabilizado pelos danos a pessoa que facilitar, por qualquer forma intencionalmente, a evasão dos animais confinados no criadouro.⁴⁶

Essa lei ainda previa em seu artigo 13º que se um animal “... confinado em criadouro comum ou particular, incursionar por mais 3 (treis) [sic.] vezes em lavouras, causando-lhes danos,

⁴⁵ *Ibidem. Loc. Cit.*

⁴⁶ *Ibidem. Loc. Cit.*

sem que seja possível a sua captura, será considerado selvagem e autorizado o seu extermínio, como tal, pela Prefeitura.”⁴⁷ E em seu artigo 14º ainda acrescenta “A perda do animal exterminado não excluirá o seu proprietário do pagamento do dano por ele causado à lavoura.”⁴⁸

Por meio da análise da lei produzida pela Prefeitura Municipal de Irati em 1964, podemos perceber que o “faxinal” ou “terreno de faxinal” é significado como um espaço em que já haviam práticas dos moradores. Um exemplo é o reconhecimento, no artigo 11º, da prática de nomear pessoas responsáveis pela conservação de determinado trecho de cerca. Ora, nesse artigo, não se instituiu que deveriam ser indicadas determinadas pessoas para conservarem as cercas, apenas se reconheceu que caso algum animal ultrapassasse essa cerca, o responsável em pagar os danos causados na lavoura, seria quem tivesse sido designado para cuidar daquele trecho de cerca. Ou seja, essa prática de determinar pessoas para cuidarem das cercas já era comum entre os moradores e não algo institucionalizado pela prefeitura.

Ao contrário das Escrituras de Compra e Venda produzidas na década de 1940, que identificaram o “faxinal” como um bem material ou imóvel, a lei nº 288 reconheceu a existência de práticas nesse espaço. Porém, tanto as práticas, como o próprio espaço deveriam ser organizadas, regulamentadas, normatizadas. O “faxinal”, para a administração pública, talvez fosse interpretado como um espaço que necessitava ser regido.

Devemos levar em consideração que o período em que a lei foi sancionada, 1964, o Brasil estava presenciando o início do regime militar. Uma hipótese é que o poder público tenha buscado controlar as relações e práticas no campo. Se até então essas práticas eram um espécie de “auto-gestão”, o poder municipal poderia ter objetivado estender a elas sua “organização”, seu controle. Os agricultores se organizavam por si mesmos, o que podia não ser interessante nesse momento político. Normatizar poderia ser uma forma de impor limites, diminuir a liberdade dessas pessoas.

O reconhecimento do “faxinal” como um espaço de práticas também é algo que pode ser verificado na pesquisa feita pelo Dr. Lourival Luiz Fornazzari, publicada na revista “O Debate”, ano I, nº 1, em 1968 sobre o distrito de Itapará. Nesse texto se faz presente um discurso “higienista”

⁴⁷ *Ibidem. Loc. Cit.*

⁴⁸ *Ibidem. Loc. Cit.*

que vê essa localidade, bem como as práticas de seus moradores como um perigo para a saúde pública do município.⁴⁹

Outra questão de suma importância que devemos observar nessa fonte é que essa é o primeiro documento que tomamos conhecimento, na cidade de Irati, em que uma localidade em que havia a presença de um espaço comum para a criação de animais foi considerada objeto de estudo. Ou seja, a localidade de Itapará não foi vista como um imóvel rural e nem como um espaço que precisava ser regido por uma lei, mas sim como um objeto de estudo a ser pesquisado sob um olhar médico.

O distrito de Itapará está localizado a aproximadamente 50 quilômetros da cidade de Irati, sendo constituído pelas seguintes localidades: Cadeadinho Cerro da Ponte Alta, Valeiros, Rio da Prata, Água Fria, Faxinal dos Luz, Vista Alegre, Faxinal dos Antonios, Água Mineral, Linha B, Faxinal dos Neves, Linha Irati, Linha Pinheiro Machado, Cadeado Santana, Cadeado Grande, Pinhal Preto, Campina Branca, Cachoeira do Palmital, Linha E, Linha F, Linha D e outras.⁵⁰ Sua formação estaria relacionada com a Lei nº 1919 de 23 de fevereiro de 1920 que instituiu a fundação desse distrito, tendo sido colonizado por imigrantes poloneses e ucranianos já em 1908.⁵¹

Muitas localidades que constituem o distrito eram ou ainda são “faxinais”, sendo que muitas ainda preservam a denominação “Faxinal”, como por exemplo, “Faxinal dos Neves”, “Faxinal dos Antonios” e “Faxinal dos Luz”, mas provavelmente outras também tenham se organizado por um período dessa forma, como a localidade de “Cachoeira do Palmital” que foi apontada por Claudio Marques como um “faxinal”⁵². Atualmente, a localidade de Itapará⁵³ ainda se

⁴⁹ No início do século XX profissionais de diversas áreas de conhecimento, entre eles médicos sanitaristas, viram-se em meio a um país tomado por doenças. Para enfrentar essa situação esses profissionais empreenderam uma luta para tornar o Brasil um ambiente com mais salubridade por meio de pesquisas, produção de vacinas e campanhas de educação sanitária. Nessa temática destacam-se os trabalhos “O espetáculo das raças” (1993) de Lilia Schwarcz e “Medicalização da raça” (1994) de autoria de Vera Regina Beltrão Marques. No Paraná, o discurso higienista se fez presente desde o final do século XIX e início do século XX, quando parte da população instruída, juntamente com políticos e médicos buscaram estudar as chamadas “classes baixas” da população, na tentativa de inserir essa “classe” no “projeto do progresso.” Cf. JANS JÚNIOR, Dones Cláudio. *A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940*. Dissertação (Mestrado em História)- UFPR, Curitiba. 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/Dones.pdf>. Acesso em 19/06/2009. LUBENOW, Deisi das Graças Rizzo. *Discurso médico e políticas sanitárias no Paraná nos anos 1950 e a colonização dos sertões paranaenses*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba. 2012. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp103382.pdf> Acesso em 19/06/13.

⁵⁰ ORREDA, José Maria. Irati. Irati: O Debate, 1978. p. 22.

⁵¹ Idem. p.21.

⁵² Cf. MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná* (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.

⁵³ Aqui nos referimos não ao distrito, mas à própria localidade de Itapará.

organiza a partir do “criadouro comunitário” e é denominada como “faxinal” por pesquisadores como Ancelmo Schörner em seu artigo “Os Faxinais na Região de Irati (PR): relações peculiares entre território, cultura e meio ambiente”⁵⁴, devido a presença desse espaço comum.

Algumas práticas dos moradores da localidade de Itapará, principalmente a de deixarem os animais à solta ao redor das casas, foram vistas sob um olhar negativo pelo médico Lourival Luiz Fornazzari, no ano de 1968. O “faxinal” de Itapará aos olhos do médico seria um espaço insalubre e sem higiene.

Habitações de madeira de pinho, algumas cobertas de tabuinhas e outras de telhas, com três ou quatro cômodos. Geralmente assoalhadas, a maioria apresentando chão de terra batida na cozinha. Algumas caiadas, uma minoria pintada a óleo, com janelas envidraçadas e outras sem pinturas. Resíduos e detritos jogados porta a fora. Não encontramos privada na região, exceção feita às habitações de comerciantes. As dejeções são depositadas a céu aberto. A água utilizada para os diversos fins provém de olho d’água. Raras são as cisternas e mesmo assim desprotegidas. Os animais domésticos – aves, porcos e cães – encontram-se soltos ao redor da casa. Tanto adultos como crianças andam descalços e a higiene pessoal deixa muito a desejar.⁵⁵

Nas localidades que são consideradas como “faxinais” é comum a existência de animais que circulam livremente pelo criadouro e conseqüentemente ao redor das residências. Esse fato, somado aos “resíduos e detritos que são jogados porta a fora”, “dejeções depositadas a céu aberto”, “água utilizada de olho d’água”, entre outras práticas, conforme podemos observar acima, transformavam esse espaço em um local insalubre para Fornazzari. E não só o espaço, mas a própria prática das pessoas de andar sem calçados foi considerada pelo médico como o indicativo de uma falta de higiene.

Essas práticas criticadas por Fornazzari não estavam apenas presentes no Itapará, mas também em outras localidades que se organizavam enquanto “faxinal”, pois nessa organização é comum que os animais circulem junto às casas dos moradores e que sobras de comida sejam fornecidas para os mesmos. Talvez, a crítica feita por Fornazzari, apesar de ser direcionada para Itapará, também destinava-se às demais localidades que possuíam o criadouro comunitário.

⁵⁴ SCHÖRNER, Ancelmo. *Os Faxinais na Região de Irati (PR): relações peculiares entre território, cultura e meio ambiente*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_1999.pdf.

⁵⁵ FORNAZZARI, Lourival Luiz. Investigações parasitológicas e socioeconômicas. In: Revista *O Debate*. nº 1, ano 1. Irati: Martins & Abib Ltda, 1968. p. 40-41.

Ao apontar para essas práticas, Fornazzari constrói uma narrativa que configura a localidade de Itapará enquanto um espaço da “desordem” ou mesmo da “impureza”. As coisas não estão onde deveriam estar. As práticas não condizem à forma como deveriam ser feitas. E onde há “desordem” há também a “impureza”.

Mary Douglas em sua obra “Pureza e Perigo” afirma que a impureza “surge como uma categoria residual, rejeitada pelo nosso esquema habitual de classificação.”⁵⁶ Logo, a impureza indica uma “desordem”, “qualquer coisa que não está no seu lugar”, ou melhor, a impureza indica “uma ofensa contra a ordem”. Ao se evitar a “impureza”, evita-se a “desordem”.

Para Douglas a impureza além de indicar uma desordem, também indica a existência de um sistema. Nesse sentido, “[...] onde o sistema social for bem articulado procuraremos poderes articulados que pertencem aos postos de autoridade; e onde o sistema social estiver mal articulado, procuraremos poderes inarticulados que estão nas mãos dos propagadores da desordem”⁵⁷

As práticas apontadas por Fornazzari indicam a presença de uma “desordem”. Logo haveria um “sistema social” mal articulado na localidade de Itapará, que fez com que a “desordem” se fizesse presente nas práticas dos moradores. Para Fornazzari, o resultado desses maus “hábitos de higiene” fez com que ocorresse uma disseminação de parasitoses na localidade de Itapará na década de 1960.

O desconhecimento total dos bons hábitos de higiene, a provável contaminação dos mananciais de água, a falta de cuidados com os dejetos e detritos, os erros alimentares, a baixa rentabilidade, são as maiores causas da disseminação de parasitoses, garantindo um alto índice de infestação. A população está a mercê da propagação de quase todas as parasitoses, dadas as condições locais e os hábitos de vida, porque não conhecem e não entendem os meios de se defender.⁵⁸

A “desordem” se fazia presente: faltavam “bons” hábitos de higiene, os mananciais estavam contaminados, faltavam cuidados com os dejetos, erros alimentares... Enfim, elementos que na narrativa de Fornazzari configuravam Itapará enquanto um espaço “impuro” e “desorganizado”.

⁵⁶ DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*: Ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Tradução de Sonia Pereira da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 31.

⁵⁷ *Ibidem*. p. 16

⁵⁸ FORNAZZARI, Lourival Luiz. Investigações parasitológicas e socioeconômicas. Op. Cit. p. 44.

O “impuro” também indica a relatividade. Uma vez que o que era considerado “maus hábitos de higiene” por Fornazzari, talvez não passassem de práticas cotidianas para os moradores da localidade de Itapará ou mesmo desconhecimento do que se considerava “bons hábitos de higiene”.

Na narrativa do médico ainda podemos perceber que a “impureza” não se restringe apenas ao espaço da localidade de Itapará, mas desloca-se também para os próprios moradores. Esses sujeitos passam a ser “portadores da impureza” ou “propagadores da desordem”.

Com a facilidade de transporte e locomoção, com as necessidades crescentes do povo, há um verdadeiro intercâmbio de famílias e de indivíduos que andam em busca de fartura, de melhor viver, trazendo consigo parasitos que até então são desconhecidos entre nós.⁵⁹

A “desordem”, a “impureza” apesar de estarem localizadas em Itapará e em seus moradores não significava que outros espaços estavam livres da “contaminação”. Eram necessárias medidas para evitar a contaminação de espaços e pessoas “puras”.

Mas onde e quem eram os “puros”? Para Fornazzari, os espaços em que reinam uma “ordem” seriam localizados na esfera do “nós”: “parasitos que até então são desconhecidos entre nós”.⁶⁰ Talvez, o médico se referia ao espaço da cidade, ali haveria o que este considerava “organização”. Já o “outro” era portador de um perigo para “ordem” urbana, e a “ordem” pode ser interpretada como a inexistência de parasitoses, devido ao que Fornazzari considerava “bons hábitos de higiene” dos moradores da cidade.

É interessante percebermos que Fornazzari faz uma generalização dos moradores da cidade, como se todos, sem haver qualquer exceção, desconhecessem as parasitoses existentes, por possuírem “bons” hábitos de higiene. Afinal, será que todos os moradores da cidade usufruíam do saneamento e de água potável?

Para Ancelmo Schörner e Rodrigo Stelmarsczuk

É através das palavras, “nós” e “outros”, por exemplo, que as identidades brotam-se, nutrem-se, transformam-se ou dissolvem-se. Em relação aos faxinalenses, era comum terem ridicularizadas suas falas, suas moradias, suas roupas. Nisso tinha papel importante o discurso hegemônico que transmitia continuamente para toda a sociedade esses preconceitos: no centro a sua fala é vista como ignorante, inculta; seu jeito de viver, carência cultural; sua religião, credence, folclore ou costume. O iratiense nega aquilo que

⁵⁹ FORNAZZARI, Lourival L. Op. Cit. p. 44.

⁶⁰ Idem.

percebe como sendo a inferioridade dos faxinalenses, que se constituem, assim, como estranhos e como “outros” [...] ⁶¹

A reserva do papel de “outro” para os indivíduos que residiam na localidade do Itapará, faz com que suas práticas, crenças, costumes, enfim, seu modo de ser, sejam lançadas ao plano do “errôneo”, do “insalubre” e do “anti-higiênico”. Afinal, as práticas consideradas “certas”, os “bons hábitos de higiene” são pertencentes ao “nós”, ou seja, ao espaço urbano.

Como os moradores da localidade de Itapará adquiriram na narrativa de Fornazzari a significação de “perigo”, de “propagadores da desordem”, ou seja, de disseminadores de doenças, é necessário afastá-los, contê-los, aplicar-lhes “bons hábitos de higiene”. Ou melhor, a partir do que “nós” consideramos como “higiene”, ou do que “nós” consideramos como “verdade”.

Para Foucault,

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. ⁶²

Quando Fornazzari pesquisou a localidade de Itapará, produziu um discurso que partiu de uma instituição – Centro Médico de Irati – e que tentou funcionar como “verdadeiro”, científico e competente. Produziu-se então, efeitos de poder. Afinal, criaram-se técnicas e procedimentos para “higienizar” a localidade pesquisada: “Ao lado dos cuidados médicos, das vacinações, recomendamos, de imediato, a educação sanitária e o saneamento.” ⁶³ Esse discurso tentou funcionar como “verdadeiro” não apenas por Fornazzari estar inserido em uma instituição (Centro Médico) mas também pelo próprio poder que exercia na sua condição de médico.

Na década de 1980, novamente, as localidades consideradas enquanto “faxinais” foram tomadas como objeto de estudo. Contudo, essas pesquisas não partiram da área da saúde, como foi

⁶¹ SHÖRNER, Ancelmo; STELMARSCZUK, Rodrigo. Os nomes do “outro” entre o faxinal e a cidade, Irati/PR (1960-1970). *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*. v.1, n.1, jan./jul. 2010. p.11-21. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2602/1943>. Acesso em 14/03/2013. Nesse texto, SHÖRNER e STELMARSCZUK se utilizaram, principalmente, dos autores Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu da Silva e Stuart Hall para discutir a questão da identidade e da diferença.

⁶² FOUCAULT, M. Nietzsche. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. p. 12.

⁶³ FORNAZZARI, Lourival L. Op. Cit. p.44.

o caso do “Centro de Saúde Irati” na década de 1960, mas sim de áreas como as da Engenharia Florestal, da Agronomia, do Direito e da Economia.

Vejamos os primeiros trabalhos produzidos por diferentes pesquisadores na década de 1980. Dentre esses trabalhos destacamos o de Horácio Martins de Carvalho⁶⁴, Man Yu Chang⁶⁵, Jair Lima Gevaerd Filho⁶⁶ e Francisco Adyr Gubert Filho⁶⁷.

No início da década de 1980, mais precisamente em 1984, foi escrito o trabalho de autoria de Horácio Martins de Carvalho: “Da aventura à esperança: uma experiência autogestionária no uso comum da terra”. Nesse momento Carvalho estava a serviço do IAPAR, com a tarefa de levantar informações sobre as áreas rurais do Paraná.

Carvalho investigou o criadouro comunitário de Rio do Couro, localizado em Irati-Pr, tentando perceber aspectos relacionados à sua origem, às normas consuetudinárias e à compra e venda de terras no criadouro. Pesquisou também as mudanças econômicas sofridas pela localidade no período de 1920 a 1981. Nesse trabalho pode-se perceber que o autor se utiliza muito mais do termo “criadouro comunitário” do que “faxinal”, apesar de apontar para a equivalência de sentidos entre os dois termos.

Para construir seu conceito de “faxinal”, Carvalho primeiramente define o que seria o “criadouro comum”:

... o criador comunitário é uma forma de organização consuetudinária que se estabelece entre proprietários da terra para sua utilização comunal, tendo em vista a criação de animais. A área de um criador comunitário é constituída por várias parcelas de terras de distintos proprietários, formando, umas ao lado das outras, um espaço contínuo.⁶⁸

Por meio dessa definição de criadouro, podemos perceber que o “faxinal”, é para Carvalho, o local onde circulam os animais, ou seja, o criadouro comum. Subentende-se que as terras destinadas ao cultivo agrícola não fazem parte do “faxinal”, uma vez que localizam-se fora do espaço de circulação dos animais.

⁶⁴ CARVALHO, H. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984. (mimeo).

⁶⁵ CHANG, M. Y. *Faxinais: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná*. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988.

⁶⁶ GEVAERD FILHO, J.L. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos. *Revista do direito agrário e o meio ambiente*. Agosto, 1986. p. 45-69.

⁶⁷ GUBERT FILHO, A. O Faxinal. *Revista do direito agrário e meio ambiente*. Curitiba, 1987. p. 32 a 40.

⁶⁸ CARVALHO, H. M. *Da aventura à esperança*. Op. cit. p. 12.

Para Carvalho o criador comunitário também é denominado “faxinal”, contudo reconheceu que havia outro sentido para a expressão “faxinal”. No fim do século XX “faxinal” podia ser entendido como:

...mato denso e grosso, ou seja, a área de vegetação mais cerrada, se comparada com outras áreas às quais se denominava mato ralo. No faxinal ocorria a presença das espécies florestais como pinheiro e erva-mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagem natural⁶⁹.

Nessa percepção o “faxinal” era definido pelo tipo da floresta que cobre determinada área de terra, caracterizada principalmente pela presença de suas espécies florestais que seria o Pinheiro e a Erva-mate, as quais poderiam ser exploradas juntamente com as pastagens naturais. Ao que parece essa significação está próxima daquelas usadas nas escrituras da década de 1940.

A relação que Carvalho estabelece entre o “faxinal” e o “criadouro comunitário” está no fato de que a criação de animais se dá em terras de “faxinal”. Ou seja, o “faxinal” seria a área de terra caracterizada por determinado tipo de vegetação, que é de propriedade de vários moradores que a utilizam para a criação de animais e para a exploração de erva-mate.

No ano seguinte ao término do trabalho de Carvalho, Man Yu Chang publicou uma pesquisa pioneira sobre o “Sistema de Faxinal”, resultado de sua dissertação de mestrado na linha de desenvolvimento rural, na área de economia, intitulada: “Sistema de Faxinal – uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná” pela UFRRJ. Essa dissertação foi publicada em 1988 pelo IAPAR, na forma de um boletim técnico (nº 22) facilitando ainda mais sua divulgação.

Nesse trabalho a autora utilizou um termo que não havia sido mencionado por Carvalho (1984). Trata-se do termo “Sistema de Faxinal” que é utilizado por Chang para se referir a essa forma de organização camponesa. Para a autora,

O Sistema faxinal [...] é uma forma de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. Sua formação está associada a um quadro de condicionantes físico-naturais da região e a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que remonta de forma indireta aos tempos da

⁶⁹ *Ibidem*. p. 14-15.

atividade pecuária dos Campos Gerais no século XVIII, e mais diretamente à atividade ervateira na região das matas mistas no século XIX.⁷⁰

Chang percebe o “sistema faxinal” sob o viés econômico, se utilizando inclusive de vários termos da área da economia. Podemos perceber isso na própria definição de “sistema faxinal”: “uma forma peculiar de organização econômica.”⁷¹ A particularidade do “faxinal” não é vista por Chang a partir da prática cultural ou pelo cotidiano das pessoas, mas sim no modo como essas localidades se organizam economicamente.

Isso também fica evidente no momento em que a autora distingue “faxinal” de “sistema faxinal”. “Faxinal é a terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o Sistema de Faxinal, é uma forma particular de organização econômica onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata às áreas circunvizinhas.”⁷² Organizar-se economicamente de forma peculiar é o que chama a atenção da pesquisadora para com os “faxinais”.

Em sua obra Chang também faz uma análise a partir dos “ciclos econômicos” que ocorreram no Paraná. Os auge e declínios desses ciclos auxiliaram, segundo a autora, para compreender o processo evolutivo dos faxinais: “... suas primeiras conformações, seus estágios de desenvolvimento e de sua eventual desagregação em decorrência da adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento rural a partir de meados dos anos 60.”⁷³

Outra importante referência publicada ainda na década de 1980, mais especificamente em 1986, é de autoria do advogado Jair Lima Gevaerd Filho, intitulada “Perfil histórico-jurídico dos Faxinais ou Compáscuos: análise de uma forma comunal de exploração da terra”. Como o próprio nome já diz, Gevaerd buscou em seu artigo traçar um perfil histórico e jurídico dos faxinais/compáscuos/pastos comuns, desde a Idade Antiga até a Idade Contemporânea.

Gevaerd ao que parece segue uma ideia já trabalhada por Carvalho e também por Chang no que diz respeito à desagregação do “sistema de faxinal”. O autor afirma que nos últimos anos que antecederam a década de 1980, houve uma intensificação do processo de desagregação dos “faxinais”, devido ao descaso do Estado para com os camponeses. Soma-se a isso o fato da

⁷⁰ CHANG, M. Y. *Faxinais: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná*. Op. Cit.

⁷¹ *Ibidem. Loc. Cit.*

⁷² *Ibidem. Loc. Cit.*

⁷³ *Ibidem. p.15*

“brutalidade inerente às formas odiosas e distorcidas de concentração e exploração de terras vigentes em nosso país.”⁷⁴

A solução ou mesmo alternativa para a desaceleração no processo de desagregação dos “faxinais” é, segundo Gevaerd, a criação de políticas públicas voltadas para atender os anseios dessa população, no sentido de valorizar e manter esse modo de vida.

Em 1987, ano seguinte ao trabalho de Gevaerd, outra pesquisa foi publicada. Trata-se do artigo intitulado “O faxinal” publicado na “Revista do Direito Agrário e Meio Ambiente” de autoria do agrônomo Francisco Adyr Gubert Filho. Esse artigo foi publicado novamente no livro “Terras de faxinais”⁷⁵ organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida e Roberto Martins de Souza, em 2009.

Na introdução de seu artigo Gubert aponta para a década de 1970 como o fim de um período de “desbravamento” das matas do Paraná. Sem mais terras para serem desmatadas, há uma valorização das que já haviam passado por esse processo, principalmente as que estavam localizadas em um clima quente e úmido, e que segundo Gubert, eram as mais férteis. Com isso, começa a haver uma migração para o sul do Estado, para as terras com um relevo mais acidentado, onde desenvolveu-se uma agricultura de subsistência baseada no plantio de milho e feijão.

Ao afirmar que na década de 1970 iniciou-se um processo de migração para o sul do Paraná, tem-se a impressão de que essas terras não haviam sido ocupadas por nenhum grupo. Tal informação, é passível de questionamentos haja, vista que nesse momento, grupos de descendentes de imigrantes italianos, poloneses, ucranianos, alemães, caboclos, entre outros, já haviam se instalado nessas áreas no final do século XX e início do outro.

Já das áreas em que o relevo não era tão acidentado concentravam-se os “faxinais”, que segundo o autor, eram áreas contínuas de mata de araucária degradadas pelo criadouro comum. Gubert explica a “ocupação diferenciada do solo”, a “dicotomia faxinal-lavoura” como resultado do desbravamento das matas, quando percebeu-se que onde o relevo era mais acidentado as terras eram mais férteis. Já nas áreas em que o relevo era plano (criadouro comum) não havia uma boa fertilidade natural do solo. Segundo o autor, essas características dos solos são as responsáveis pela

⁷⁴ GEVAERD FILHO, J.L. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos. Op, Cit. p.46.

⁷⁵ GUBERT FILHO, Francisco Adyr. O faxinal. In: ALMEIDA W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

separação entre as terras de criar e as terras de plantar, sendo estas últimas localizadas fora do criadouro comum.⁷⁶

Aos olhos de Gubert essa forma de ocupação ficou ameaçada com a vinda de imigrantes gaúchos, que passaram a comprar terras da planta e de criação. Os “faxinais” passaram a dar lugar às lavouras mecanizadas e os moradores dessas áreas foram expulsos para a cidade.⁷⁷

O estudo de caso realizado pelo autor refere-se à localidade de Barra dos Andrades, no município de Rebouças. No período que Gubert escreveu seu artigo, a localidade ainda mantinha o criadouro comunitário. Contudo, já se percebia uma desagregação dessa prática, uma vez que pessoas vindas de “fora” estavam adquirindo terras no interior do criadouro para utilizá-las como lavoura. O conflito com os moradores ocorria quando eram feitas lavouras “dentro” do criadouro, as quais ficavam a mercê dos animais que circulavam pelo criadouro.⁷⁸

A alternativa para a sobrevivência dos “faxinais” pode ser buscada, segundo Gubert, na viabilização econômica. Para isso, é necessária a mobilização dessas localidades para descobrir e encaminhar seus problemas. As instituições⁷⁹ por sua vez devem dar todo apoio às reclamações dessa população, que se encontra em situação desfavorecida.⁸⁰

As obras de Carvalho, Chang, Gevaerd e Gubert, são consideradas por Roberto Martins de Souza como “obras de referência” para o estudo dos “faxinais” e devem ser tratadas de um modo particular:

como resultado de relações sociais próprias à estrutura de um campo de produção intelectual em determinada contingência histórica em consonância com as práticas efetivas dos seus produtores intelectuais. Estas relações assinalam que o campo intelectual em que são produzidas consiste num *locus* onde se confrontam diferentes forças com variados graus de autonomia face os poderes políticos e econômicos na ocasião de sua constituição. Com este recorte criam-se condições para a análise do complexo de relações sociais que envolvem os referidos intérpretes na ocasião da elaboração de suas produções sobre os faxinais⁸¹.

⁷⁶ *Ibidem.*

⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁸ *Ibidem.*

⁷⁹ Em seu texto Gubert apenas sugere que as instituições deveriam dar apoio às reclamações da população “faxinalense”, mas não especifica quais seriam essas instituições.

⁸⁰ GUBERT FILHO, Francisco Adyr. O faxinal. Op. Cit.

⁸¹ SOUZA, Roberto Martins de. “*Na luta pela terra nascemos faxinalenses*”: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Tese (Doutorado em Sociologia) Curitiba, UFPR, 2010. p. 68.

Para Souza é de fundamental importância compreender o espaço social em que estas produções foram elaboradas para assim entendermos as diferentes abordagens e concepções que cada autor fez sobre “o faxinal”. Os métodos, teorias, interpretações que foram construídas remetem ao lugar institucional de que falam esses autores, a situação política a que estavam submetidos: Chang e Carvalho estavam ligados ao IAPAR e Gevaerd e Gubert à Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária (SEECRA). Logo, seus trabalhos estão inseridos nesses lugares institucionais⁸². Demonstram o “lugar social” em que falam seus autores. Conforme afirma Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.⁸³

Não apenas na história, mas em outras áreas de conhecimento o lugar social influenciará nos interesses, nos métodos, na teoria, no “olhar” que cada pesquisador lançará sobre suas fontes. Assim os trabalhos de Carvalho, Chang, Gubert e Gevaerd, portanto, precisam ser problematizados, como qualquer outra fonte histórica.

Nessas quatro obras citadas acima pudemos perceber uma característica em comum: a percepção do “faxinal” ou “sistema de faxinal” como fruto de um processo histórico que possui um início, um meio e um fim. Ou seja, esses autores pensam a formação do “faxinal”, tendo uma “origem” ou “gênese”; passando então por um processo de desenvolvimento; e por fim enfrentando a desagregação.

Essa ideia progressiva e linear da história pode ser observada, por exemplo, na seguinte afirmação de Chang:

A análise dos ciclos econômicos ocorridos no Paraná, ao longo dos séculos, seus auge e declínios, muito nos auxiliou na interpretação do processo evolutivo dos faxinais; suas primeiras conformações, seus estágios de desenvolvimento e de sua eventual desagregação em decorrência da adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento rural a partir de meados dos anos 60.⁸⁴

⁸² SOUZA, Roberto Martins de. “*Na luta pela terra nascemos faxinalenses*”. Op. Cit. p. 68.

⁸³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 47.

⁸⁴ CHANG, M. Y. *Faxinais*. Op. Cit. p. 15.

Chang afirma haver um processo “evolutivo” dos faxinais, como algo linear e sem desvios. O faxinal teve uma “origem”, que segundo Chang

derivou da estrutura de subsistência das grandes fazendas, principalmente no que diz respeito à produção animal ‘à solta’ e ao cercamento das lavouras com varas de bambu e do pousio da terra. Porém, com a presença do mate na região dos faxinais, a estrutura de produção teve que se ajustar às novas condições naturais.⁸⁵

Já para Carvalho as origens do criadouro comunitário na localidade de Rio do Couro, município de Irati-Pr, estariam intimamente ligadas à vinda de imigrantes italianos para essa região.⁸⁶

As origens do faxinal são interpretadas por Gevaerd partindo do código civil português e brasileiro e para Gubert como resultado do fim do “desbravamento” das matas do Paraná, com isso houve uma migração para as áreas mais ao sul do estado, originando então os faxinais.

Tanto Carvalho, Chang, Gevaerd e Gubert abordam as possíveis origens do “faxinal”. José Adilçom Campigoto e Aldo Nelson Bona⁸⁷, se utilizando dos apontamentos de Michel Foucault, teceram algumas críticas em relação a esse interesse em se buscar as origens.

Michel Foucault publicou em 1971 o texto intitulado “Nietzsche, a genealogia e a história”. Neste texto, ao defender a genealogia como método, o autor estabelece uma crítica à pesquisa da origem. Para Foucault, ao se pesquisar uma origem deseja-se encontrar ‘o que era imediatamente’, toma-se por acidental e sem importância tudo o que pode ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces, tenta-se “... tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira.” Acredita-se na perfeição das coisas em seu início, pois “estão antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo...” Por fim, postula-se que a origem seria o lugar da verdade, que não pode ser refutada.⁸⁸

⁸⁵ CHANG, M. Y. *Faxinais*. Op. Cit. p. 25.

⁸⁶ CARVALHO, H. M. *Da aventura à esperança*. Op. cit. p. 15.

⁸⁷ CAMPIGOTO, José A.; BONA, Aldo Nelson. A hermenêutica na origem dos faxinais. *Revista de História Regional*. V. 14 nº 2, 127-153, Inverno, 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2355/1849> Acesso em 12/02/13.

⁸⁸ FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.18.

Partindo desses apontamentos, Campigoto e Bona afirmam que investigar as “origens” do “faxinal” é pressupor que existe uma essência pura dos fenômenos, uma identidade primeira. As origens indicariam também uma criação original do “faxinal” perfeitamente concebida por quem a criou. A origem guardaria uma verdade obscurecida por uma série de discursos que a sucederam.⁸⁹

Além das pesquisas da origem, Chang, Gevaerd e Gubert também se dedicam à fase de desenvolvimento e desarticulação dessas organizações. São narrativas baseadas em uma linearidade, em uma progressão, uma continuidade. Os faxinais “nascem” mas caminham para um fim, de forma contínua e sem desvios. Verifica-se uma certa teleologia nessas narrativas.

Essa linearidade também pode ser verificada no trabalho de Carvalho que divide “a história do criadouro” em três fases, nas quais podemos observar claramente essa narrativa contínua, linear e teleológica:

Procurei sub-dividir o período de 1910 a 1981, da história do criadouro comunitário, nas seguintes fases: - fase de implantação do criador comunitário período de 1910 1920 (...) - fase de crescimento econômico e alteração nas relações de trabalho – período 1920 a 1958 (...) - fase de desarticulação do criador comunitário e reestruturação das relações de trabalho – período 1958 a 1981...⁹⁰

É inegável o número de “faxinais” diminuiu consideravelmente e os criadouros comunitários que ainda persistem se encontram em situação de desarticulação, ou mesmo, geram conflitos entre os moradores que não mais concordam com seu funcionamento. Nossa crítica refere-se a uma narrativa linear sobre essas organizações, como se os “faxinais” nascessem pré-destinados para um fim, sem levar em consideração as práticas dos sujeitos que vivem nesse espaço e que fazem do “faxinal” algo modificável e fluido, portanto, passível de mudanças.

Nossa pesquisa vai a “contrapelo” dessa narrativa contínua e linear da história dos “faxinais”, pois investiga como algumas localidades da zona rural de Irati-PR tiveram uma de suas principais formas de subsistência, que era a agricultura, destruída por uma infestação de gafanhotos ocorrida no final da década de 1940. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos moradores com a escassez de alimentos, ocasionada não só pelos gafanhotos, mas também por uma peste suína, o que se percebe é que houve uma reorganização das práticas, e não o “fim” do “faxinal”, como se poderia esperar. Nas localidades que pesquisamos, a desarticulação ocorreu somente em 2003 no Rio do Couro, quando os moradores se reuniram e decidiram desativar o “criador” devido a conflitos

⁸⁹ CAMPIGOTO, José A.; BONA, Aldo Nelson. Op. Cit.

⁹⁰ CARVALHO, H. M. *Da aventura à esperança*. Op. cit. p. 41.

causados pela má conservação das cercas e também pela aquisição de terras nesse espaço por pessoas que não residiam na localidade.

Nos trabalhos de Carvalho, Chang, Gubert e Gevaerd o sujeito que vive nos faxinais também é “construído” enquanto um ser passivo e sem atitudes perante a desarticulação de seu modo de vida. Modo de vida esse que parece ser estático, cristalizado, sem sofrer qualquer forma de alteração. E quando acontece uma ruptura ou alteração, no caso a desarticulação do “sistema”, dá-se a impressão que os sujeitos que residem no “faxinal” permanecem alheios a essa realidade, não possuindo uma postura ativa ou mesmo participação nesse processo.

Novamente citamos como exemplo a infestação de gafanhotos na década de 1940. Mesmo com as dificuldades que os moradores das localidades atingidas enfrentaram, estes não se mostraram passivos e nem mesmo sem atitudes, pelo contrário, práticas foram criadas, reinventadas, e ressignificadas por esses sujeitos. Em nenhum momento verificou-se a passividade dos moradores.

De uma maneira geral, pode-se perceber que nessas obras publicadas na década de 1980 existia uma preocupação em se construir uma definição para o que seria o “faxinal” no âmbito acadêmico. Ao contrário da pesquisa que foi realizada por Lourival Luiz Fornazzari, o objeto de estudo “faxinal” construído por Carvalho, Chang, Gubert e Gevaerd é significado como um modo de organização que tinha um início, uma fase de desenvolvimento e passava pela desagregação. Sendo que alguns desses autores, como Gubert e Gevaerd, apontavam alternativas para que esse modo de vida não se extinguisse. A diferença de sentido que o “faxinal” possuía na narrativa de Fornazzari e dos autores da década de 1980 é evidente.

Apesar de tanto Fornazzari como os autores da década de 1980 verem no “faxinal” um objeto de estudo, existem, apesar de todos serem “científicos, diferenças nos “olhares” para com essas localidades. Fornazzari construiu um “faxinal” em que as práticas dos moradores transformavam esse espaço em algo “desorganizado”, “insalubre”, “sem higiene”, inclusive a criação de animais à solta foi interpretada com algo negativo pelo médico, conforme analisamos acima. Já nas produções da década de 1980 a criação de animais em um espaço comum, juntamente com a agricultura de subsistência, indicavam o aspecto particular e diferenciador dos “faxinais” diante de outras formas de viver e produzir no campo.

Mas agora pensemos em uma questão: quais os significados que os moradores das localidades que se organizam a partir do “criadouro” dão para o “faxinal”? Afinal, são esses sujeitos que vivenciam o “faxinal” e tem seu cotidiano, suas práticas inseridas nesse espaço.

Realizamos uma entrevista com Josefa Longato, 80 anos, nascida na localidade de Cerro do Canhadão, zona rural do município de Irati e atualmente moradora do Faxinal do Rio do Couro, também município de Irati-PR. Na fala da nossa entrevistada o “faxinal” está intimamente ligado ao criadouro comunitário.

Faxinal porque criava criação, daí eles diziam faxinal. Eles diziam faxinal porque era de criação tudo solta, todos tinham criações e era tudo junto, tudo em um faxinal só, porcada, aquele tempo todo mundo criava porco. O faxinal chamava de criador, era criação solta⁹¹.

Por meio da fala de dona Josefa podemos observar a relação estabelecida, ou mesmo a equivalência entre “faxinal” e “criadouro comunitário. Para a nossa entrevistada o “faxinal” não estaria associado à mata, mas sim à prática da criação de animais em um local comunitário. É a presença de animais “soltos” que caracteriza uma área enquanto “faxinal” na concepção dessa moradora do Faxinal do Rio do Couro.

Isso também pode ser percebido na fala de outro entrevistado residente no Faxinal dos Mellos, no município de Irati. Ao ser questionado se a localidade em que reside ainda era “faxinal”, o senhor Batista Fracaro nos responde: “Aqui ainda é faxinal, mas não tem mais porcos, só criação grossa...”⁹² Ao falar sobre o “faxinal”, imediatamente Fracaro o relaciona com a criação de animais à solta, afirmando que não existem mais porcos circulando pelo criadouro e sim “criação grossa” se referindo a animais de maior porte, como equinos e bovinos. O “faxinal” estaria intimamente ligado ao criadouro comum, na concepção de Fracaro. Aqui, faz-se necessário salientarmos, que talvez, o senhor Batista tenha falado de “faxinal” devido a este termo ter sido mencionado na própria formulação da pergunta durante a entrevista.

Outra entrevista foi realizada com Magdalena Berger moradora da localidade de Rio do Couro também na cidade de Irati-PR. Podemos observar que Berger relaciona o “faxinal” com a criação de animais em um espaço comum: “[...] não tem mais faxinal nada, toda a criação fechada e assim decerto vai continuar [...]”⁹³ Para nossa entrevistada quando havia “faxinal” havia animais

⁹¹ LONGATO, Josefa. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.

⁹² FRACARO, Batista. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 18/05/11.

⁹³ BERGER, Magdalena. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 27/02/2011.

soltos e a partir do momento em que este foi extinto, as criações foram confinadas. Há, portanto, uma relação ou talvez uma equivalência entre “faxinal” e “criadouro” para Berger.

Nessa entrevista ainda podemos observar o que as práticas dessa localidade significavam para uma pessoa que não estava inserida nesse cotidiano.

[...] aqui por baixo, para cá tinha outra estrada era tudo, tudo faxinal, não tinha nada, minha irmã chegou lá de Pitanga, de Laranjeiras, que ela morava lá e disse: ‘mas como aqui no Rio do Couro são burro, perder todas essas plantações aí que podiam fazer’ e hoje em dia só têm corredor não tem mais faxinal nada, toda criação fechada e assim decerto vai continuar com o resto, porque todos querem plantar em roda da casa.⁹⁴

Nessa fonte fica claro a ambivalência de sentidos que o “faxinal” possuía. Para dona Magdalena o término do “criadouro” ou “faxinal” representava algo negativo, visto que os animais deveriam ser fechados, resultando na extensão das lavouras até ao redor das casas.

A negatividade do término do “faxinal” para dona Magdalena ainda relaciona-se a escassez da carne suína, pois quando havia o criadouro até mesmo as pessoas mais pobres da localidade consumiam o alimento. Talvez isso estivesse relacionado à própria organização do criadouro, que permitia que pessoas que não possuísem terras criassem seus animais nesse espaço comum.

Contudo, nem todos viam a prática de manter uma quantidade grande de terras em comum para criar animais como algo conveniente e vantajoso. A irmã de dona Magdalena que residia na cidade de Pitanga.-PR, via o “faxinal” na localidade de Rio do Couro como algo irracional, pois para ela essas terras poderiam ser utilizadas para a lavoura, gerando lucratividade. Para um “olhar de fora” a prática do criadouro, poderia não resultar em benefícios financeiros, pelo contrário, impediria que eles fossem gerados. O “faxinal”, dentro dessa perspectiva seria, portanto, algo irracional e atrasado.

Finalizando nossas discussões acerca da polissemia de sentidos sobre “faxinal” pudemos perceber que as interpretações dadas pelas escrituras, pela lei, pelas produções “científicas e pelas narrativas dos moradores, fazem “emergir” diferentes “faxinais”, que revelam diferentes saberes, diferentes formas de percepção e de interpretação de uma determinada realidade. Tratam-se de diferentes “verdades”.

⁹⁴ BERGER, Magdalena. *Entrevista*. Op. Cit.

CAPÍTULO II

OS ESTUDOS SOBRE OS “FAXINAIS” E O “CRIADOR”

2.1 Os “faxinais” e a produção acadêmica

A pesquisa sobre os faxinais vem ganhando espaço nas produções acadêmicas nos últimos anos. Apesar desse aumento de estudos e de produção de fontes orais e bibliográficas sobre os faxinais, essa temática ainda necessita de investigações. Aspectos ligados às práticas sociais, às crenças e simbologias de cada faxinal necessitam ser pesquisadas.

Cada localidade que se organiza enquanto “faxinal” possui suas características culturais próprias.⁹⁵ Alguns faxinais receberam a influência de grupos étnicos como imigrantes ucranianos, outros a influência de poloneses, outros de italianos (como é o caso de algumas localidades da zona rural de Irati-PR), outros dos caboclos, enfim, cada faxinal possui uma formação diferenciada e, portanto características culturalmente diferenciadas. Essas especificidades que cada grupo possui não podem ser negligenciadas pelo pesquisador, haja vista que são essas características que tornam cada faxinal único. Assim, acreditamos não existir uma cultura dos faxinais, mas sim culturas, ou então “híbridos culturais”⁹⁶.

Dessa forma, cada faxinal possui especificidades e, portanto, necessita ser estudado de maneira particular. Chama-nos a atenção para o número irrisório de pesquisas sobre os faxinais da cidade de Irati-PR, a qual possuía um número considerável de localidades que se organizavam a partir do criadouro comunitário, algumas ainda permanecendo nessa forma.

Nos últimos anos, estudos em relação aos faxinais são desenvolvidos sistematicamente no âmbito do Departamento de História e do Laboratório de História e Cultura dos Faxinais, este último, criado em 2006 na Universidade Estadual do Centro-Oeste – campus de Irati. Além da produção de trabalhos acadêmicos relacionados aos faxinais, são coletadas narrativas com os

⁹⁵ Cf. SCHUSTER, W. T.; CUNHA, Luis A. G. *Faxinais do Centro- Sul do Paraná: temporalidades e territorialidades*. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Wladimir%20Teixeira%20Schuster.pdf> Acesso em 02/01/13. p. 01-16. Cf. BERTUSSI, Mayra Lafoz. *Liberdade para criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 42.

⁹⁶ O conceito de “híbridos culturais” foi formulado por Stuart Hall. Para o autor nenhuma nação é formada apenas por um povo, uma cultura ou por uma etnia: “As nações modernas são todas, híbridos culturais”. Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 63.

moradores dessas localidades, produzindo, assim, uma importante documentação para se compreender historicamente esse modo de vida particular. Contudo, os faxinais pesquisados, em sua maioria, são de outros municípios e não os de Irati.

O primeiro trabalho produzido sobre os faxinais na área de história foi intitulado como “Terras de plantar, Terras de criar – Sistema de Faxinal: Rebouças - 1950-1997” de autoria de Maria Magdalena Nerone, resultado de sua tese de doutorado na UNESP/Assis, no ano de 2000. Nesse trabalho a autora pesquisou a localidade de Marmeleiro no município de Rebouças-PR no período de 1950-1997. Enfatizamos essa pesquisa pelo modo como a autora “olha” para o que ela considera ser um modo de vida particular. Se utilizando de fontes jurídicas, impressas, iconográficas e orais a autora buscou analisar como era a sociedade, a cultura, a política, a economia, enfim, os usos e costumes, os modos de ser e de se relacionar com a natureza que aquele grupo possuía.

Através da pesquisa de Nerone, percebemos que as práticas culturais de Marmeleiro, não eram encontradas em outras localidades consideradas faxinais, como no caso da localidade de Faxinal do Rio do Couro no município de Irati. Da mesma forma, muitas práticas que podiam ser evidenciadas nesta última não eram encontradas em Marmeleiro. O trabalho de Nerone nos auxilia a identificarmos as peculiaridades de cada localidade, visto que cada uma desenvolveu uma cultura diferente. Tratam-se portando de culturas de faxinais.

Outras pesquisas na área de história que serão de grande importância para nosso trabalho são dois artigos publicados no livro “Estudos em história cultural na região sul do Paraná”, organizado por José Adilçom Campigoto e Hélio Sochodolak.

O primeiro artigo é intitulado “Mudanças culturais nos faxinais” de autoria de Marla Rupp e Valter Martins. Nesse trabalho estudou-se o processo de desarticulação do sistema de faxinal, na localidade de Marmeleiro, no município de Rebouças-PR, a partir da chegada de migrantes gaúchos, na década de 1980. Rupp e Martins inovam no sentido de perceberem como os sujeitos se (re)organizaram diante da desestruturação do faxinal.⁹⁷

Esse trabalho aponta elementos que indicam a reorganização das práticas dos moradores em meio algumas dificuldades, no caso à desestruturação do faxinal. Em nossa pesquisa, também procuraremos mostrar que os sujeitos não eram passivos ou estáticos em relação às dificuldades que

⁹⁷ RUPP, M.; MARTINS, V. Mudanças culturais nos faxinais In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. *Estudos em História Cultural na região sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008. p. 79-116.

encontraram. A infestação de gafanhotos é um exemplo de uma dificuldade enfrentada pelos moradores das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos na década de 1940. Nesse momento de carência de alimentos gerada pelos gafanhotos, os moradores não ficaram indiferentes, pelo contrário, práticas foram inventadas e reinventadas e essa dificuldade foi superada, produzindo inúmeros significados para a infestação.

O segundo artigo é de autoria de Ilma Aparecida Toledo e está intitulado como “Representações e práticas culturais do sistema faxinal”. Toledo analisou os discursos dos faxinalenses, suas representações em relação ao modo como vivem e a forma como eles próprios compreendem suas culturas.⁹⁸ Essa pesquisa se propôs a “dar voz” para sujeitos que foram silenciados da história, mostrando a forma como eles próprios significam seu modo de viver. Em nossa pesquisa, também analisamos o que os moradores de algumas localidades entendem como “faxinal”, bem como a forma como interpretam e significam a infestação de gafanhotos. É a forma como eles próprios veem “seu mundo” e lhe conferem sentidos.

Outra obra de referência é o livro “História agrária: propriedade e conflito”⁹⁹ organizado por Márcia Menendes Motta, Beatriz Anselmo Olinto e Oséias de Oliveira, que resultou do III Colóquio de História Agrária, ocorrido na Universidade Estadual do Centro-Oeste em Guarapuava-PR, no ano de 2008. A obra é composta de vários artigos que analisam, entre outras questões, o uso e a posse das terras por grupos, tais como os trabalhadores rurais, indígenas, ex-escravos, caboclos e faxinalenses.

Na obra, os faxinais são abordados pelos autores José Adilçom Campigoto e Hélio Sochodolak no artigo intitulado “Os faxinais na região das araucárias”¹⁰⁰. Nesse trabalho os autores refletem sobre o início do povoamento do Paraná, atentando para a forma como os faxinais “aparecem” na historiografia desse período. A importância da criação de suínos em regime de compáscuo, bem como a relação que os faxinalenses estabelecem em relação às terras do criadouro comunitário, também são questões analisadas pelos autores. São justamente essas últimas questões que confluem para nossa pesquisa, uma vez que também analisamos a relação que se estabeleceu

⁹⁸ TOLEDO, Ilma A. Representações e práticas culturais do sistema faxinal. In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. *Estudos em História Cultural na região sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008. p. 117-150.

⁹⁹ MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oseias. (orgs) *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

¹⁰⁰SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. Os faxinais na região das araucárias. In MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oseias. (orgs) *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009. p.183-212

entre os moradores das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos e formação de um único criadouro.

Existem outros trabalhos que são de extrema importância para nosso estudo. Como é o caso da tese defendida por Luis Almeida Tavares, em 2008 na Universidade de São Paulo-USP, na área de Geografia Humana intitulada “Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum”.¹⁰¹

Neste trabalho o autor desenvolveu uma análise sobre a trajetória dos faxinais, bem como, a forma como esses territórios se constituíram. Segundo Tavares, a territorialidade faxinalense teria se consolidado na aliança feita, nos Campos Gerais, entre os índios e negros que fugiram da escravidão. Posteriormente o sistema teria incorporado outros camponeses, alguns imigrantes poloneses e ucranianos, e outros que conseguiram fugir da Guerra do Contestado. As práticas sociais comuns e religiosas são, para o autor, o que consolidam o modo de vida faxinalense. Ao concluir seu trabalho, Tavares afirma que os faxinalenses, na contemporaneidade, lutam não só para se manter enquanto “classe para si”, mas para reconquistar espaços em seu território comunitário expropriado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo.

O interessante para nós, no trabalho de Tavares, é que o autor aponta elementos que estão ligados ao cotidiano, à cultura dos sujeitos que residem nos faxinais. Quando aborda a desarticulação desse “sistema” não analisa os sujeitos enquanto passivos diante da desestruturação do faxinal. Após a perda de muitos territórios de faxinais, os indivíduos que ali residiam se reorganizaram e de maneira “inventiva”, “astuciosa”. O faxinal não é algo cristalizado, pois está a todo momento se reinventando por meio das práticas de seus “usuários”. Por mais que tenham sido fatores externos que motivaram a desagregação de muitos faxinais: imigração gaúcha, modernização da agricultura, vinda de serrarias; os sujeitos que viviam no faxinal participaram dessa mudança de forma ativa.

Ainda na área de geografia temos o trabalho intitulado “Faxinal do presente e faxinal do passado: transformações no uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo –Pr”¹⁰²,

¹⁰¹ TAVARES, Luis Almeida. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) USP, São Paulo, 2008.

¹⁰² SCHUSTER, W. T. S; SAHR Cicilian Löwen. Faxinal do presente e faxinal do passado: transformações no uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo –Pr. *Revista das Ciências exatas e da terra, ciências agrárias e engenharias*. V. 15, nº 01, abril de 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/exatas/article/view/970/841> Acesso em: 12/09/12.

desenvolvido por Wladimir Teixeira Schuster e Cicilian Löwen Sahr, ambos geógrafos ligados ao departamento de Geografia da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esses autores realizaram um estudo de caso no Faxinal Saudade Santa Anita no município de Turvo-Pr, onde mostraram através de depoimentos dos moradores e mapas, a dinâmica do faxinal antes da década de 1980 (“faxinal do passado”) e depois desse período (“faxinal do presente”). Nessa pesquisa seus autores apontam para uma série de elementos que faziam parte do cotidiano desses moradores e que deixaram de ser praticados. Isso demonstra que o faxinal além de ser transformado por elementos exteriores (imigração, modernização da agricultura, ou mesmo uma infestação de gafanhotos etc.) também foi e ainda é reinventado por seus moradores. São as práticas cotidianas que estão a cada momento transformando o faxinal.

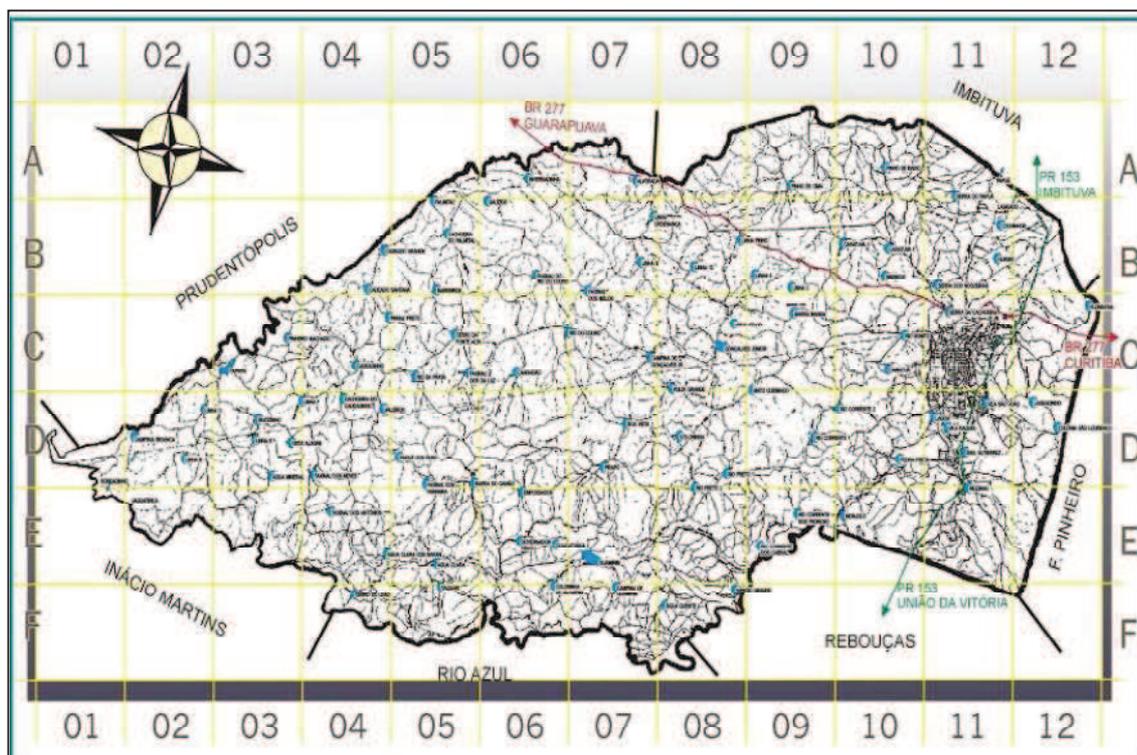
Esses trabalhos serão de extrema importância para entendermos as diferentes práticas que compõe cada “faxinal”, tornando cada espaço único. Essas práticas estão a todo instante “reinventado” cada “faxinal”. Nesse sentido, pesquisaremos algumas localidades do município de Irati-Pr, tentando perceber como eram essas práticas na década de 1940 e como foram transformadas durante e depois da infestação de gafanhotos, ocorrida no final desse período. Além disso, procuraremos mostrar os significados que foram produzidos pelos moradores em relação a infestação desses insetos.

2.2 Os “faxinais” de Irati-Pr

A cidade de Irati está localizada no centro-sul do Estado do Paraná, aproximadamente a 150 km de Curitiba. Seus limites geográficos fazem divisas ao noroeste com o município de Prudentópolis, nordeste com o município de Imbituva, ao leste com Fernandes Pinheiro, a sudeste com Rebouças, ao sul com Rio Azul e a sudoeste com Inácio Martins¹⁰³.

¹⁰³ MAZZA, Carlos Alberto da Silva; SANTOS, José Eduardo dos. [et. al] *Caracterização ambiental dos componentes estruturais da paisagem do município de Irati*. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento). Colombo, Embrapa Florestas, 2005. p. 08.

Mapa 03 – Limites geográficos do município de Irati



Fonte: MAZZA, Carlos Alberto da Silva; SANTOS, José Eduardo dos. [et. al] *Caracterização ambiental dos componentes estruturais da paisagem do município de Irati*. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento). Colombo, Embrapa Florestas, 2005. p. 11.

Irati é formado pelos distritos de Guamirim, Gonçalves Júnior e Itapará, os quais estão localizados a aproximadamente 26, 15 e 45 quilômetros, respectivamente, da sede.¹⁰⁴ Cada distrito é formado por localidades que sobrevivem, em sua maioria, da agricultura e muitas delas organizavam-se (algumas ainda organizam-se) enquanto faxinais.

O número de faxinais que existiam em Irati era bastante representativo, conforme podemos observar na tabela 1. Contudo, houve a desagregação dessas organizações, restando nessas localidades apenas algumas características que indicam a existência de áreas de criadouro comum. É o que podemos perceber na tabela abaixo que foi confeccionada a partir dos dados levantados por Antonio Michel Kuller Meira, José Carlos Vandresen e Roberto Martins de Souza.

¹⁰⁴ GEOGRAFIA de Irati. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/pr/irati/localizacao.htm> Acesso em 13/04/13.

Tabela 1 – Localidades que se organizam/organizavam como faxinais em Irati-PR

Nome do faxinal	Município	Situação ¹⁰⁵	Número de famílias faxinalenses ¹⁰⁶
Pirapó	Irati	4	20
Faxinal dos Mellos*	Irati	3 e 4	45
Faxinal do Rio do Couro*	Irati	2 e 3	65
Cachoeira do Palmital e Palmital	Irati	3 e 4	50
Cadeado Grande	Irati	2	15
Cadeado Santana	Irati	4	40
Itapará*	Irati	2	60
Monjolo	Irati	2	46
Faxinal dos Antonios	Irati	4	20
Rio Corrente	Irati	4	15
Campina do Guamirim	Irati	3	25
Rio Preto	Irati	4	10
Pedra Preta	Irati	4	20

¹⁰⁵ “1) Faxinal uso comum – “criador comum aberto”; 2) Faxinal uso comum – “criador comum cercado”; 3) Faxinal uso comum restrito – “criador com criação grossa”, e 4) Faxinal sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”. Nesta classificação, a quarta modalidade foi considerada a forma predominante, não obstante numa mesma localidade se apresentarem áreas individualizadas e em comum.” (MEIRA; VANDRESEN; SOUZA In: ALMEIDA; SOUZA (orgs.), 2009, p. 120.)

¹⁰⁶ “Este dado foi coletado junto a informantes das localidades visitadas. Refere-se à estimativa do número de famílias que compõe ‘unidades de mobilização’ em defesa do uso comum.” Cf. MEIRA, Antonio M. K.; VANDRESEN, J. C. [et al]. Mapeamento situacional dos faxinais do Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 120.

Pinho de Baixo	Irati	3	10
----------------	-------	---	----

Fonte: MEIRA, Antonio M. K.; VANDRESEN, J. C. [et al]. Mapeamento situacional dos faxinais do Paraná. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 120.

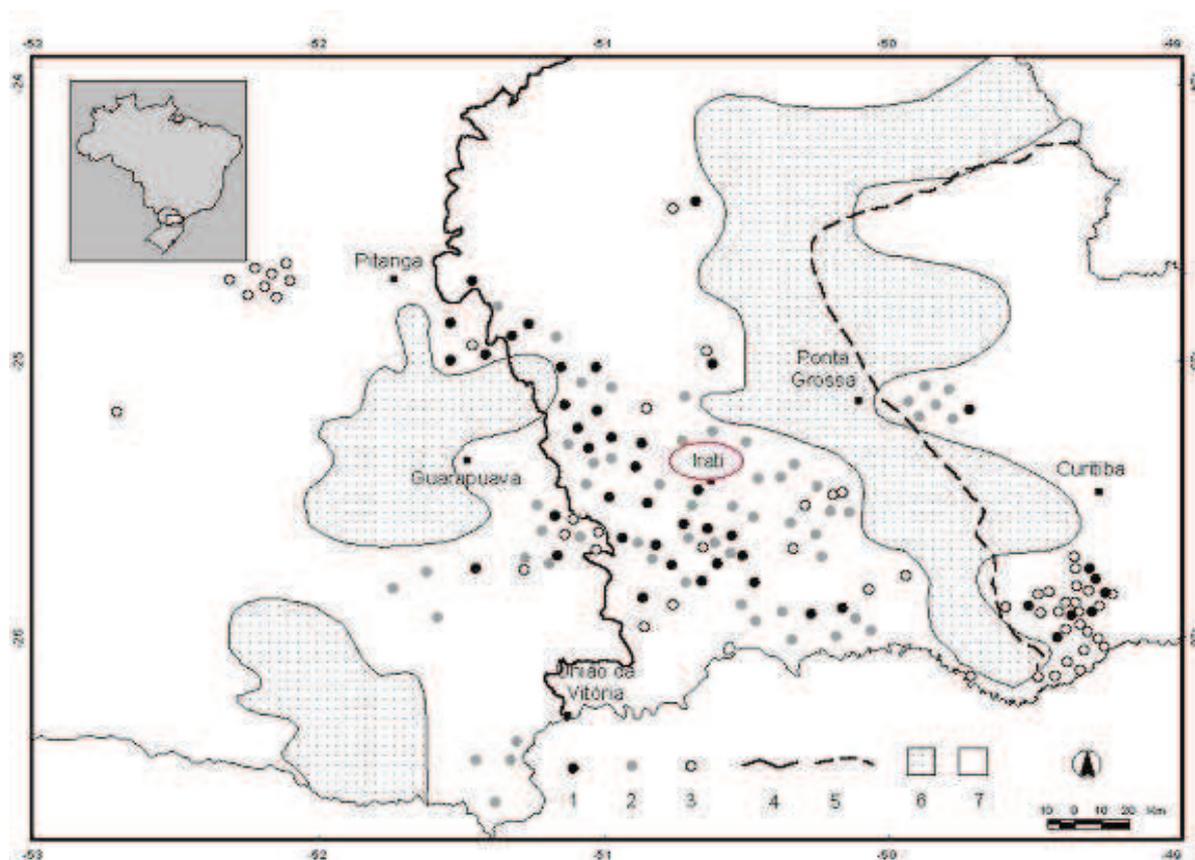
* Localidades que ainda mantêm o criadouro comunitário

Nessa tabela podemos perceber que havia uma quantidade considerável de localidades que se organizavam a partir do criadouro comunitário em Irati, mas que acabaram se desestruturando.

Mesmo com um número considerável de faxinais que existiam poucos estudos foram realizados sobre essas localidades em Irati-Pr em se tratando da investigação de aspectos relacionados às praticas culturais. Em nosso levantamento bibliográfico encontramos apenas um trabalho: “Da aventura à esperança: a experiência autogestionária no uso comum da terra” de Horácio Martins de Carvalho, no início da década de 1980. Nesse trabalho o autor tomou como objeto de estudo o “criadouro do Rio do Couro”, formado a partir da junção de 3 criadouros comunitários, sendo eles o da própria localidade de Rio do Couro juntamente com o Faxinal do Rio do Couro e Faxinal do Mellos. Essa obra se faz de extrema importância, por ser o único trabalho que tomamos conhecimento, em que foi pesquisado o mesmo recorte espacial que nosso estudo contempla.

Talvez, o irrisório número de trabalhos feitos sobre faxinais de Irati deva-se à desativação de grande parte dessas organizações, que leva muitas vezes o pesquisador a investigar apenas as localidades que ainda permanecem com criadouro comunitário . Contudo chamamos a atenção para o fato de uma localidade não mais se organizar a partir do criadouro comunitário não quer dizer que esta tenha perdido totalmente suas características culturais e que, portanto, não pode mais ser considerada um objeto de estudo. Mesmo após o término do criadouro comunitário ainda existe uma memória, ou melhor, memórias sobre como era o faxinal. Narrativas das práticas, crenças, do cotidiano desses sujeitos, de como foi a reorganização da localidade após a desativação do criadouro. Existe uma história, ou melhor, histórias que são contadas pelas pessoas que viveram e ainda vivem nesses lugares. Se o criadouro comunitário desestruturou-se, a memória, ainda que resignificada, permanece e precisa ser estudada.

Mapa 4 – Distribuição dos faxinais no Paraná em 2005 – destaque para a cidade de Irati



1 – Faxinais Remanescentes; 2 – Faxinais Desativados; 3 – Faxinais Extintos; 4 – Escarpa da Serra Geral; 5 – Escarpa Devoniana; 6 – Campos; 7 – Mata de Araucária.

Fonte dos Dados Brutos: Marques (2005); Base Cartográfica: Cigolini, Mello, Lopes (2001). Concepção e Cartografia: Löwen Sahr e Berto. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Cicilian%20Luiza%20Lowen%20Sahr.pdf> Acesso em 10/03/13.

Por meio desse mapa podemos perceber que havia um total de 152 faxinais no estado do Paraná em 2005. Destes, 44 são (ou pelo menos eram até 2005) considerados “Remanescentes” o que significa que ainda mantêm a organização social típica do sistema e as matas de araucária. Outros 56 estão “desativados”, o que indica que ainda apresentam áreas de matas com Araucárias e outros 52 estão extintos, ou seja, perderam totalmente as características que poderiam identificar um faxinal.¹⁰⁷ Em um relatório de consultoria técnica publicado em 2005 pelo agrônomo Claudio Luiz

¹⁰⁷ LÖWEN SAHR C. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. In: *Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária - II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.* Disponível em:

Guimarães Marques, intitulado “Levantamento preliminar sobre o sistema de faxinal no estado do Paraná” o número de faxinais remanescentes no Paraná que são considerados pelo autor corresponde a 44, sendo que 15 destes pertencem à microrregião de Irati, fazendo parte as cidades de Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins e a própria Irati.¹⁰⁸

Nesse relatório dois faxinais foram identificados em Irati como desativados: Faxinal dos Neves/Água Mineral e Faxinal dos Antônios. Outros três ainda se encontravam organizados a partir do criadouro comunitário: Faxinal dos Mellos, Faxinal do Rio do Couro e Itapará¹⁰⁹. Apenas os dois primeiros estavam cadastrados como Área de Uso Regulamentado – ARESUR¹¹⁰, passando assim a receber os benefícios do ICMS Ecológico¹¹¹.

Em outro estudo publicado em 2009, tendo como título “Terras de Faxinais”, sob a organização de Alfredo Wagner Almeida e Roberto Martins Souza, considera-se que o número de faxinais existentes na microrregião de Irati era de 37, sendo que 14 destes localizavam-se na própria cidade de Irati.¹¹²

Nota-se uma diferença considerável do número de faxinais localizados na cidade de Irati se comparados aos dados apresentados por Marques. Essa diferença talvez possa estar relacionada à contagem de localidades enquanto faxinais, mesmo quando estes já haviam extinguido os criadouros. Ou seja, em certo período essas localidades eram faxinais, mas, no momento em que Almeida e Souza organizaram suas pesquisas não apresentavam mais nenhuma característica que

<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Cicilian%20Luiza%20Lowen%20Sahr.pdf>. Acesso em: 09/04/13.

¹⁰⁸ MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná* (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004. p. 9.

¹⁰⁹ Atualmente essas 3 localidades ainda mantêm o criadouro comunitário. No Faxinal do Mellos e Faxinal do Rio do Couro circulam apenas “criações altas”, que seriam animais de grande porte como equinos, bovinos e muare. Já no faxinal de Itapará, além das “criações altas” circulam “criações baixas”, principalmente suínos.

¹¹⁰ Os faxinais foram enquadrados como ARESUR a partir do decreto 3446 de 14 de agosto de 1997: “Art. 1º. Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado ‘Sistema Faxinal’, com o objetivo de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das localidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da ‘araucaria angustifolia’ (pinheiro-do-paraná).” Cf. PARANÁ, *Decreto* nº 3446 de 14 de agosto de 1997.

¹¹¹ O ICMS Ecológico refere-se ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – Ecológico. Foi instituído pela Lei Estadual Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, a qual “Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.” Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Lei nº 59. Curitiba, 1991. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/LEIS/LEI_COMPLEMENTAR_59_1991.pdf. Acesso em 10/06/13.

¹¹² ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009. p. 62.

poderiam identificá-las enquanto faxinais e mesmo assim foram consideradas pelos autores enquanto tais.

Atualmente existem apenas três faxinais em Irati que ainda permanecem com o criadouro comunitário. Trata-se da localidade de Itapará, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. Essas duas últimas, juntamente com o Rio do Couro compõem o recorte espacial de nossa pesquisa.

As localidades de Faxinal dos Mellos e Faxinal do Rio do Couro ainda se organizam a partir do criadouro comunitário, mantendo apenas “criações altas”, ou seja, equinos, bovinos e muares. Já a localidade de Rio do Couro não possui mais o criadouro comunitário desde o ano de 2003, período em que foi extinta as criações de grande porte, conforme consta na ata nº 35 da “Associação de Agricultores São Sebastião e São Francisco”.

Aos treze dias do mês de junho de 2003, 3-7-2003, se reuniram 12 sócios da associação no Pavilhão da igreja de Rio do Couro para combinarem sobre o criador, se continua o criador ou termina. Dialogando uns com os outros foi assinado concordando com a não permanência do criador. Todos assinaram, acharam por bem terminarem com o criador, assim foi decidido.¹¹³

Essas 12 pessoas que participaram da reunião, segundo o redator da ata, eram a favor do término do criadouro, conforme podemos perceber na seguinte frase: “Todos assinaram, acharam por bem terminarem com o criador, assim foi decidido.”¹¹⁴ Em nenhum momento é citada pessoas se opondo ao término do criadouro, tanto que todos assinaram pela sua desativação. Ao que parece o “diálogo” entre esses sócios que participaram da reunião era em torno de uma ideia comum: o término do criadouro.

Essas reuniões eram realizadas pela Associação de Agricultores. Existem atualmente nas localidades de Faxinal do Rio do Couro, Rio do Couro e Faxinal dos Mellos duas Associações de agricultores, uma formada apenas por Faxinal do Rio do Couro e outra pelas localidades de Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. A primeira foi denominada como “Associação de Agricultores e Fruticultores”¹¹⁵ e a segunda “Associação de agricultores São Sebastião e São Francisco”¹¹⁶. Esses

¹¹³ ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SÃO SEBASTIÃO E SÃO FRANCISCO DE RIO DO COURO. *Ata nº 35*, 2003.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E FRUTICULTORES DE FAXINAL DO RIO DO COURO. *Ata nº 01*, 1988.

¹¹⁶ ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SÃO SEBASTIÃO E SÃO FRANCISCO DE RIO DO COURO. *Ata nº 01*, 1988.

nomes foram escolhidos pelos moradores durante as reuniões em que foram formadas as associações.

A associação de agricultores “São Sebastião e São Francisco” do Rio do Couro e de Faxinal dos Mellos foi fundada no dia 16 de agosto de 1988 através de uma reunião realizada no Pavilhão da capela de São Sebastião, onde estavam presentes pessoas ligadas à Prefeitura Municipal de Irati, como a assistente social Aracy Pessoa Silva Morossini e o então prefeito da cidade Antonio Toti Colaço Vaz.¹¹⁷

Seis dias depois do registro de fundação da associação de Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, ou seja, dia 22 de agosto, registrou-se outra reunião no livro ata da associação de agricultores da localidade de Faxinal do Rio do Couro. O local em que fora realizado a reunião teria sido a sede do grupo de jovens dessa mesma localidade. Instituiu-se a formação de mais uma associação de agricultores formada apenas pela localidade de Faxinal do Rio do Couro¹¹⁸.

É interessante percebermos que, apesar das localidades do Rio do Couro, Faxinal dos Mellos e Faxinal do Rio do Couro possuírem duas associações de agricultores, uma formada por essas duas primeiras e a outra formada apenas pela localidade do Faxinal do Rio do Couro, essas localidades formavam um único criadouro comunitário, que permaneceu até 2003, ano em que Rio do Couro teve seu criadouro desativado. Mas mesmo após a desativação do criadouro do Rio do Couro, os moradores de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos continuaram essa prática em suas localidades.

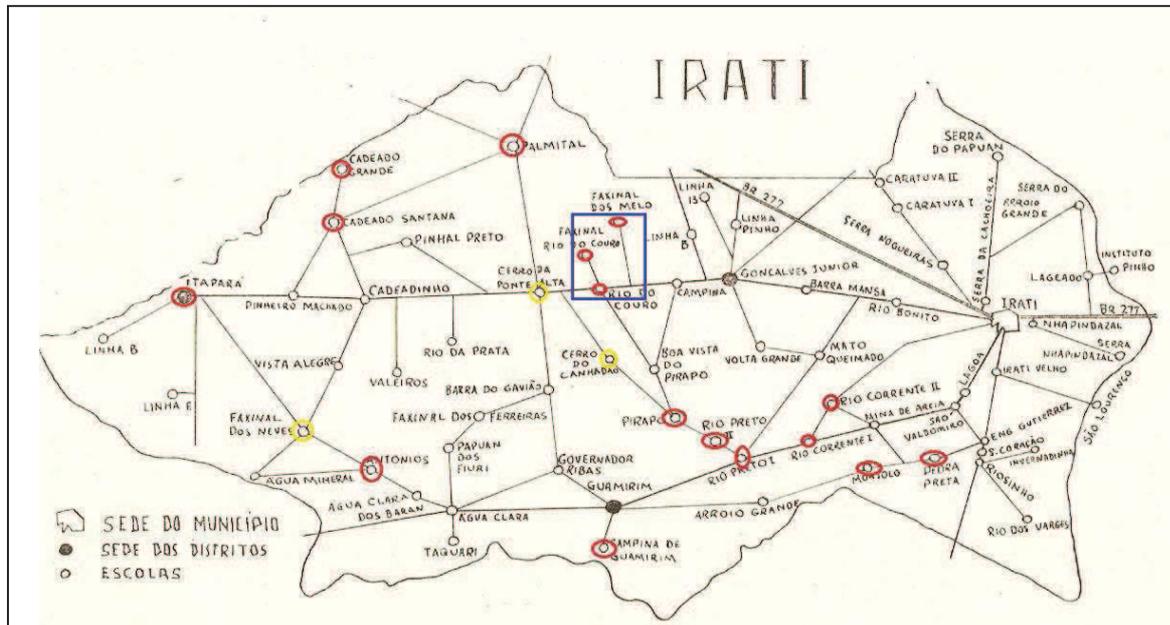
2.3 . A formação do “criador”

As localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos localizam-se na zona rural do município de Irati, aproximadamente 25 km do centro da cidade (Cf. Mapa 5) sendo a maioria de seus moradores descendentes de imigrantes italianos. A agricultura é a principal forma de subsistência, destacando-se o cultivo de fumo, feijão, milho e soja.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES e FRUTICULTORES DE FAXINAL DO RIO DO COURO. *Ata* nº 01, 1988.

Mapa 5 – Localidades da zona rural de Irati



Fonte: ORREDA, José Maria. *Irati*. Vol. 1, Irati: O Debate, 1972. p. 224

Os círculos em vermelho indicam as localidades que foram apontadas como faxinais na tabela 01. Os círculos em amarelo indicam outras localidades que foram ou ainda são faxinais e que não foram indicadas na tabela 01. O quadrado em azul indica nosso recorte espacial, que compreende as localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos.

Conforme afirmou Claudio Luis Guimarães Marques em seu “Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná” só na localidade de Faxinal do Rio do Couro o percentual de descendentes de italianos chega a 70% da população.¹¹⁹ Apesar desse percentual significativo não existem nessas localidades festas típicas “italianas”, como em locais como no Pinho de Baixo, também no município de Irati e que tem grande parte de seus moradores de descendência italiana, onde anualmente é realizada a “Festa da Polenta”.

Segundo José Maria Orreda em seu livro intitulado “Irati”, os imigrantes italianos começaram a se fixar na localidade do Rio do Couro desde 1917/1918, vindos de Campo Largo¹²⁰. Em Campo Largo, atualmente região metropolitana de Curitiba, havia um núcleo colonial de italianos fundado em 1889, chamado “Colônia Balbino Cunha” e que conforme afirma Osmar Aggio, seria dessa colônia que partiram os italianos e seus descendentes para a localidade do Rio do Couro em Irati.

¹¹⁹ MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná* (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004. p. 26.

¹²⁰ ORREDA, José Maria. *Irati*. Irati, Pr: Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda, 1972. p. 65

Nas primeiras décadas de século XX, muitas famílias de italianos e seus descendentes, em busca de novas terras e oportunidades, migraram para o município de Irati-PR (também chamado de “Sertão” pelos moradores da Campina) e lá formaram um núcleo colonial chamado Rio do Couro (o lugar recebeu este nome devido à morte de uma anta, cujo couro foi deixado estaqueado ao lado da estrada, perto de onde o rio passa), com muitas famílias de italianos da Campina.¹²¹

A menção aos italianos como “fundadores” de Rio do Couro também é algo bastante comum na narrativa dos próprios moradores, como na fala de dona Magdalena.

“É foram os italianos e para lá foram os Mellos, aqui no Rio do Couro os primeiros parece que eram 10 moradores. Eu acho que vieram todos de Campo Largo [...]”¹²² Para dona Magdalena o povoamento de Rio do Couro estaria ligado à vinda dos “italianos” de Campo Largo, formando um grupo com aproximadamente 10 moradores. Já o povoamento da localidade de Faxinal dos Mellos, estaria relacionado com a presença da família Mello.

A formação da localidade de Faxinal do Rio do Couro, na concepção de Joanim Longato, também estaria relacionada à imigração italiana.

Quando vieram os primeiros, aqui os italianos: Longato, Fracaro, Maneira, porque era matão quando os primeiros vieram. Os italianos vieram de Campo Largo porque quando eles vieram da Itália eles se acamparam em Campo Largo, daí de lá que começaram a vir para cá.¹²³

Na concepção desses moradores as localidades de Faxinal do Rio do Couro e Rio do Couro teriam sido “fundadas” pelos italianos e seus descendentes. Já Faxinal dos Mellos teria sido fundada pela família Mello e ao que parece recebeu a própria denominação do sobrenome dessa família.

Segundo um pesquisador chamado Horácio Martins de Carvalho, teriam sido as famílias de italianos vindos de Campo Largo, mais precisamente as famílias Aggio, Fracaro e Campanharo, juntamente com a família Mello, oriunda de Lapa-PR, que formaram um espaço comum para a criação de animais entre os anos de 1912 e 1914.¹²⁴

Carvalho afirma que em 1910 existia um grande proprietário de terras chamado Firmino José da Rocha, o qual residia em Ponta Grossa-PR. Dentre as terras de sua propriedade faziam parte

¹²¹ AGGIO, Osmar. *A colônia que veio do pó*. Gráfica Planeta Ltda, 2005. p. 64

¹²² BERGER, Magdalena. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 27/02/2011.

¹²³ LONGATO, Joanim. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.

¹²⁴ CARVALHO, Horácio Martins de. *Da aventura à esperança: a experiência autogestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984. (Mimeo) p.20.

as que hoje constituem as localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. Em 1910 Rocha vendeu essas terras para Antonio Vieira de Mello, morador do município de Lapa-PR. Em 1912 Mello mudou-se para onde havia adquirido suas terras, mas especificamente para o Rio do Couro. Nesse período havia apenas dois moradores nessas terras, os quais segundo Carvalho possivelmente seriam posseiros. Em 1914 chegam as famílias Aggio, Fracaro e Campanharo, que seriam imigrantes italianos recém instalados em Campo Largo-PR, o que se repetiu no ano de 1918, quando uma nova leva de imigrantes italianos também se dirigem para Rio do Couro.¹²⁵

Carvalho a partir dessas informações levantou a hipótese de que tenham sido essas famílias, ou seja, as famílias Mello, Aggio, Fracaro e Campanharo que organizaram o criadouro entre os anos de 1912- 1914: “é provável terem sido as famílias Mello, Aggio, Fracaro e Campanharo, articuladas, as que decidiram pela organização do criador comunitário”¹²⁶

Na narrativa construída por Carvalho podemos observar uma certa exaltação da participação dessas 4 famílias na “organização do criadouro”, principalmente em relação à família Mello, na figura de Antonio Vieira de Mello.

A possibilidade efetiva do papel pioneiro, no Rio do Couro, de Antonio Vieira de Mello se deve a algumas circunstâncias objetivas. A primeira refere-se à data de sua chegada na área (1912), antes dos demais migrantes para aquela localidade. Em seguida, pela liderança que vai exercer até sua morte em 1961. Nesse período, ou seja, de 1914 (fechamento do criador comunitário) até 1961, Antonio Vieira de Mello era o principal responsável, o líder local que manteve organizado o criador comunitário.¹²⁷

Antonio Vieira de Mello, aos olhos de Horácio Martins de Carvalho, além de ser um dos “mentores” do criadouro do Rio do Couro, era também um líder do local responsável em manter sua “organização”. Tanto, que o autor afirma que após a morte de Mello, em 1961, o criadouro começou a entrar em decadência com o surgimento de propostas para que seu funcionamento fosse interrompido.¹²⁸

Apesar de Carvalho reconhecer a existência de alguns moradores em Rio do Couro, possivelmente posseiros, estes não entraram para a “memória oficial” da fundação da localidade,

¹²⁵ CARVALHO, H. M. Op. cit. p. 20-21.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem. p. 22.

¹²⁸ Idem.

tornaram-se “posseiros anônimos”. O que se construiu foi uma memória na qual apenas os descendentes de italianos, juntamente com a família Mello, foram os responsáveis pela “fundação” da localidade e do próprio “criador”. Talvez essa exaltação de algumas famílias ou pessoas na “construção” do “criadouro do Rio do Couro” se deva às próprias entrevistas que Carvalho realizou para levantar essas afirmações.

As entrevistas foram realizadas com os “membros das mais distintas famílias pioneiras da localidade”, que Carvalho acreditava serem as famílias Mello, Fracaro, Campanharo e Aggio. Logo, era de se esperar que essas pessoas exaltassem a participação de seus antepassados na construção do criadouro. Trata-se de uma disputa por prestígio que os sujeitos travam em suas narrativas. Memórias que tentam se afirmar, se sobressair em meio às demais. O próprio autor reconhece esses conflitos de memórias: “Os relatos dos moradores mais antigos, além das disputas subliminares de prestígio, apresentam divergências sobre os responsáveis pela iniciativa de organizar o criador comunitário.”¹²⁹

Jacques Le Goff em seu livro “História e Memória” nos ajuda a refletir em torno da questão da memória. Le Goff afirma que os psicanalistas e psicólogos acreditavam haver uma manipulação, consciente ou não, “que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual.”¹³⁰ Logo, a memória configura-se enquanto uma construção que é moldada por determinados interesses, sejam eles grupais ou individuais.

E mais ainda, a memória é alvo de disputas, lutas, conflitos.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹³¹

Ao afirmarem que suas famílias foram as responsáveis pela “gênese” do “criadouro de Rio do Couro” construía-se uma memória, ou melhor, memórias, que estavam condicionadas a determinados interesses, afetividades e desejos de cada entrevistado. No momento em que estavam sendo questionados por Horácio Martins de Carvalho esses sujeitos estavam exercendo o papel de

¹²⁹ CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 20.

¹³⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 422.

¹³¹ Idem.

“senhores da memória”. Eram os interesses desses indivíduos que decidiam o que “fazer lembrar” e o que “fazer esquecer”, o que deveria ser dito e o que deveria ser silenciado em suas narrativas.

É interessante percebermos que Horácio Martins de Carvalho, mesmo reconhecendo a existência das três localidades - Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos – construiu o conceito de “criadouro do Rio do Couro”, para se referir ao espaço utilizado de forma comum pelos moradores dessas localidades para a criação de animais..

...na região em apreço, genericamente conhecida como Rio do Couro, solidarizam-se quatro criadores comunitários assim denominados: Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro, Faxinal dos Mello e Faxinal. Esses quatro criadores, por mim genericamente denominado de Rio do Couro, é que abrangem aproximadamente 1.800 ha.¹³²

Carvalho afirma a existência de mais uma localidade no “criadouro do Rio do Couro” além das três que já citamos, trata-se da localidade de “Faxinal”. Acreditamos que o autor tenha se equivocado, uma vez que não existe nenhuma localidade que tenha esse nome nas proximidades e faz parte do “criadouro de Rio do Couro”.

Ao denominar o espaço de criação de animais em comum como “criadouro do Rio do Couro”, ao que parece, Carvalho privilegia apenas a localidade de Rio do Couro, como se o criadouro fosse pertencente apenas a essa localidade e as demais não tivessem participação. Ou se tivessem, estariam utilizando um espaço comum que seria pertencente à localidade de Rio do Couro. Na realização das entrevistas com os moradores dessas três localidades, observamos que o espaço comum não era denominado enquanto “criadouro do Rio do Couro”, mas sim “Criador”. Portanto, utilizaremos como forma de nos referirmos ao criadouro formado pelas três localidades a denominação “Criador”, visto que é essa a forma utilizada pelos moradores.

Existia uma única cerca ao redor de todo o “Criador” para impedir que os animais adentrassem às terras de lavoura. Essa cerca formava uma área que chegava a 1400 alqueires segundo um de nossos entrevistados.

O faxinal era tudo junto, esse faxinal grande. O falecido tio Emílio que era inspetor de quartirão (...) contava, que aqui Rio do Couro e Faxinal dos Mellos dava 1400 alqueires, era tudo aberto, tudo em um só, mas tinha cerca ao redor, tudo de flechame de pinheiro, cada vão era 10, 12 frechame.¹³³

¹³² CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 19.

¹³³ LONGATO, Joanim. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.

A cerca que fora construída para demarcar o “criador” e ao mesmo tempo impedir o acesso de pequenos animais nas lavouras era chamada de “cerca de frechame”: uma cerca construída com lascas de madeira, geralmente pinheiro, colocadas uma sobreposta a outra, formando assim, uma barreira para impedir a passagem dos animais pequenos, especialmente os porcos.

Vejamos a descrição que seu Joanim fez de como era o procedimento para a construção da cerca.

[...] eles [italianos] derrubavam os pinheiros, aquele pinheiros grossos e daí partiam, numa base de dois metros, dois metros e meio, serravam a tora e partiam, faziam os frechame dessa grossura, assim tiravam aquelas lascas daí faziam a cerca, colocavam dois palanques e daí colocava os frechames dentro assim para fazer as cercas. A cerca era de mais ou menos 1,30 de altura, porco não passava de jeito nenhum porque era tudo fechado.”¹³⁴

Após a construção das cercas teria havido um acordo para determinar a quantidade de “lanços” ou “vãos” que cada família cuidaria. Horácio Martins de Carvalho afirma que em 1914 a quantidade de cercas a serem cuidadas por cada família passava de 1000 (mil) lanços. Segundo Carvalho apenas quatro famílias eram as responsáveis em conservar as cercas no início do criadouro, distribuídas da seguinte forma:

- família dos Mello: 3000 lanços ou “vãos” de cerca
- família Aggio: 3000 lanços
- família Campanharo: 3000 lanços
- família Fracaro: 4000 lanços¹³⁵

O autor considera que a medida de cada “lanço” equivalia a 2,86 metros. Nessa proporção, o comprimento da cerca cuidada por essas quatro famílias daria um total de 37 quilômetros.¹³⁶

Nos dados apontados por Carvalho pode-se perceber uma diferença da quantidade de lanços que eram cuidados pela família Fracaro. Talvez essa desigualdade esteja relacionada à quantidade de terras que cada família possuía, conforme apontou Chang.

Quanto à propriedade das cercas, convém lembrar que as cercas são divididas proporcionalmente à área de terra que cada proprietário possui. Cada proprietário contribui com o material necessário para a confecção do trecho de cerca de sua responsabilidade, sendo que os não-proprietários contribuem apenas em serviço na construção e na manutenção das cercas de outros proprietários. Nesse sentido, após a divisão dos lanços

¹³⁴ LONGATO, Joanim. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.

¹³⁵ CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 23.

¹³⁶ Idem.

para cada proprietário, as cercas passam a ser propriedades privadas de seus respectivos donos.¹³⁷

Talvez o maior número de lanços que a família Fracaro deveria cuidar estivesse relacionado com uma maior quantidade de terras que possuíam. A quantidade de cercas que deveriam ser cuidadas por família era determinada em “lanços” que também eram conhecidos como “vãos”.

Ao que tudo indica, a quantidade de “lanços” que cada família cuidava foi diminuindo no correr dos anos. Se no início do “Criador” ultrapassavam 3000 lanços para cada grupo familiar, algumas décadas depois esse número já havia diminuído consideravelmente, conforme nos relatou dona Magdalena.

[...] quando vieram os moradores fizeram não sei quantos lanços de cerca e ainda era com flechame, que aquele tempo eles partiam, faziam de flechame (...) nós aqui tínhamos 150 ou 200 lanços que nós cuidávamos com o papai e daí depois que ficou para nós, daí quando abriram o criador daí fizeram só de arame.¹³⁸

Horácio M. de Carvalho afirma que essa diminuição ocorreu em 1970 quando houve um acordo entre os moradores, em que ficou decidido que cada família que possuísse animais no “Criador” ficaria responsável por aproximadamente 100 lanços. Contudo, esse número poderia variar devido aos seguintes fatores:

[...] muitos moradores apresentam dificuldade, seja financeira ou seja em força de trabalho, para cuidar de 100 lanços. A partir de cada situação individual reestabeleceu-se novos acordos permitindo um redimensionamento do número de lanços por família. Por exemplo, aquelas famílias que ficaram responsáveis por uma parte da cerca onde havia porteira ou val de rio (aumentava a dificuldade de manutenção) tiveram reduzidos os números de lanços para cuidar. Há caso, por exemplo, de família ficar com a manutenção da porteira e cuidar de val de rio (maior vigilância para evitar passagem dos animais) e apenas mais 20 lanços de cerca.¹³⁹

Apesar de Carvalho afirmar que a diminuição dos lanços ter ocorrido somente em 1970, não descartamos a hipótese de que isso já tenha ocorrido antes mesmo desse período. Isso porque, quando do “Criador” foi formado existia um determinado número de famílias que cuidavam de toda a extensão da cerca. Contudo, era de se esperar que o número de famílias fosse aumentando no

¹³⁷ CHANG, Man Yu. Op Cit. p. 43.

¹³⁸ BERGER, Magdalena. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 27/02/2011.

¹³⁹ CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 28-29.

correr dos anos e conseqüentemente diminuindo a quantidade de lanços a serem cuidados por cada grupo familiar.

Acrescenta-se também a participação de pessoas na conservação das cercas que não eram proprietárias de terras, mas possuíam animais no “criador”, o que talvez, contribuisse para a diminuição do número de lanços para cada família, conforme já havia sido observado por Chang¹⁴⁰.

2.4. Os “caboclos” e o “criador”

É possível que a história que se quer lembrar na construção do “criadouro do Rio do Couro” se resume à vinda das famílias de italianos e seus descendentes que, juntamente com a família Mello, formaram um “grande criadouro comunitário”. Mas que sujeitos são deixados à margem nessas narrativas? Que histórias foram silenciadas?

Tanto na fala dos moradores, como na própria narrativa de Carvalho, pudemos perceber que havia outros grupos que também contribuíram na formação do “criador”, mas que permaneceram “silenciados” na escrita da história. Trata-se do grupo denominado por nossos entrevistados como “caboclos”, indivíduos, que ao que tudo indica já habitavam as terras em que seria formado o “criador” antes mesmo da instalação dos italianos e da família Mello, no início do século XX.

Antes de iniciarmos nossa discussão sobre a contribuição dessas pessoas para a formação do “criador” faz-se necessário refletirmos em torno da própria denominação de “caboclo”. Afinal, trata-se de um conceito e todo conceito é fruto de uma construção histórica.

Deborah de Magalhães Lima acredita haver vários usos do conceito “caboclo.”

Considerando a dimensão geográfica, o caboclo é reconhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil (cf. IBGE, 1975). Entre esses tipos gerais estão os **gaúchos** do sul, as **baianas** da Bahia e os **sertanejos** do nordeste, para citar alguns. A distinção de cada tipo regional está relacionada com a geografia, a história da colonização e as origens étnicas da população. Nesse sentido, os caboclos são reconhecidos pelos brasileiros em geral como o tipo humano característico da população rural da Amazônia.

¹⁴⁰ CHANG, Man Yu. Op. Cit. 43.

Enquanto outros tipos regionais constituem representações estereotipadas mais restritas (aparecendo em descrições gerais e no folclore, para exibir as identidades regionais), o caboclo é também uma categoria de “mistura racial” e refere-se ao filho do branco e do índio.¹⁴¹

No estudo sobre os faxinais geralmente se utiliza a definição de “caboclo” como sendo uma categoria de “mistura racial” entre europeus e índios. Man Yu Chang define-os como sendo “[...] um grupo étnico numericamente considerável na estrutura social nas localidades do tipo faxinal, são descendentes, miscigenados ou não com lusos e imigrantes europeus, dos primeiros escravos índios.”¹⁴²

Ernst Cassirer em sua obra “Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana” nos ajuda a refletir em torno dessa questão de definição, ou melhor, de nomeação de determinado grupo.

A função do nome limita-se sempre a enfatizar um aspecto particular de uma coisa, e é precisamente dessa restrição e dessa limitação que depende o valor do nome. Não é função de um nome referir-se exaustivamente a uma situação concreta, mas apenas isolar um certo aspecto e deter-se nele.¹⁴³

Nesse sentido, nomear determinadas pessoas enquanto “caboclas” é exercer uma classificação.¹⁴⁴ E classificar, é enfatizar apenas uma característica de determinado grupo ou sujeito. Ao que parece, na definição de Chang, se quer enfatizar, a característica racial desses indivíduos, que na concepção da autora seria uma “miscigenação” entre brancos e índios.

Nas entrevistas que realizamos dos moradores das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, é frequente a menção aos “caboclos”. Joanim Longato afirma que quando os italianos chegaram nessa região havia um número considerável de “brasileiros”, os quais eram empregados como mão-de-obra nas serrarias, sendo que antes mesmo da chegada dos italianos esses sujeitos já trabalhavam na extração da madeira das terras de faxinal.

¹⁴¹ LIMA, Deborah Magalhães. Construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Vol. 2, nº 2, dezembro/1999. p. 5-32. [grifo do autor]

¹⁴² CHANG, Man Yu. Faxinais: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. *Boletim* nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988. p. 18.

¹⁴³ CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 221.

¹⁴⁴ *Idem*. p. 220.

Quando eles [italianos] vieram tinham serrarias aqui em baixo, perto daquela sanga ali, ali perto da casa do Marcelino, ali era a serraria.[...] Diziam que tinha gente que trabalhava nessas serrarias, tinha os Betz, de certo aquela caboclada, porque antigamente tinha muito brasileiro nessa região aqui do Faxinal, tinha muita caboclada¹⁴⁵.

Joanim Longato se refere aos “caboclos” como “brasileiros”. Classificar esses indivíduos enquanto “brasileiros”, pode indicar a tentativa de estabelecimento de fronteiras¹⁴⁶ que demarcam a existência de um grupo que se autodenomina “italiano”, sendo que os “caboclos” ou “brasileiros” não fazem parte desse grupo, são os “outros”. Na narrativa de Joanim Longato podemos observar claramente a divisão que o depoente faz das pessoas que ali residiam em dois grupos identitários: os “italianos” e os “brasileiros” / “caboclos”.

A figura do “caboclo” parece muitas vezes ser estereotipada ou então homogeneizada. Ao se utilizar da expressão “caboclada”, seu Joanim parece perceber esses sujeitos como um grupo único e homogêneo. Talvez isso se relacione à “identidade” que se construiu em torno dos “caboclos”, a qual constrói esse grupo como uniforme.

Para Stuart Hall uma identidade nacional busca unificar todos os membros de um grupo, independente de suas diferenças em relação ao gênero, classe, raça, na tentativa de representá-los todos como uma grande família.¹⁴⁷ Acreditamos que isso não ocorre apenas com uma “identidade nacional”, mas também em escalas menores como nesse grupo formados pelos “caboclos”.

Ao se referir às pessoas que não eram de descendência italiana como “caboclada”, construiu-se uma “identidade” para esses sujeitos. Identidade essa que unifica, torna o grupo homogêneo. Isso, porém, não significa que esses indivíduos se reconheçam enquanto “caboclos”. Haja vista, que essa “identidade” é construída por

um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto (...) as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas.¹⁴⁸

¹⁴⁵ LONGATO, Joanim. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 10/01/13.

¹⁴⁶ A fronteira é entendida aqui não como algo geográfico, mas simbólico, fruto das práticas dos sujeitos. As fronteiras são construções históricas, portanto, são móveis, flexíveis, fluidas, deslocáveis e plásticas. (Cf. CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 207-215)

¹⁴⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 59-60.

¹⁴⁸ HALL. Stuart. Op. Cit. p. 62.

A identificação dos “caboclos” enquanto um grupo único e homogêneo também pode ser observada na narrativa de Newton Sponholz em seu livro “A terra e o homem no sul do Paraná: problemas e perspectivas”, publicado em 1971. Sponholz define os “caboclos” pela atividade que estes desempenhavam:

... o caboclo com sua tendência para o trabalho extrativo, quer nas serrarias ou extração do mate. O caboclo sofreu o impacto do declínio destas atividades na região, pois não tem como o europeu a tradição do trabalho e do cultivo da terra e sim, o costume de extrair dádivas da natureza.¹⁴⁹

Sponholz em sua definição de “caboclos” parece estar enfatizando a atividade extrativista como critério particular a ser utilizado para definir o que seria o “caboclo”. Para o autor, portanto, “o caboclo” é aquele sujeito que sobrevive somente extraíndo o que a natureza lhe oferece, ao contrário dos imigrantes europeus que tem “a tradição do trabalho e o cultivo da terra.”

Apesar de se construir essa distinção entre “caboclos” e imigrantes europeus, Sponholz afirma ter havido uma “caboclição do imigrante”, que seria “[...] o desaparecimento de muitas técnicas importadas de seu país, diante de certas condições desfavoráveis do nosso meio e a assimilação de práticas primitivas comuns entre nós: a queimada, as simpatias e outras.”¹⁵⁰ Aos olhos do autor teria ocorrido uma assimilação por parte dos imigrantes europeus de práticas comuns aos “caboclos”.

Contudo, acreditamos que essa “assimilação” das práticas tenha ocorrido em via de mão dupla. Ou seja, não houve somente a “caboclição do imigrante”, mas também uma “europeização do caboclo”. O contato entre grupos distintos faz com que as práticas de ambos se modifiquem e não apenas um deles. Talvez isso possa ser verificado na prática de criar animais no “criador”.

Carvalho afirma que quando “se iniciava na localidade do Rio do Couro a constituição do criador comunitário, ocorria a prática de criação de suínos de forma extensiva”.¹⁵¹ Provavelmente esse tipo de criação já era praticada pelos caboclos e depois foi adotada ou então reinventada pelos imigrantes italianos. É o que também afirmam outros estudiosos dos faxinais.

¹⁴⁹ SPONHOLZ, Newton. *A terra e o homem no sul do Paraná: problemas e perspectivas*. Irati: Martins & Abib, 1971. p. 39.

¹⁵⁰ Idem. p. 41.

¹⁵¹ CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 15.

A criação extensiva de suínos pode ser considerada como parte da cultura faxinalense, praticada pelos caboclos e, depois, adotada pelos imigrantes europeus, principalmente, por poloneses e ucranianos. Nas regiões de mata de araucária e faxinais, a criação de pequenos animais criados às soltas, em regime de compáscuo, é de longa data¹⁵².

A participação dos caboclos na constituição dos faxinais, ou melhor, a adoção da prática “cabocla” de criação extensiva de animais pelos imigrantes, principalmente poloneses e ucranianos, também é defendida por outra pesquisadora: Cecillian Löwen Sahr. Segundo Sahr a “origem dos faxinais” é atribuída

a uma população local que passa a fazer parte do cenário cultural da região no século XVIII: os caboclos. É esta população que desenvolve este tipo de sistema agropecuário - os faxinais - na Floresta com Araucária, paralelamente ao desenvolvimento das grandes fazendas vinculadas ao Tropeirismo na região de Campos. Quando chegam os colonos imigrantes, nos séculos XIX e XX, eles assimilam o modo de vida dos caboclos, dando origens a faxinais ucranianos e poloneses.¹⁵³

Acreditamos que, ao invés de uma assimilação da prática de criar animais à solta da mesma forma como feita pelos caboclos, ocorreu uma “adaptação” dessa prática, uma “reinvenção”. Carvalho afirma que a criação extensiva de suínos já era praticada antes mesmo da chegada dos migrantes italianos, mas não existia a prática do criadouro comunitário, o qual vai iniciar somente após a chegada desses imigrantes.¹⁵⁴

Pode-se perceber que houve uma “reinvenção” da prática de criar animais, uma nova “maneira de fazer” por parte dos migrantes italianos. Afinal, os caboclos já criavam animais à solta e essa prática foi “reinventada” pelos migrantes por meio da construção de um único criadouro que poderia ser usado comunitariamente. A adoção da prática do “criador” pode ser então interpretada como resultado da contribuição de “caboclos” e migrantes, e não apenas de um desses grupos.

Para Michel de Certeau as práticas estão a todo o momento modificando e subvertendo os espaços já organizados: “as maneiras de fazer constituem mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”¹⁵⁵. Logo, as práticas

¹⁵² SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçom. Os faxinais da região das araucárias. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oseias. (orgs) *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009. p. 195.

¹⁵³ LÖWEN SAHR C. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária - *Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente*, 11 a 15 de novembro de 2005.

¹⁵⁴ CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 15.

¹⁵⁵ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 41.

estão a todo o momento modificando e se reapropriando de lugares através de um “consumo” inventivo.

Nessa perspectiva pensamos o cotidiano dos moradores do “criador” não como algo estático e sem rupturas, pelo contrário. O cotidiano também é alterado/modificado pelas práticas dos sujeitos, que o tornam fluido, maleável e com fronteiras movediças. Assim, não podemos perceber o “criador” como algo sem mudanças. Pelo contrário, as práticas dos “sujeitos ordinários”, sejam eles caboclos, italianos ou de qualquer outra descendência estão a todo o momento reconfigurando os lugares, criando espaços.¹⁵⁶

No próximo capítulo, procuraremos analisar como o “criador” estava configurado na década de 1940, como eram as práticas, e como foi a ocorrência da infestação de gafanhotos, no sentido de percebermos a “inventividade” desses moradores e as relações de “conveniência”¹⁵⁷ que se estabeleceram nesse espaço.

¹⁵⁶ Cf. CERTEAU, M. Relatos de espaço. In: CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.201-217.

¹⁵⁷ Cf. MAYOL, Pierre. A conveniência. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAPÍTULO III

A INFESTAÇÃO DE GAFANHOTOS NO “CRIADOR”

3.1. As práticas de sobrevivência no “criador” antes dos gafanhotos

Antes de adentrarmos na discussão de como ocorreu a infestação de gafanhotos e os significados dados pelos moradores do “criador” para a chegada desses insetos, necessitamos entender como eram os modos de sobrevivência desses sujeitos na década de 1940. Tal movimento é importante para compreendermos historicamente as razões de a infestação ter sido marcante para os moradores, sendo interpretada como algo “desastroso” e também ligado ao sobrenatural.

Na década de 1940 existiam algumas práticas dos moradores do “criador” que garantiam sua sobrevivência. Dentre elas destaca-se a agricultura, a extração da erva-mate e a criação de animais, especialmente porcos.

Ao analisarmos as fontes que tratam da agricultura na década de 1940 em Irati, percebemos que nesse momento o município enfrentava algumas dificuldades, principalmente no que tange ao cultivo da batata-inglesa. A produção nesse período foi baixa se comparada a períodos anteriores em que Irati era considerado um dos principais produtores nacionais do tubérculo.

Entre os anos de 1925 até 1940 Irati destacava-se na produção e comércio da batata-inglesa em esfera nacional¹⁵⁸. No ano de 1935, conforme apontam algumas estatísticas do Centro de Comércio e Indústria de Irati, o município exportava os seguintes produtos:

Tabela 2: Produtos exportados de Irati em 1935

Batata-inglesa	8.931.247 kg
Erva-mate	2.166.797 kg

¹⁵⁸ ORREDA, José Maria. *Irati*. Vol. 1, Irati: Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda, 1972. p. 67.

Cebola	213.971 kg
Milho	521.815 kg
Feijão	583.227 kg
Trigo	28.185 kg
Centeio	47.963 kg
Cera	10.838 kg
Palhões	101. 823 kg
Sementes de abóbora	6.208 kg
Alho	3.162 kg
Cevada	6.240 kg
Banha	36.582 kg
Carne	1.675 kg
Crina	631 kg
Suínos (unidade)	1.377
Galinhas (unidade)	9.356
Ovos	5.299 kg

Fonte: ORREDA, José Maria. *Irati*. Vol. 1, Irati: O Debate, 1972. p. 67.

Três anos depois da confecção dessas estatísticas se observou o aumento na produção da batata-inglesa. Em 1938 a produção do tubérculo atingiu 14.483.829 quilos¹⁵⁹.

A representatividade da produção de batata-inglesa em Irati também se faz presente na Mensagem de Governo enviada à “Assemblea Legislativa do Estado”, por Manoel Ribas, no ano de 1936. Nesta, Ribas aponta para a necessidade de se aperfeiçoar as técnicas dessa lavoura com a

¹⁵⁹ Idem.

criação de uma “Camara de expurgo”, “campo experimental” e a seleção de sementes destinadas ao plantio. A “Camara de expurgo” instalada em 1936 não atenderia somente os produtores de Irati, mas também dos arredores da cidade.¹⁶⁰

Entre os produtos agrícolas é a batata atualmente um dos principais. O maior centro produtor é Irati, que exportou mais de 500 vagões de batata na última safra. Vem depois Araucaria, Rio Azul, Malé, Rebouças e Quatiguá. Essa cultura tende a tomar grande desenvolvimento, razão pela qual o governo tomou deliberação de orientá-la e assisti-la tecnicamente. Para esse fim está construindo em Irati uma Camara de expurgo, vai fundar um campo experimental e vários de multiplicação de sementes. Está fornecendo aos lavradores 100 toneladas de sementes selecionadas vindas do Rio Grande do Sul, especialmente para o Estado e já fez a Alemanha uma encomenda de 200 toneladas de batata de alta linhagem, para disseminar entre nossos agricultores.¹⁶¹

Pode-se perceber que nesse momento a produção da batata-inglesa em Irati se destacava e ao mesmo tempo, havia um discurso por parte do governo de que existia a necessidade de investimentos em novas técnicas para uma maior produtividade do tubérculo.

Se no ano de 1936 Irati havia exportado 500 vagões de batata, conforme afirmou Manoel Ribas, esse número praticamente dobrou no início da década de 1940, mais especificamente em 1942, quando a exportação chegou a 1120 vagões, conforme podemos observar na tabela 3.

Tabela 3- Exportação de batata-inglesa entre os anos de 1942-1948

1942	1120 vagões
1943	870 vagões
1944	620 vagões
1945	800 vagões
1946	700 vagões
1947	375 vagões
1948	280 vagões

¹⁶⁰ ORREDA, José Maria. Op. cit. p. 69.

¹⁶¹ RIBAS, Manoel. *Mensagem de governo*. Curitiba, 1936. p. 94. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1936_MFN_939.pdf

Fonte: ORREDA, José Maria. *Irati*. Vol. 1, Irati: O Debate, 1972. p. 71.

Observando os números apontados na tabela acima podemos perceber que apesar do crescimento considerável na produção em 1942, nos anos seguintes se observou uma queda acentuada na exportação de batata-inglesa. Se por um lado houve um desenvolvimento da pecuária nesse período houve também o “fim de uma época na agricultura.”¹⁶² Essa queda na produção verificada na década de 1940 estaria intimamente relacionada a má qualidade das sementes, que estariam afetadas pela “murchadeira” (*bacterium solanacearum*)¹⁶³.

O cultivo de batata-inglesa também era praticado pelos moradores do “criador”, mas para a maioria das famílias não possuía fins econômicos, era destinado somente para o consumo próprio, conforme a experiência vivida por dona Magdalena: “Vender nós vendíamos muito pouco aquele tempo, que a maior parte que nós plantávamos era só para o gasto, o que nós vendíamos era ovo e galinha.”¹⁶⁴

Ao mesmo tempo em que algumas famílias plantavam somente para o consumo próprio, como no caso de dona Magdalena, haviam alguns grupos que cultivavam a batata para o comércio, necessitando até mesmo de mão de obra de outros moradores para a colheita do tubérculo. Segundo Berger, esse era o caso das famílias Magatão, Aggio, Maneira¹⁶⁵ e Jacumasso.

[...] nós trabalhávamos para os italianos, para os Magatão, para os Aggio, para o falecido Claudino arrancar batata, a Êmoga, a Maria e a Ita do Crovador, nós quatro íamos lá naqueles confins, onde os Jacumasso trabalhavam, nós íamos cedo e levávamos o almoço e daí de tarde vínhamos as quatro embora.¹⁶⁶

A produção que havia sido colhida era levada pelos próprios “italianos” para os depósitos na cidade, com a utilização de “carroções” puxados por tração animal, conforme nos relatou dona Josefa: “[...] e quem levava batatinha eram quatro cavalos para puxar batata para lá e tinha que levar no depósito.”¹⁶⁷

Após a venda os “carroções” voltavam carregados com produtos para os comerciantes da localidade do Rio do Couro, como sacos de açúcar e “quintos” de vinho.

¹⁶² ORREDA, José Maria. *Irati*. Op. Cit. p. 71.

¹⁶³ Idem. p. 69.

¹⁶⁴ BERGER, Magdalena. Op. cit.

¹⁶⁵ Um dos produtores de batata para o qual Magdalena Berger trabalhava era “o falecido Claudino”. Em conversa com dona Magdalena, ela nos informou que “Claudino” era pertencente a família Maneira.

¹⁶⁶ BERGER, Magdalena. Op. cit.

¹⁶⁷ LONGATO, Josefa. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.

Os italianos, os ‘Maneiras’, todos eles tinham aqueles carroções toldados e daí eles puxavam mantimentos para os outros e daí de lá traziam de volta. Eles puxavam tudo lá para Irati, tinha os depósitos que eles levavam e vendiam as batatas, a maior parte era batata que eles puxavam e daí de lá eles traziam para os comerciantes, quinto de vinho e sacos de açúcar.¹⁶⁸

Pode-se perceber que esses moradores que possuíam os “carroções”, que segundo Berger eram “os italianos”, agiam na forma tática, pois ao mesmo tempo que levavam seus produtos para a venda na cidade, se beneficiavam também trazendo produtos para o abastecimento das “bodegas”.

Na década de 1940 os estabelecimentos comerciais do “criador”, chamados de “bodegas”, eram localizadas somente em Rio do Couro, não havendo nenhum registro da existência desses estabelecimentos em Faxinal do Rio do Couro ou Faxinal dos Mellos nesse período.

Neli Maria Teleginski, em sua dissertação sobre as “Bodegas e bodegueiros em Irati-Pr na primeira metade do século XX”, afirma que entre 1920 e 1940 foi registrado pela câmara municipal 9 alvarás de liberação de funcionamento de estabelecimentos comerciais no Rio do Couro.¹⁶⁹

Já na década de 1940 foram concedidos mais 4 licenças para o funcionamento de estabelecimentos comerciais em Rio do Couro. O primeiro deles datado do dia 05 de junho de 1942 concedeu a José Pires dos Santos a licença para se estabelecer com “bebidas”¹⁷⁰. No dia 22 de dezembro desse mesmo ano registrou-se a licença para Estefano Chavarski com comércio de tecidos¹⁷¹. Em 1944 no dia 08 de novembro foi autorizado o funcionamento do comércio de Antonio Franzoni com “secos e molhados, tecidos e bebidas alcoólicas”¹⁷². No final da década de 1940, em 24 de junho de 1948, registrou-se o comércio de “secos e molhados” de Wille Roesler¹⁷³. Todos esses estabelecimentos estavam localizados em Rio do Couro, sendo que nesse período não foi encontrado nenhum registro de instalação de comércio nas outras localidades que compunham o “criador”.

Pode-se perceber que nesse período a localidade de Rio do Couro era onde havia uma espécie de “centro comercial” no “criador”. Talvez, a concentração de bodegas nesse local

¹⁶⁸ BERGER, Magdalena. Op. cit.

¹⁶⁹ TELEGINSKI, Neli Maria. *Bodegas e bodegueiros em Irati-Pr na primeira metade do século XX*. 250 f. Dissertação (Mestrado em História). UFPR. Curitiba, 2012.

¹⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 873 de 05/06/1942.

¹⁷¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 930 de 22/12/1942.

¹⁷² PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 1.020 de 08/11/1944.

¹⁷³ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 11.154 de 24/06/1948.

estivesse relacionada a distancia menor com a zona urbana se comparado ao Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. Essa distância menor facilitava o escoamento dos produtos da lavoura, bem como a vinda de mercadorias para as bodegas, haja vista, que eram trazidas da cidade pelos próprios moradores por meio dos “carroções”. Além disso, a localização do Rio do Couro também poderia influenciar por ser próximo à estrada geral que ligava a área rural à cidade.

Juntamente com a produção de batata inglesa, outros produtos também eram cultivados pelos moradores do “criador” como centeio, feijão, trigo, arroz e milho. Esses produtos eram destinados não somente para a venda, mas para o consumo das próprias famílias. “Era tudo para a venda, para comer e para vender. Nós plantávamos bastante, tinha bastante gente e 8 cavalos no cocho que comiam milho. Vendia milho debulhado, feijão, arroz sempre plantava bastante e vendia, vendia de tudo um pouco, feijão.”¹⁷⁴

Pode-se perceber que havia uma gama de produtos que eram cultivados pelos moradores. Em estudo realizado por Wladimir Teixeira Schuster, o autor afirma que os moradores dos faxinais trabalhavam de acordo com as possibilidades que surgiam, tendo não somente um produto para comercializar, mas uma gama de possibilidades para que nas fases de crise que recaíam sobre determinado produto tivessem várias alternativas de comércio.¹⁷⁵

Algumas famílias se utilizavam da prática do “pixirum” para cuidar das lavouras. Para Nerone, o “pixirum”, “puxirão” ou “pitoco” era uma manifestação de solidariedade que era realizado nas atividades de viação – limpeza de estradas, consertos de pontes e boeiros - e também para a manutenção das cercas. Relacionava-se também aos trabalhos da roça como a capinagem, roçada, semeadura e colheita. Quem fosse convidado para participar do “pixirum” deveria aceitar o convite, caso contrário, poderiam ser excluído do grupo quando necessitasse da ajuda dos demais. Quem estava promovendo o “puxirão” deveria preparar alimentação farta e um baile. No baile só poderia participar quem havia ajudado no serviço na lavoura. Caso alguém não tivesse contribuído e mesmo assim participasse do baile era chamado de “carancho”.¹⁷⁶

Essa era uma prática da família Specht que residia no Rio do Couro, conforme nos relatou dona Clara.

¹⁷⁴ SPECHT, Clara. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 20/01/2011.

¹⁷⁵ SCHUSTER, Wladimir Teixeira. *A formação dos faxinais na região centro sul do Paraná*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UEPG. Ponta Grossa, 2010.

¹⁷⁶ NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar – sistema faxinal: Rebouças – 1950-1997*. 284 f. Tese (Doutorado em História). UNESP. Assis-SP, 2000.

As vezes fazia para limpar uma roça, mais era para uma limpa de roça , porque era tudo carpido, não era como agora que passa veneno, era tudo passado a enxada e daí fazia aquelas multidões de gente para limpar as roças, a gente saía convida que ia ter o mutirão, daí depois que terminava o serviço tinha que fazer um baile , fazer bastante cuque e fazer cerveja para dar de comer o povo no baile, convidava toda a comunidade, todas as famílias, os pais de famílias para trazerem as moças para dançarem.¹⁷⁷

O trabalho na lavoura, que era uma das partes do “pixirum”, pode ser visualizado na foto abaixo (Ilustração 1) cedida por dona Clara Specht. Contudo, essas fotografias devem ser “lidas” criticamente como qualquer outra fonte, uma vez que não são “...representações precisas, instantâneos ou imagens de espelho de um determinado modelo...”¹⁷⁸. As câmeras e os fotógrafos não são inocentes, e, portanto, as fotografias também não o são.

Na foto abaixo pode-se observar o trabalho de “carpida” de uma lavoura de feijão na forma de “mutirão”. O homem que está à frente dos que estão “carpindo” seria Guilherme Specht, dono da lavoura e que havia convidado os moradores para o “pixirum”. Os trabalhadores estão organizados na foto e a figura de Guilherme Specht à frente desse grupo. Não significa que essa era a forma utilizada comumente para o trabalho. Devemos levar em consideração que pode ter sido uma organização feita somente para a fotografia.

¹⁷⁷ SPECHT, Clara. Op. Cit.

¹⁷⁸ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 31.

Foto 1 – Moradores reunidos em um “pixirum” – (década de 1960)



Fonte: Arquivo particular de Clara Specht.

Em outra foto cedida por Clara Specht (**Foto 2**) também pode-se observar a organização dos trabalhadores em um grupo único, o que pode ter sido uma indicação do próprio fotógrafo, pois “Alguns fotógrafos interferiam mais do que outros para arrumar os objetos e as pessoas.”¹⁷⁹ Os trabalhadores estão portando algumas enxadas, o que indica que estão trabalhando na “limpeza” de alguma lavoura.

Foto 2 - “Pixirum” na localidade de Rio do Couro (década de 1960)



Fonte: Arquivo particular de Clara Specht.

Esses trabalhadores, ao que tudo indica, são do sexo masculino, sendo que não há a

¹⁷⁹ *Ibidem.* p. 28.

presença das mulheres na atividade da lavoura durante o “pixirum”. Sua participação ficava restrita nessa prática, ao preparo dos alimentos e na participação no baile.

As mulheres não participavam do trabalho braçal, mas tomavam conta da cozinha no puxirão, cozinhando em tachos e panelas, e à medida que preparavam os alimentos, iam lembrando os acontecimentos, os mexericos, enfim, era o momento de repassar a vida social.¹⁸⁰

Não somente no dia do baile deveria ser oferecida a alimentação, conforme nos relatou dona Clara, mas também no dia em que os moradores se reuniam para o trabalho na lavoura. Neste dia, geralmente, se oferecia o almoço. Na foto abaixo (**Foto 3**) podem-se ser visualizados os trabalhadores se alimentando em um “pixirum” também organizado por Guilherme Specht. As 2 “carroças” que se encontram atrás das pessoas, seriam o meio de transportar a alimentação dos trabalhadores até a lavoura. Os alimentos teriam sido preparados por dona Clara, esposa de Guilherme Specht.

Foto 3 – Almoço em dia de “pixirum” (década de 1960)



Fonte: Arquivo particular de Clara Specht

Nem todas as atividades que se realizavam no “criador” em forma de mutirão podem ser consideradas “pixirum”. Havia algumas práticas como a “maiança de trigo” que reunia um considerável número de pessoas para o trabalho. Contudo, não eram atividades que se configuravam enquanto “pixirum”, haja vista que não haveria ao final do trabalho uma alimentação farta, música e baile.¹⁸¹

¹⁸⁰ NERONE, M. M. Op. Cit. p. 127.

¹⁸¹ *Ibidem. Loc. Cit.*

Foto 4 – “Maiança” de trigo na localidade de Faxinal dos Mellos (sem data)



Fonte: Arquivo particular de Clara Specht.

Na foto acima as pessoas estavam reunidas para uma “maiança”¹⁸² de trigo, mas não se trata de um “pixirum”. Em algumas atividades que somente os membros da família não dariam conta de realizar e que não demandavam de uma grande quantidade de tempo, era comum convidar outros moradores para ajudar no serviço. Ao contrário do “pixirum” em que se oferecia alimentação¹⁸³ e o baile, em algumas atividades como a “maiança” não se oferecia esses benefícios em troca.

Ao aceitar o convite de quem necessitava de ajuda tanto no “pixirum” como em atividades como as “maianças” acreditamos que os sujeitos estabeleciam relações de “conveniência”. Nerone afirma que “Quem recebia o convite devia acolher, porque negar a ajuda teria seu preço, viria a resposta quando chegasse sua vez, ou então, ficaria marginalizado do grupo.”¹⁸⁴

A “conveniência” funciona como uma lei não escrita que tem a função de proibir aquilo que “não convém” afim de se obter “benefícios simbólicos”. E mais ainda,

se encarrega de promulgar as regras do uso social, enquanto o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público. A conveniência é o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua. A conveniência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se perceber submisso a ela: no fundo ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos

¹⁸² Esse termo utilizado pelos moradores do “criador” refere-se à atividade em que a semente de trigo é separada de sua palha. Essa atividade também era realizada com outros produtos agrícolas, como o feijão, o milho e o arroz.

¹⁸³ No dia do “pixirum” oferecia-se o almoço e o lanche. Já no dia do baile era consumido “cuque”, que era um tipo de bolo com farofa, e a cerveja caseira, os quais eram feitos na própria residência de quem havia promovido o “pixirum”.

¹⁸⁴ NERONE, M. M. Op. Cit. p. 127.

comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social.¹⁸⁵

Nesse sentido, não participar dessas atividades, como a “maiança”, ou então negar o pedido de ajuda de um vizinho configurava-se enquanto uma “dissonância nos jogos comportamentais”, ou seja, uma prática que estaria contra as “regras” simbolicamente instituídas. Assim, cada indivíduo é identificado no papel que a conveniência lhe atribui, “...máscaras e máscaras por trás das quais o usuário é ‘obrigado’ a se refugiar para continuar usufruindo dos benefícios simbólicos com os quais pode contar.”¹⁸⁶

Acreditamos que as famílias que realizavam algumas atividades na lavoura em forma de “pixirum”, como no caso da família Specht, eram aquelas que plantavam quantidades consideradas grandes para os padrões da época e que eram destinadas à venda. Quando a produção era destinada somente ao consumo, as próprias famílias realizavam o trabalho na lavoura. Quando a produção era comercial, havia maior demanda de mão de obra.

Nem todas as famílias plantavam os produtos para a venda e, portanto, não necessitavam organizar um “puxirão”. Muitas faziam uma agricultura de subsistência. Segundo os dados estatísticos oficiais e as narrativas dos próprios moradores, o principal produto que era destinado ao comércio era a batata-inglesa.

Vendia a maioria batatinha que vendiam aquele tempo, trigo semeava pro gasto só, algum grande já semeava bastante assim, mas quase não vendia era só pro gasto né, levavam pra moer e feijão ninguém plantava pra vender, plantava só os pouquinho assim, pois o feijão era tudo plantado com o cengo, não tinha máquina pra plantar feijão, depois pra maíar era tudo com o cambau.¹⁸⁷

Na fala de dona Josefa pode-se perceber que a utilização de instrumentos manuais como o “cengo”¹⁸⁸ no plantio e o “cambau” para separar os grãos de feijão da palha, eram trabalhos que

¹⁸⁵ MAYOL, Pierre. A conveniência. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 49.

¹⁸⁶ *Ibidem*. p. 51.

¹⁸⁷ LONGATO, Josefa. Op. Cit.

¹⁸⁸ O cengo era um instrumento feito a partir do aproveitamento de uma foice quebrada e que era utilizado para o plantio das lavouras. (Cf. CARVALHO, H. M. Op. Cit. p. 49) O “cambau” era um instrumento utilizado para separar os grãos de feijão da palha, mas também era utilizado para beneficiar outros produtos, como o arroz. O “cambau” era feito com dois pedaços de madeira unidos em uma das pontas por um pedaço de couro. Dessa forma, em movimentos contínuos um dos pedaços de madeira era segurado enquanto o outro batia nos pés de feijão ou qualquer outro produto que estava sendo beneficiado. No caso do feijão, com o impacto da madeira, as bainhas da planta abriam, permitindo que os grãos fossem retirados com mais agilidade.

requeriam esforço e tempo, impedindo dessa forma, que fossem plantadas quantidades significativas de feijão por exemplo.

Os instrumentos utilizados para o cultivo dos produtos mostram como era frequente a utilização da força humana e também a tração animal.

Era só a cortadeira, daí logo veio aquelas maquininhas de plantar. Num dia plantava um trecho, no queimado, tinha também o cengo que era tipo uma foice quebrada que nós usávamos para plantar, ele ia mais fundo que a cortadeira, daí plantavam com aquele, mas depois veio as maquininhas. Antes nós plantávamos sem adubo, sem veneno, daí de um tempo em diante começou a vir os adubos, e ninguém falava em veneno.¹⁸⁹

Quando dona Clara se refere às “maquininhas” está se referindo a um instrumento para plantar grãos movidos não por motores, como o nome pode sugerir, mas sim pela força de homens e mulheres que faziam da lavoura seu meio de subsistência.

Nesse momento a mecanização agrícola era praticamente inexistente não somente no “criador”, mas no restante do município. De acordo com Orreda, em 1950 existiam apenas 11 tratores agrícolas em todo o município¹⁹⁰. Em contrapartida nesse momento havia 1721 arados¹⁹¹, que era um instrumento agrícola de tração animal utilizado para preparar a terra para o plantio. Para Orreda esse pequeno número de tratores utilizados no município estava relacionado à própria configuração geográfica do município, que possuía, em sua maioria, terrenos acidentados que impediam sua mecanização.

Para alguns moradores das localidades que faziam parte do “criador” os terrenos acidentados não eram vistos como um empecilho do ponto de vista da mecanização. A lógica era outra. Praticava-se a agricultura justamente nas terras acidentadas, pois eram vistas pelos moradores como as mais férteis e produtivas.

As lavouras aquele tempo eram feitas só nas serras, só nas barrocas, porque eram as melhores terras, daí roçava, queimava e daí plantava. As roças as vezes ficavam longe das casas porque tinha que sair do criador e ninguém cercava para plantar alguma coisa, era só algum quintalzinho, chiqueiro para engordar porco, para fechar terneiro.¹⁹²

¹⁸⁹ LONGATO, Josefa. Op. Cit.

¹⁹⁰ ORREDA, J. M. Op. Cit. p. 81

¹⁹¹ *Ibidem. Loc. Cit.*

¹⁹² LONGATO, Joanim. Op. Cit.

Além disso, as terras que eram destinadas para a agricultura não podiam ser localizadas no interior do “criador”, salvo apenas o cultivo de hortas, mas estas deveriam ser cercadas, caso contrário, poderiam ser destruídas pelos animais que circulavam nesse espaço.

Nas áreas em que havia a circulação de animais era a comum a existência da mata nativa, marcada principalmente pela presença da “Erva-mate”. Para Nerone, a extração da erva-mate seria um dos pilares produtivos do “Sistema Faxinal”, juntamente com a produção agrícola e a produção animal.¹⁹³

No “criador” a prática de extrair a erva-mate também era algo bastante comum, sendo que essa árvore poderia ser encontrada facilmente nas matas nativas. A extração das folhas dessa árvore era feita a cada 4 anos, o que indica um cuidado dos moradores para que a planta não fosse danificada.

Lutavam bastante com erva, tinha barbaquá¹⁹⁴ grande, tinha a moenda¹⁹⁵ para lidar com a erva e daí tinha 30 alqueires de faxinal aqui (...) onde tinha erval grande era tirado, porque antigamente tinha erva, meu deus do céu, aqui quanta erva nós tirávamos, da olaria para lá era um erval coisa mais linda, agora não deixam, cortam, brota e já cortam de novo e antigamente não, era do mês de julho até agosto cortavam erva. E só erva de 4 anos, antes disso ninguém cortava, ela brotava tinha que esperar quatro anos para daí cortar de novo.¹⁹⁶

Na década em que ocorreu a infestação dos gafanhotos, juntamente com a agricultura e a extração de erva- mate, a criação de animais, especialmente porcos, era uma atividade que se destacava no “criador”, conforme podemos observar na narrativa de Alvindo Leme, morador do Faxinal do Rio do Couro:

Naquele tempo nós criávamos bastante porcos, o faxinal era grande tinha bastante porcos. Também nós tínhamos vaca e outras criações. Porco de vez em quando nós vendíamos algum, não era seguido era só para o gasto, os porcos se criavam bastante nós tínhamos 3 criadeiras, 4 criadeiras, era 18, 16, 18, todo o ano, vendia algum, não valia a pena engordar era muito baratinho o porco.¹⁹⁷

¹⁹³ NERONE, M. M. Op. Cit. p. 83.

¹⁹⁴ O “barbaquá” era uma espécie de estufa onde ocorria a secagem da erva-mate através do calor. O fogo que era feito na fuma era conduzido por meio de um condutor subterrâneo acoplado ao estaleiro onde os feixes de erva eram estendidos para a secagem. Cf. NERONE, M. M. Op. Cit. p. 145.

¹⁹⁵ Instrumento utilizado para triturar a erva-mate.

¹⁹⁶ LONGATO, Josefa. Op. Cit.

¹⁹⁷ LEME, Alvindo. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 05/02/2011.

Na fala do senhor Alvindo fica claro que a criação dos porcos era uma atividade comum dentro do faxinal, predominando sobre a criação de bovinos. Na sua interpretação, os 18 porcos que nasciam todo ano já era uma criação farta, uma vez que esses animais eram destinados somente ao consumo das próprias famílias e não para a venda. Com o preço baixo, a venda dos suínos era uma prática que ocorria esporadicamente no Faxinal do Rio do Couro, até mesmo porque esse número de porcos que nasciam anualmente não era tão significativo do ponto de vista comercial. Conforme nos relata Magdalena Berger, moradora do Rio do Couro:

... era só de porco aquele tempo, carne de gado era custoso não sei porque pois todo mundo tinha vacas, a carne de gado era as vezes para o natal que nós comprávamos uns quilos e daí era muito caro e carne de porco nós tínhamos direto. O gado a gente criava, mas eu não sei porque quase não matavam...¹⁹⁸

No relato de Berger, podemos perceber que a carne suína era um alimento bastante comum na mesa dos moradores do “criador”. Apesar dos bovinos também fazerem parte da criação, a carne de gado era consumida somente em datas especiais, como no natal. O “preço alto” da carne bovina também dificultava a aquisição, segundo dona Magdalena.

Em outra narrativa, de Clara Specht, moradora do Rio do Couro, podemos observar como não somente a carne dos porcos era consumida no dia-a-dia, mas também seus derivados:

Nos domingos tinha um frango na panela, os dias de semana era um toucinho, um torresmo, quando carneava um porco as vezes fazia lingüiça, só que quando era bastante gente poucos dias se acabava, era fumaceado ou colocado na lata de banha para aturar mais, só que quando tinha bastante gente não aturava muito. Nos dia de semana tinha arroz, mandioca, batata-doce, batatinha que sempre era plantado bastante e feijão...¹⁹⁹

A carne de frango, ao contrário da suína, era um prato diferente, especial, que era servido na casa de dona Clara somente aos domingos. Já os derivados suínos, como o toucinho e o torresmo, estavam presentes nos dias de trabalho, no dia-a-dia dos moradores. Isso mostra a importância que a criação de porcos tinha no faxinal. Segundo Arnaldo Monteiro Bach ter uma criação de porcos sempre foi sinônimo de alimentação farta, “Era o mesmo que ter um açougue e um armazém dentro de casa. Dos porcos vinha a banha, a lingüiça, o toucinho, o chouriço, o

¹⁹⁸ BERGER, Magdalena. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 27/02/2011.

¹⁹⁹ SPECHT, Clara. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 20/01/2011.

torresmo, a carne e demais derivados [...]”.²⁰⁰

Contudo, explicar que essa prática alimentar se deve somente ao fato de que a criação de suínos no “criador” era “farta” é algo que não dá conta da complexidade que esta prática envolve. De acordo com Luce Giard,

Toda prática alimentar depende em linha direta de uma rede de pulsões (de atração e de repulsa) quanto aos odores, cores e formas, também quanto aos tipos de consistência; esta geografia é tão fortemente culturalizada quanto as representações da saúde e da boa educação à mesa e, conseqüentemente, é também historicizada. No final dessas exclusões e dessas escolhas, o alimento escolhido, permitido e preferido é o lugar de empilhamento silencioso de toda uma estratificação de ordens e contra-ordens que dependem ao mesmo tempo de uma etno-história, de uma biologia, de uma climatologia e de uma economia regional, de uma invenção cultural e de uma experiência pessoal.²⁰¹

Todos esses elementos apontados por Giard, como o clima, a economia e a cultura, influenciam na prática alimentar de cada grupo. No caso dos moradores do “criador”, o frequente consumo da carne suína não pode ser entendido somente como algo relacionado à vasta criação de porcos, mas também e principalmente, à questão cultural, às “maneiras de fazer” desse grupo, haja vista que a alimentação não se restringe somente à esfera biológica.

Para Carlos Roberto Antunes dos Santos nenhum alimento é somente um alimento, o que implica pensarmos nos usos, costumes, protocolos, condutas e situações que envolvem a prática de se alimentar²⁰². Segundo Santos,

Nenhum alimento que entra em nossa boca é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come.²⁰³

Nesse sentido, consumir a carne suína e seus derivados na maioria dos dias da semana, ultrapassa uma compreensão ligada apenas ao fato de que havia um considerável número de porcos criados por cada família e que, portanto, esse era o principal alimento disponível.

²⁰⁰ BACH, Arnaldo Monteiro. *Porcadores*. Ponta Grossa: Pallotti, 2009. p. 32.

²⁰¹ GIARD, Luce. O prato do dia. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 251-252.

²⁰² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *Revista História: Questões & Debates*. n. 42, Curitiba, jan./jun. 2005, p. 11-31.

²⁰³ Idem.

Os moradores, com suas “mil maneiras de fazer”²⁰⁴ podem ter constituído uma prática que se (re)apropriou da criação de porcos de uma forma diferente, não pensando somente em fins econômicos. Isso porque o consumo, seja ele de bens materiais ou não materiais, não ocorre de maneira passiva, mas de maneira inventiva, ou seja, há apropriações e resignificações.²⁰⁵

As técnicas usadas para conservar a carne suína revelam essa criatividade, as “maneiras de fazer” desses sujeitos, sua capacidade de invenção. Vejamos a narrativa de Magdalena Berger:

...a carne quando nós matávamos porco era ponhado na lata, coberto com banha e deixava o toucinho. As costelas nós fumaceava, bastante toucinho fumaceado, fazia banha mas a maior parte sempre deixava aquele toucinho. Aquele tempo era muito melhor que agora, hoje em dia você põe essa carne na geladeira e com poucos dias ela tem gosto ruim e na lata não, você deixava coberto de banha e aturava toda a vida. Você só chegava da roça ou em casa, ponha umas conchadas e ponhava no fogão só esquentava e dava para comer, estava pronto.²⁰⁶

Na fala de dona Magdalena podemos identificar, entre outras questões, a presença da chamada “memória gustativa” quando lembra que a carne conservada em latas era algo mais saboroso do que aquelas que são preparadas atualmente. A “memória gustativa”, segundo Corção, seria “uma referência narrada a partir desse estímulo externo que conduz o indivíduo a lembranças e experiências, algumas já postas ‘esquecidas.’”²⁰⁷

Ainda, a partir da fala de Berger, podemos perceber as “maneiras de fazer”, a forma inventiva de esses sujeitos “consumirem”. Defumar, transformar em torresmo, fazer a linguiça, colocar a carne, depois de frita, em latas de banha, fazia com que os alimentos se conservassem por mais tempo. Havia também a praticidade no preparo desses alimentos depois de conservados. As mulheres, que eram as responsáveis pelo preparo das refeições, não tinham como atividade somente o trabalho doméstico, mas também o trabalho na lavoura, conforme nos relatou Berger. Assim, quando chegavam da roça, obviamente cansadas de um dia de trabalho, era necessário somente esquentar a carne que estava imersa em banha nas latas e “já dava para comer, estava pronto”.²⁰⁸

A atividade de abater os porcos também era algo que estava relacionado a uma “maneira de

²⁰⁴ Cf. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

²⁰⁵ Idem. p. 93-97.

²⁰⁶ BERGER, Magdalena. Op. Cit.

²⁰⁷ CORÇÃO, Mariana. *Os tempos da memória gustativa: Bar Palácio, patrimônio da sociedade curitibana (1930-2006)*. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2007.

²⁰⁸ Idem.

fazer” dos moradores do “criador”. A carne do animal abatido era dividida com os vizinhos, estes por sua vez, quando matavam um porco também retribuía a carne com quem lhes havia doado o alimento:

Ah, assim como nós ganhávamos, nós tínhamos uns vizinhos muito bons lá no mato, eles cada vez que matavam traziam um pedaço para nós e nós fazíamos também assim. A mãe da falecida Viturina, que é a mãe da Tereza, tinha a velhinha Gertrudes que era a mãe dela, tinha uns pares deles, o Adolfo Machado morava ali também, cada vez que matavam eles levavam um pedaço para nós e nós também levávamos para ele, nós tínhamos uma vizinhança muito boa ali, nunca, nunca deu briga, encrenca, nada.²⁰⁹

Não havia uma regra escrita que indicasse qual pedaço de carne deveria ser dado, “Era uma espécie de código de postura e comportamento, código não escrito nem ditado por ninguém, mas que existia e era cumprido à risca pelos faxinalenses.”²¹⁰

Nessa atividade, ao que tudo indica, estabelecia-se relações de conveniência, que seria uma espécie de contrato, uma “coerção”, que obriga cada indivíduo ou cada “usuário” para que a vida coletiva seja possível para todos. Funda uma ordem de equivalência, em que aquilo que se dá é proporcional ao que se recebe.²¹¹ Logo, distribuir a carne do animal abatido aos vizinhos fazia parte desse código não escrito, mas que deveria ser seguido pelos moradores. A partilha fortalecia a vida social e contribuía para evitar “brigas” ou “encrencas”.

Esse contrato social era seguido pela maioria das famílias do “criador”, inclusive por aquelas pessoas mais pobres da localidade e que não possuíam terras. Quando Berger fala dos “vizinhos muito bons lá no mato” é destas pessoas que ela se refere. Para Berger, “antigamente os pobres (...) você chegava na casa deles, tinha os Siría, o Mané Júlio, você entrava dentro da casa deles tinha metade do porco por cima da fumaça, eles tinham carne direto e hoje em dia o pobre não vê carne.” Aqui podemos perceber que mesmo sem possuir terras, esses indivíduos possuíam a carne suína e seus derivados em “fatura” e também a utilizavam como alimento no dia-a-dia.

O fato de até mesmo quem não possuía terras ter uma criação de porcos pode ser explicado pela própria organização do criadouro comunitário, que permitia que essas pessoas criassem os animais em terras nas quais não fossem proprietárias. Porém, o fato de não possuírem terras não

²⁰⁹ BERGER, M. Op. Cit.

²¹⁰ SOARES, Luis Cesar; SOCHODOLAK, Hélio. *Elementos da cultura faxinalense em Inácio Martins* (Relatório de Iniciação Científica) UNICENTRO. Irati, 2008.

²¹¹ MAYOL, Pierre. A conveniência. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

fazia com que as pessoas deixassem de fazer parte desse “código de conduta” que existia dentro do “criador”.

Percebe-se, portanto, que no período que antecedeu a infestação de gafanhotos na década de 1940 as práticas de subsistência dos moradores do “criador” estavam amparadas principalmente na agricultura, na criação de animais, principalmente nos suínos e na extração da erva-mate. Isso vem a reiterar o que já havia sido apontado por Man Yu Chang que afirmava que “o sistema faxinal sustenta-se essencialmente sobre a pequena produção animal, a policultura alimentar e o extrativismo do mate”²¹² e também por Maria Magdalena Nerone que acreditava haver no “sistema de faxinal” a seguinte organização produtiva: “**produção animal** (no espaço coletivo, criadouro comum), **produção agrícola e extração da erva-mate.**”²¹³

Contudo, havia também no “criador”, especificamente na localidade de Rio do Couro, algumas famílias que mantinham estabelecimentos comerciais, chamados “bodegas” e que se dedicavam ao comércio de produtos, em sua maioria, gêneros alimentícios. Essa atividade era o principal meio com que estas famílias sobreviviam.

Dessa forma, devemos levar em consideração que cada faxinal, mesmo estando amparado na organização produtiva apontada por Nerone, praticava esses elementos de forma peculiar. E no caso do “criador”, algumas famílias ainda desenvolveram outras atividades que garantiam sua sobrevivência e que não eram aquelas apontadas por esses pesquisadores.

3.2. “Por onde passaram deixaram só a terra”: locais de incidência dos gafanhotos

A infestação de gafanhotos registrada no final da década de 1940 não ocorreu apenas no “criador” ou no município de Irati. A presença desses insetos pode ter ocorrido em uma parcela considerável do Paraná, ou mesmo, nos demais estados do sul do Brasil na segunda metade da década de 1940.

A infestação foi verificada no estado de Santa Catarina conforme uma notícia publicada no jornal “Diário do Paraná” em 18 de setembro de 1946, intitulada: “Incalculáveis prejuízos causados

²¹² CHANG, Man Yu. Op. Cit. p. 45.

²¹³ NERONE, M. M. Op. Cit. p. 83 [grifo da autora].

pelas ondas de gafanhotos em Santa Catarina”. Nessa publicação foi informado que as “nuvens” desses insetos estariam causando prejuízos nas lavouras de trigo, milho, feijão e outros cereais no oeste do estado.

FLORIANÓPOLIS, 17 (Meridional) – Grandes e sucessivas nuvens de gafanhotos, procedentes do sul do país, continuam percorrendo o oeste catarinense, causando incalculáveis prejuízos. Sofreram grandes prejuízos as safras de trigo, milho, feijão e outros cereais.²¹⁴

Algumas semanas após a publicação dessa notícia, o jornal registrou em 01 de outubro que as “nuvens” de gafanhotos estariam se dirigindo para São Paulo e Distrito Federal²¹⁵.

Rio, 1 (Meridional) – Em virtude das chuvas desabadas nos Estados do sul nestes últimos dias, acompanhadas com fortes ventos, gigantescas nuvens de gafanhotos procedentes da Argentina invadiram o Uruguay e o Brasil, progredindo vertiginosamente em direção a São Paulo e ameaçando, já agora, devastar as plantações do Distrito Federal.²¹⁶

No Paraná não foi somente a cidade de Irati que teve suas plantações danificadas pelos gafanhotos. A Mensagem de Governo de Moyses Lupion²¹⁷, enviada a “Assembleia Legislativa” em 1948 registrou na forma de um mapa as cidades do Paraná que foram atingidas pelas nuvens de gafanhotos.

²¹⁴ INCALCULÁVEIS prejuízos causados pelas ondas de gafanhotos em Santa Catarina. *Diário do Paraná*, Curitiba, 18 de setembro de 1946, nº 274, ano II.

²¹⁵ Nesse período o “Distrito Federal” era localizado na cidade do Rio de Janeiro. Somente em 1960 que houve a efetivação da transferência para Brasília como Distrito Federal. Cf. IBGE. *Rio de Janeiro – RJ: Histórico*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/riodejaneiro.pdf> Acesso em 10/04/2013.

²¹⁶ EM MARCHA para o Rio a nuvem de gafanhotos. *Diário do Paraná*, Curitiba, 01 de outubro de 1946.

²¹⁷ Moyses Lupion governou o Paraná no período de 12 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *História administrativa do Paraná (1948- 1998): criações competências e alterações das unidades administrativas do estado*. Curitiba: Imprensa oficial/DEAP, 2002. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana_1948a1998.pdf Acesso em 28/05/2013.

Notícias de última hora, nos autorizam dar o grito de alarme, de que a parte sueste de nosso Município está sendo invadida, tendo a ala esquerda dessa praga atingido o distrito de Guarapuavinha, nota-se a chegada de gafanhotos em Góes Artiga e adjacências.²¹⁹

Outro local em que ocorreu a infestação no estado do Paraná foi Apucarana, conforme registrou um documento produzido pelo “Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas” ligado à “Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio” do estado do Paraná em 22 de outubro de 1946: “Comunico-vos que nesta data passaram (...) os funcionários (...) Hernando Pombo Ricardo e Nestor Rodrigues Madalena, aos quais foram fornecidas passagens, para a cidade de Apucarana, onde irão auxiliar no combate dos gafanhotos.”²²⁰

Na Mensagem de governo apresentada por Lupion, em 1948, o governador afirma que a infestação dos gafanhotos teria sido verificada em dois anos subsequentes. Uma infestação em 1946 e outra em 1947. Para o então governador do Paraná, em 1947 a infestação teria sido menor se comparada ao ano anterior, mesmo assim, teria causado grandes prejuízos para a lavoura²²¹.

Em Irati, nos documentos produzidos pela prefeitura, registrou-se que os gafanhotos teriam prejudicado a lavoura no ano de 1947, conforme podemos observar em um telegrama enviado pelo então prefeito de Irati José Galicioli ao “Serviço de estatística da produção” no Rio de Janeiro.

Em adiantamento ao vosso telegrama datado de 26 do mês em curso, informo-vos:
1º) A safra de feijão, para o ano de 47 foi neste município estimada em 27.500 sacos, e isto porque, como já ficou dito em nosso ofício nº 53/48, devido a grandes chuvas e a praga de gafanhotos.²²²

A chegada dos gafanhotos no final da década de 1940 não foi algo inédito no município. Algumas infestações já haviam sido registradas em 1910 na colônia Gonçalves Júnior, período em que também chegaram à localidade imigrantes holandeses, os quais enfrentaram dificuldades com os gafanhotos.²²³

Ao que parece essa não foi a única infestação ocorrida nas primeiras décadas do século XX em Irati. No relatório anual do “Serviço de povoamento” referente ao “Núcleo Colonial Iraty” de

²¹⁹ FOLHA DO OESTE. *A invasão dos gafanhotos*. Guarapuava, Paraná, 6 de outubro de 1946/ nº 20.

²²⁰ INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TENCOLÓGICAS. *Comunicado*. Jacarezinho, 22 de outubro de 1946.

²²¹ Idem. p. 33.

²²² GALICOLI, José. *Telegrama*. Irati, 28 de maio de 1948.

²²³ ORREDA, J. M. *Irati*, vol. III. Irati: O Debate, 1981. p. 167

1922, o zelador da referida localidade registrou algumas dificuldades pelas quais estavam passando os “colonos” e que os impedia de pagarem suas “dívidas coloniais”. Dentre as causas pelo atraso do pagamento dessa dívida, citou-se a “praga de gafanhotos”.

No correr da cobrança da referida dívida, foram muitos os obstáculos encontrados para levar a bom caminho esse intento, devido, em parte, as más condições econômicas em que se encontrava a maioria dos colonos em débito, em consequência dos prejuízos causados as suas plantações por diversas vezes pela praga dos gafanhotos [...]²²⁴

O zelador do “Núcleo Colonial de Iraty” refere-se a “praga de gafanhotos” como algo que teria causado prejuízos para os colonos não apenas uma vez, mas várias vezes. Talvez, esse seja um indicativo de que mais infestações tenham ocorrido nas duas primeiras décadas do século XX e que não apenas a ocorrida em 1910 na Colônia Gonçalves Júnior.

Experiência semelhante à vivenciada pelos colonos do “Núcleo Colonial de Iraty”, os quais encontraram dificuldades em quitar suas dívidas devido aos prejuízos causados pelos insetos em suas lavouras, também ocorreu com os colonos de Prudentópolis em 1906.²²⁵ Estes, porém, conforme registrou o relatório apresentado por Francisco Gutierrez Beltrão (“Secretário d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização”) a Vicente Machado da Silva Lima (“Presidente do Estado do Paraná”) tiveram sua “dívida colonial” suspensa. “Em muitas colônias a devastação foi extraordinária e atendendo aos pedidos dos colonos de Prudentópolis, que foram muitíssimo prejudicados, foi ali suspensa a cobrança da dívida colonial.”²²⁶

Pode-se perceber então, a partir da análise dessas fontes, que a infestação dos gafanhotos não foi algo que ocorreu somente em Irati ou mesmo no Paraná. Soma-se a isso o fato de que as infestações ocorridas na segunda metade da década de 1940 não foram as únicas que haviam ocorrido, pois os insetos já haviam causado prejuízos em Irati e em outras localidades, como em Prudentópolis, em períodos anteriores, como nas duas primeiras décadas do século XX. Finalmente, essas fontes também nos permitem perceber que a chegada dos gafanhotos na segunda metade da década de 1940, que é nosso recorte temporal, não ocorreu em apenas em um ano, mas pelo menos em três: 1946, 1947 e 1948.

²²⁴ DELEGACIA DO SERVIÇO DE POVOAMENTO DO SOLO DO PARANÁ. *Relatório* anual dos núcleos coloniais de Iraty, Itapará e Jesuíno Marcondes. 1921.

²²⁵ Prudentópolis é uma cidade limítrofe do município de Irati.

²²⁶ BELTRÃO, Francisco Gutierrez. *Relatório*. Typographia d’ Republica, 1907. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1906_MFN_712.pdf Acesso em 12/04/13.

3.3. As fontes impressas: histórias sobre infestações de gafanhotos

Em biografias de antigos moradores de Irati encontramos algumas histórias sobre infestações de gafanhotos que teriam ocorrido em determinados períodos não somente nessa localidade, mas também nos arredores. Nos referimos a dois livros em particular. O “O casarão da serra” de autoria de Monika Gryczynska e “A terra que eu vos indicarei” de P.J Risseu.

Gryczynska ao relatar algumas memórias de sua família descreve em algumas páginas como ocorreu a chegada dos gafanhotos no final da década de 1940 onde hoje localiza-se Alvorada (município de Prudentópolis). Já Risseu escreve baseado em entrevistas que realizou com Niesje Voigt Verschoor, uma imigrante que havia residido onde hoje é o Distrito de Gonçalves Júnior²²⁷ (município de Irati) entre os anos de 1909-1911, período em que presenciou a infestação de gafanhotos nessa localidade.

Essas duas fontes nos permitem visualizar como os colonos agiam inventivamente para combater os gafanhotos que destruíam as plantações. Além disso, podemos apreender alguns dos significados que foram dados para a infestação dos gafanhotos.

Monika Gryczynska nascida em 12 de dezembro de 1922 em Irati-Pr teve sua obra, “O casarão da serra”, publicada em 2004 pela gráfica Vicentina. A infestação de gafanhotos narrada por Monika teria ocorrido na “Colônia Chupador”, que na época localizava-se em uma estrada que ligava Irati a Prudentópolis, em 1946.

Por meio do relato de Monika podemos visualizar como a paisagem da Colônia Chupador estava configurada e algumas práticas dos moradores na década de 1930.

Os colonos e os caboclos viviam em paz, criavam seus animais, vacas, cavalos, porcos e cabritos, soltos nos campos. Não havia cercas separando as propriedades, os animais pastavam junto, nos campos abundantes de grama verdejante, ervas e frutas, principalmente de pinhão, fruto do pinheiro, de que se alimentavam pessoas e animais.

Paralelamente à criação de animais domésticos, crescia a exploração agrícola rudimentar, de milho e feijão. Alguns colonos ensaiavam maiores plantações de batata inglesa, trigo e cebola.²²⁸

²²⁷ O atual distrito de Gonçalves Junior foi criado pela Lei nº 1878 de 9 de abril de 1920, recebendo inicialmente a denominação de Barra Mansa. Dessa forma, no período de 1909-1911 essa localidade ainda não era distrito e nem denominava-se Gonçalves Júnior.

²²⁸ GRYCZYNSKA, Monika. *O casarão da serra: a saga dos imigrantes poloneses e seus descendentes no Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2004. p. 246.

Ao descrever a paisagem da Colônia Chupador, a autora nos permite levantar a hipótese de que essa localidade possuía um “criador”, pois Monika fala sobre terras que eram destinadas à criação coletiva de animais e também à prática da agricultura voltada principalmente para o próprio consumo das famílias. Outro ponto que podemos observar é que alguns dos moradores cultivavam batata, trigo e cebola em maiores quantidades de terras para que pudessem vender a produção, o que também ocorria em alguns faxinais de Irati, como no Rio do Couro, onde alguns moradores se destacavam principalmente no cultivo de batata inglesa.

A paisagem descrita por Monika em que os moradores “viviam em paz” foi alterada em setembro de 1946, ano que segundo a autora foi marcado pela “praga” dos gafanhotos que durou até 1948 na Colônia.

Por uma fatalidade, em setembro do ano de 1946 e por mais três anos consecutivos, apareceu a praga de gafanhotos. Vieram da região desértica do Grão-Chaco no Paraguai. Os gafanhotos chegaram quando a plantação de batatas florescia.²²⁹

Ao se utilizar da expressão “fatalidade” talvez Monika já estivesse relatando o que esta acreditava ter sido a infestação dos gafanhotos. Não houve um motivo para que os insetos destruíssem as plantações da Colônia. A “fatalidade” estaria no sentido de que da mesma forma que atingiram essa localidade poderiam ter atingido qualquer outro local sem haver razões ou explicações para isso.

Outro ponto que chama nossa atenção é a afirmação de Monika de que os gafanhotos teriam saído de uma região desértica do Grão-Chaco no Paraguai. Como a autora presumia que os insetos tinham partido desse local? Talvez no período em que houve a infestação tenha circulado alguma notícia ou então comentários entre os próprios moradores da Colônia, de que a nuvem de gafanhotos possivelmente teria partido do Paraguai e Monika, décadas depois, ao lembrar desse evento, incorporou essas notícias à sua memória.

Para Bosi, muitas de nossas ideias ou lembranças não são originais e podem ter sido inspiradas em conversas com outras pessoas. Com o passar do tempo as lembranças

...passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos

²²⁹ Idem. p. 249.

dissemem o seu ponto exato de entrada em nossas vidas. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente as incorporamos em nosso cabedal.²³⁰

Nas memórias narradas por Monika também podemos captar algumas práticas dos colonos e dos agrônomos para combater os gafanhotos que iam desde a utilização de lança-chamas e inseticidas até a abertura de valas no chão.

Foi uma luta incansável dos colonos contra esta praga que causou enormes estragos nos campos e lavouras das regiões atingidas. A nuvem fatídica de locustas, rodava a região, tocada pelos lança-chamas dos agrônomos, e com o barulho de latas e fumaça pelos colonos. (...) Recorreu-se a vários processos para os destruir. Empregou-se lança-chamas e espalhou-se pós inseticidas. Abriram-se valas tocando os gafanhotos para dentro, cobrindo-os com terra.²³¹

Na narrativa de Monika identificam-se dois grupos empenhados no combate aos gafanhotos: os agrônomos e os colonos. Os agrônomos, ao que parece, se utilizavam dos lança-chamas para eliminar os gafanhotos e talvez, até mesmo de inseticidas. Já os colonos não se utilizaram das técnicas dos agrônomos para combater esses insetos. O que utilizaram foram latas para fazer barulho, fumaça e abertura de valas.

Alguns comerciantes viram na escassez de alimentos provocada pelos gafanhotos uma forma de obter benefícios financeiros. Segundo Monika, havia um comprador e vendedor de cereais chamado “Alberto” que percebeu a possibilidade de ganhos com a devastação das lavouras pelos gafanhotos e comprou um caminhão, com o qual se dirigia para Irati e carregava o veículo com sacos de açúcar, sal, farinha de trigo, entre outros produtos, rumo a cidades onde não havia ocorrido a infestação, como Goioerê, Peabiru e Campo Mourão. Lá esses produtos eram vendidos e, novamente, o caminhão era carregado com milho, feijão, trigo, batata, produtos que seriam vendidos na Colônia.²³²

Por sua vez, o livro de P.J Risseu, “A terra que eu vos indicarei: a emigração da família Verschoor”, foi traduzido do holandês para o português por Dick Carlos de Geus em 2004. A iniciativa de compilação do livro ocorreu em 1961 quando Risseu visitou Carambeí-Pr, por ocasião da comemoração do “Jubileu de Ouro” dessa colônia. Nesse período o autor fez entrevistas com Niesje Voigt Verschoor, uma imigrante holandesa que havia residido durante a adolescência na

²³⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 407.

²³¹ Idem. p. 249.

²³² GRZYCZYNSKA, Monika. *O casarão da serra*. Op. Cit. p. 250-251.

Colônia Gonçalves Júnior em Irati, mas que devido às dificuldades enfrentadas por ela e sua família nessa colônia deslocaram-se para Carambeí, onde residia no momento em que Risseu fez as entrevistas. A partir dos relatos de Niesje, Risseu escreveu uma história romanceada da família Verschoor desde sua chegada em Gonçalves Júnior até sua instalação em Carambeí.

Dentre as narrativas que Risseu escreveu, baseados na memória de Niesje Verschoor, destacamos uma sobre a infestação de gafanhotos que teria ocorrido onde hoje localiza-se a Colônia Gonçalves Júnior em Irati-Pr, entre os anos de 1909-1911. A chegada dos insetos à colônia teria devastado as primeiras plantações dos holandeses, que juntamente com as epidemias e infestações de ratos fizeram com que estes imigrantes se mudassem para Carambeí em busca de melhores condições de vida²³³.

A forma como Risseu narra essa possível infestação de gafanhotos revela as interpretações que existiam não no momento em que houve a incidência dos insetos nos anos de 1909-1911, mas sim quando o autor escreveu a obra, ou seja, em 1961. Outro ponto que devemos considerar é que a forma como Niesje Verschoor narrou a infestação de gafanhotos para Risseu em 1961 já é uma interpretação. O autor por sua vez ao escrever sua narrativa também faz uma interpretação do que Niesje lhe havia contado. Portanto, o que existe é uma interpretação da interpretação²³⁴.

Em novembro chegou uma notícia na colônia de que poderia haver um ataque de gafanhotos às lavouras. Uma das pragas do Egito, pensou a Niesje. Ela percebeu a preocupação nos semblantes do pai e do tio Leen. O Jan preparou latas de petróleo e estava a procura de tampas de painéis. O que o pai está querendo?, pensou Niesje.

Eles chegaram. Milhões e milhões de gafanhotos escureceram o céu e desciam nas lavouras. A Niesje viu seu pai e o tio Leen correrem para fora munidos de latas e tampas. Ela correu atrás deles com um painel velho e uma concha de sopa. O barulho de nada adiantou, os gafanhotos acabaram com as lavouras em poucos dias. Somente restaram os talos das plantas. Esses insetos voam muito baixo e, normalmente, seguem pelos vales. A roça de Jan atrás do morro não foi atacada.

- ‘O pior está por vir’ – disse Pel, o vizinho.

Os gafanhotos quando saciaram sua fome, deixaram milhões de ovos na terra. Após algumas semanas, com a desova, a quantidade era maior ainda e mais voraz. Acabaram com praticamente todas as lavouras da colônia.²³⁵

²³³ PAITRA, Cristina. *Imigração holandesa no distrito de Gonçalves Júnior (Irati-Pr) 1905-1911: a sobrevivência* (im) possível. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2010.

²³⁴ Essa questão de que existe uma “interpretação da interpretação” foi trabalhada por Michel Foucault em seu livro “Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento”, mas especificamente no capítulo intitulado: “Nietzsche, Freud e Marx”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Coleção Ditos e Escritos II. . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 40-55.

²³⁵ RISSEU, P.J. *A terra que eu vos indicarei: a emigração da família Verschoor*. Manuscrito da década de 1960, traduzido por Dick Carlos de Geus. Carambeí, S/E, 2004.

Antes mesmo de ocorrer a infestação, os moradores da Colônia já sabiam que os insetos poderiam chegar a qualquer momento. Pela narrativa de Risseu o que se percebe é que pairava uma preocupação entre os mais velhos: talvez, esses imigrantes holandeses nunca tivessem visto alguma infestação e, portanto, não sabiam como combater os insetos ou então, já estavam cientes dos estragos que estes causavam nas plantações, ainda mais que os imigrantes holandeses haviam recém-chegado à Colônia e, portanto, não dispunham de muitos recursos. A preocupação era inevitável.

Os métodos utilizados para combater os gafanhotos também é algo que chama a atenção. Limitados financeiramente, afinal haviam acabado de se instalar em terras desconhecidas, os imigrantes holandeses não dispunham de muitos materiais para o combate aos insetos, talvez, nunca tivessem presenciado uma infestação. O que prevaleceu foi a inventividade desses “sujeitos ordinários”.

Ao contrário do relato de Monika que afirmou que em 1946, na Colônia Chupador, foram utilizados inseticidas, lança-chamas, abertura de valas no chão, barulho de latas etc., as práticas de combate dos imigrantes holandeses aos insetos, em 1910, se limitavam apenas ao barulho de latas e panelas, bem como a produção de fumaça por meio da queima de petróleo.

É interessante também observarmos que a prática de fazer barulho com latas e panelas, ineficaz entre 1909 e 1911, foi retomada em 1946. Diante da falta de recursos, talvez, fazer barulho fosse uma maneira de não passividade e resignação diante do “mal” que se abatia sobre essas pessoas.

Salvo as diferenças temporais e espaciais dessas duas infestações podemos levantar algumas hipóteses para a utilização de um maior número de técnicas na década de 1946, se comparado à 1910, para eliminar os gafanhotos das lavouras. Quando ocorreu a invasão dos gafanhotos em 1946 já havia registros de outras infestações que haviam ocorrido anteriormente. Talvez, essas técnicas de combate aos insetos na Colônia Chupador já teriam sido utilizadas por pessoas de outras localidades e que acabaram chegando ao conhecimento dos moradores dessa localidade.

Outro ponto interessante dessa narrativa é a relação que Niesje estabeleceu entre a chegada dos gafanhotos e a passagem bíblica de Êxodo capítulo 10, versículos de 1 a 20, que trata sobre a 8ª praga enviada, como castigo, por Deus ao Egito, os gafanhotos.

... se recusares deixar ir o meu povo, eis que amanhã trarei gafanhotos ao teu território; Eles cobrirão de tal maneira a face da terra que dela nada aparecerá; eles comerão o restante que escapou, o que vos resta da chuva de pedras, e comerão toda árvore que vos cresce no campo; E encherão as tuas casas, e as casas de todos os egípcios, como nunca viram teus pais, nem teus antepassados, desde o dia em que se acharam na terra ao dia de hoje (...) cobriram a superfície de toda a terra, de modo que a terra se escureceu; devoraram toda a erva da terra, e todo fruto das árvores que deixara a chuva de pedras; e não restou nada verde nas árvores, nem na erva do campo, em toda a terra do Egito.²³⁶ (LIVRO DO ÊXODO, capítulo 10, versículos 1-20)

Talvez a relação que se estabeleceu com a oitava praga enviada por Deus ao Egito também estivesse ligada a interpretação da infestação dos gafanhotos enquanto um castigo divino.

3.4. “Aquela nuvem veio do ar e foi baixando”: memórias sobre a chegada dos gafanhotos no “criador”

Ao analisarmos, por meio das entrevistas, as narrativas dos moradores sobre a chegada dos gafanhotos no “criador”, adentramos um campo que requer certas ressalvas: a memória.

Entendemos a memória como um repensar, um reconstruir e um resignificar; é “texto em movimento²³⁷”. Assim, “...lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.”²³⁸

Dessa forma, a memória dos moradores sobre a chegada dos gafanhotos e a forma como estes interpretam tal acontecimento não deve ser lido como o próprio passado, mas a forma com que estes, hoje, interpretam o passado e atribuem-lhe sentidos.

Segundo alguns dos nossos entrevistados, no final da década de 1940 os moradores do “criador” já sabiam que uma nuvem de gafanhotos estaria se aproximando do município de Irati e poderia causar prejuízos nas lavouras. As notícias que chegavam eram divulgadas pelo rádio,

²³⁶ LIVRO DO ÊXODO, capítulo 10, versículos 1-20.

²³⁷ Cf. CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história*: para ler história oral. Op. Cit. p. 61.

²³⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. Op. Cit. p. 55.

objeto que era posse de poucos moradores nesse período. Segundo Maneira Primo, nesse momento eram poucas as pessoas que possuíam um rádio, que era o principal meio de divulgação de notícias.

Tinha notícia pelo radio, mas bem pouca gente que tinha rádio. Primeiro rádio aqui no Rio do Couro foi do meu pai, os sábados de tarde faltava cadeira e banco lá em casa enchia e ficava parecendo um velório [risos]. Os do rádio diziam que vinha vindo uma nuvem de gafanhotos sabe Deus de que lugar e que ia chegar em tal lugar. E como chegou. E o pessoal estava esperando, pois notícia tinha e aquele tempo não tinha mentira e apareceu.²³⁹

O rádio era um objeto que poucas pessoas possuíam nesse momento, portanto, uma novidade. Conforme nos relatou Maneira Primo, nos sábados à tarde as pessoas se reuniam na casa de seu pai para ouvir as notícias que eram divulgadas pelo rádio, dentre elas a de que uma nuvem de gafanhotos estaria se aproximando. Como as notícias que eram divulgadas pelo rádio eram tomadas enquanto verdade segundo seu Jeronimo, os moradores ficaram apenas esperando os gafanhotos chegarem.

Porém, mesmo os moradores sabendo que as nuvens de gafanhotos poderiam chegar a qualquer momento, não houve um preparo de materiais para combater os insetos. Talvez isso se devesse à esperança que possuíam de que a nuvem desviasse a localidade ou mesmo a desconfiança de muitos em relação à notícia que havia sido divulgada, mesmo Maneira Primo afirmando que as divulgações no rádio eram tomadas enquanto verdade.

Conforme Jerônimo Maneira Primo o dia em que os gafanhotos chegaram à localidade do Rio do Couro foi bastante tumultuado, pois as pessoas ficaram desesperadas ao verem suas lavouras, hortas e a própria mata serem destruídas pelos insetos. Os animais, como bovinos e eqüinos, começaram a correr de um lado para o outro, assustados com inúmeros insetos que, devido à quantidade, chegavam a tapar a luz do sol.

Aquele ano foi um ano de crise, mas de crise mesmo, foi em 1946, chegaram era umas 4 horas da tarde, aquilo tampava o sol quando eles chegaram, aquela nuvem veio no ar e foi baixando, meu Deus do céu. Aquela burrada do tio Florindo quando eles baixaram no gramado, eles corriam e pisavam em cima, eles levantavam e davam na barriga deles, era como um vespeiro e a criação corria, daí no outro dia o animal já tinha se acostumado com aquela bicharada e foi uma semana naquele tipo, daí limpou.²⁴⁰

As infestações que haviam ocorrido antes da chegada dos gafanhotos na década de 1940,

²³⁹ MANEIRA PRIMO, Jeronimo. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 23/05/2011.

²⁴⁰ *Idem*.

ao que tudo indica, eram de conhecimento dos moradores do “criador”, sendo que alguns já tinham presenciado a destruição das lavouras por esses insetos em períodos anteriores, talvez, na Colônia Gonçalves Júnior em 1910. Segundo Clara Specht, quando os gafanhotos chegaram no “criador” na década de 1940, algumas mulheres que haviam presenciado infestações anteriores começaram a chorar, já sabendo das dificuldades que iriam enfrentar, principalmente com a escassez de alimentos.

[...] quando eles [gafanhotos] chegaram, nós estávamos lá na roça, acho que nós estávamos descoivarando um tiguera²⁴¹ quando chegou aquele bicho, vinha aquele enxame, como um vespeiro e daí já de tarde a Lena, a Êmoga foram de tarde lá em casa e contaram que a mãe delas estava chorando porque ela se lembrava de quando tinha vindo aquele bicho e comeu todos os mantimentos e ia se acabar as coisas de comer. Ela contava que já tinha participado dos gafanhotos, de certo ainda quando ela era menina e daí ela disse que quando veio aquele bicho comeu tudo o que era para nós comer e não tinha nem o que comer.²⁴²

Como a maioria das famílias do “criador” cultivava lavouras destinadas principalmente ao próprio consumo, a notícia de que uma nuvem de gafanhotos poderia chegar a qualquer momento e alguns dos moradores já sabendo dos danos que estes causaram em períodos anteriores, era de se esperar a preocupação e a insegurança dessas pessoas, haja vista, que sua própria sobrevivência ficaria comprometida pelos insetos.

Para Jean Delumeau a segurança está na base da afetividade e da moral humana, portanto, é algo fundamental para o ser humano. Logo, a segurança seria símbolo da vida e a insegurança símbolo da morte. Um dos reflexos que o organismo desenvolve para escapar provisoriamente da morte é o medo. O medo seria uma defesa essencial e uma garantia contra os perigos.²⁴³

Para Delumeau existe uma diferença entre o medo e a angústia. “O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma esfera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança.”²⁴⁴

Acreditamos que o que se estabeleceu em alguns dos moradores, como no caso da mãe de

²⁴¹ O terreno em que havia sido colhido o milho e que ainda se encontravam os restos dessa planta, como as próprias canas e a palha, era chamado de “tiguera”. Quando dona Clara se refere a “descoivarar um tiguera” está se referindo à prática de agrupar as canas e a palha do milho que haviam sobrado atear fogo.

²⁴² SPECHT, Clara. Op. Cit.

²⁴³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de bolso, 2009. p. 23-24.

²⁴⁴ Idem. p. 33.

dona Lena e Émoga, conforme nos relatou dona Clara, estava relacionado a esse sentimento de medo, pois segundo Delumeau, o medo tem um objeto determinado e os moradores tinham um objeto determinado ao qual temiam: os gafanhotos. Talvez, nem era aos gafanhotos que temiam, mas o resultado que estes causariam: a destruição das lavouras e, portanto, o risco de passarem fome.

A destruição das lavouras, segundo alguns dos moradores, foi inevitável. Grande parte das lavouras de trigo, milho e batata foi devorada pelos gafanhotos, nem mesmo as hortas cultivadas ao redor das casas foram poupadas pelos insetos. Árvores e demais plantas ficaram despidas de suas folhas.

Mas comeram tudo, tudo, quintal, de repolho para cima, alface, o que achassem que estava verde comiam tudo, o milho ficou só o tronco dele, a folha comeram tudo, a batata ficou só o talo, iam comendo e desovando, e só nascendo gafanhoto. E desovavam na terra dura, no outro dia já tinha gafanhoto.²⁴⁵

Contudo, nem todas as lavouras foram destruídas, restaram algumas plantações de milho que já haviam passado pelo processo de maturação, ou aquelas, raras, que os gafanhotos não atacaram.²⁴⁶ Essas lavouras que não foram devoradas, teriam sido aquelas que estavam localizadas em lugares mais distantes e isolados, ou nas palavras de Jeronimo Maneira Primo: “Alguma roça se escapou em algum buraco”²⁴⁷.

Além dessas lavouras de milho que não foram atacadas pelos insetos, nas entrevistas é recorrente a afirmação de que alimentos como a mandioca, batata, batata-doce e abóbora foram consumidos pela maioria das pessoas durante esse período de escassez de alimentos provocada pelos gafanhotos. Isso porque, no caso da mandioca, batata e da batata-doce, mesmo os insetos tendo devorado as folhas, não afetou a produção dos tubérculos e, portanto, puderam ser utilizados na alimentação. A produção de abóboras, da mesma forma, não foi prejudicada pelos insetos e pôde ser utilizada como alimento.

Para Clara Specht a destruição das lavouras pelos gafanhotos foi tamanha, que restaram apenas alimentos que produziam “embaixo da terra”, ou seja, tubérculos com a mandioca e a batata-doce: “Pois nós não colhemos nada, a única coisa que nós tínhamos era a mandioca e a batata-doce, outra coisa em cima da terra eles comeram tudo, daí nós comprávamos farinha de mandioca, porque

²⁴⁵ MANEIRA PRIMO, Jeronimo. *Entrevista*. Op. Cit.

²⁴⁶ LEME, Alvinho. *Entrevista*. Op. Cit.

²⁴⁷ MANEIRA PRIMO, Jeronimo. *Entrevista*. Op. Cit.

o milho eles comeram, não tinha milho, eles comeram tudo só sobrou o que estava embaixo da terra, a raiz.”²⁴⁸

As lavouras eram cultivadas, na maioria das vezes, para a própria alimentação das famílias, dessa forma, após a destruição das lavouras pelos gafanhotos houve uma escassez dos alimentos. Muitas pessoas recorreram ao comércio para comprar alimentos. Na fala de dona Clara podemos observar que além da utilização de alguns tubérculos na alimentação, algumas pessoas também recorreram ao comércio para obter outros alimentos como a farinha de mandioca: “Eu acho que aquele ano vinha farinha de mandioca, bastante coisa tinha na bodega daí tinha que comprar, cada um comprava o que podia, passava do jeito que dava.”²⁴⁹

Provavelmente, a compra desses produtos ocorria nas “bodegas” que estavam instaladas, naquele período, no Rio do Couro. As bodegas representavam, acima de tudo, um conforto para os moradores, não apenas no lugar onde estavam instaladas, mas também para a vizinhança.²⁵⁰ No caso das bodegas do “criador”, ao que parece, eram de extrema importância para os moradores, pois além de poderem adquirir os produtos, geralmente alimentícios, as pessoas também vendiam ou então trocavam os produtos que possuíam em suas casas como ovos, galinhas e sementes por outros gêneros alimentícios, como açúcar, sal e farinha.²⁵¹ Como nas localidades de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos não haviam esses estabelecimentos comerciais, as pessoas se dirigiam até o Rio do Couro para realizarem suas compras²⁵².

Caso não possuíssem dinheiro para pagar pelos produtos adquiridos na bodega, era comum a prática da venda “a fiado”. O pagamento da dívida realizava-se, geralmente, “na safra”, período em que os moradores vendiam o excedente da produção para comerciantes da cidade de Irati e então conseguiam dinheiro para quitar suas dívidas. Além da venda do que se produzia na lavoura, também eram comercializados outros produtos como ovos, conforme afirma dona Magdalena, quando foi questionada sobre a venda “a fiado”: “Vendiam, eles [bodegueiros] sempre vendiam, nós quando podíamos que precisava daí nós comprávamos [fiado], mas daí lá uns dias a mãe mandava trazer ovo, se faltava alguma coisa que não dava o dinheiro, daí ele vendia para nós.”²⁵³

²⁴⁸ SPECHT, Clara. Op. Cit.

²⁴⁹ SPECHT, Clara. Op. Cit.

²⁵⁰ TELEGINSKI, Neli Maria. *Bodegas e bodegueiros em Irati-Pr na primeira metade do século XX*. Op. Cit. p.145.

²⁵¹ BERGER, Magdalena R. *Entrevista*. Op. Cit.

²⁵² FRACARO, Batista. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 18/05/11.

²⁵³ BERGER, Magdalena R. *Entrevista*. Op. Cit.

A prática da venda “a fiado” pode ser compreendida a partir das relações de “conveniência” que se estabeleciam entre bodegueiros e moradores, na qual ambas as partes obtinham benefícios. Por um lado, os moradores poderiam adquirir os produtos mesmo sem possuir dinheiro e, de outro, o bodegueiro aumentava suas vendas e conseqüentemente seus lucros.²⁵⁴ Essa prática fazia do bodegueiro não apenas um “comerciante anônimo”, pois o que havia era uma relação de confiança entre este e seus fregueses quando realizava-se uma compra “a fiado”.

Os produtos que eram vendidos na bodega, eram em sua maioria alimentícios, mas também se comercializavam tecidos, usados pelas mulheres na confecção de roupas, querosene, utilizado para abastecer os lampiões, velas, entre outros. Jeronimo Maneira Primo nos relatou como eram vendidos os produtos:

Não era uma careza que nem hoje, compreende? Não, nada que nem hoje, empacotado, era tudo solto, açúcar vinha de saco, sal ensacado, querosene era de lata, 20 litros, daí eles [bodegueiros] traziam e vendiam, se você queria meia garrafa de querosene eles vendiam, se você queria uma garrafa, um litro eles vendiam, um quilo de açúcar eles vendiam.²⁵⁵

No período em que ocorreu a infestação de gafanhotos e que houve a escassez de alimentos, muitas pessoas recorreram às bodegas que existiam na localidade do Rio do Couro para adquirem alguns gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, conforme nos relatou Clara Specht.²⁵⁶ Nesse momento, a compra “a fiado” foi ainda mais recorrente.

Outros, porém, trocavam produtos como ovos, galinhas e sementes por outros gêneros alimentícios, como açúcar, sal e farinha.²⁵⁷ Algumas pessoas, ainda, pagavam pelos produtos no momento da compra, dinheiro que muitas vezes, provinha da coleta de erva-mate, conforme afirmou Alvindo Leme: “Não passamos fome, porque naquele tempo tinha erva, muita erva, então quem tinha erva começou a tirar erva e aí o povo se alimentou da safra da erva.”²⁵⁸

A importância que a erva-mate teve nesse momento para os moradores do “criador” também é apontada por Horácio Martins de Carvalho, que chama o período que ocorreu a infestação de gafanhotos como o “ano do gafanhoto”. “Quando esta praga apareceu de forma intensa em 1946,

²⁵⁴ Cf. TELEGINSKI, Neli Maria. *Bodegas e bodegueiros em Irati-Pr na primeira metade do século XX*. Op. Cit. p. 195-200.

²⁵⁵ MANEIRA PRIMO, Jeronimo. *Entrevista*. Op. Cit.

²⁵⁶ SPECHT, Clara. Op. Cit.

²⁵⁷ Magdalena R. Berger, *Entrevista*.

²⁵⁸ LEME, Alvindo. *Entrevista*. Op. Cit.

destruindo as lavouras e pastagens, os proprietários das terras se apoiaram na erva mate.”²⁵⁹ Ou seja, a extração da erva foi umas das formas com que as pessoas conseguiram obter dinheiro para poderem comprar os alimentos, possivelmente nas bodegas.

Se por um lado muitas pessoas passaram por dificuldades com a escassez de alimentos provocada pela praga dos gafanhotos, outras viram na infestação uma forma de obter lucros, como o caso de um “bodegueiro” de nome Luis Maneira. Esse comerciante, se utilizando de “carroções”, se dirigiu até outros municípios em que os gafanhotos não haviam danificado as lavouras e de lá trouxe mantimentos para vender na bodega.²⁶⁰ Essa questão demonstra as relações de conveniência que se estabeleciam: de um lado o bodegueiro obtinha benefícios com as venda dos produtos e de outro as pessoas conseguiam obter seus alimentos, já que suas lavouras estavam arruinadas.

Outra forma de conseguirem alimentos foi por meio da ajuda mútua entre as próprias pessoas. Jeronimo Maneira Primo nos relatou que seu pai, João Batista Maneira, era um dos poucos moradores do “criador” que ainda possuía uma quantidade razoável de milho estocado no paiol. Após a infestação dos gafanhotos várias pessoas começaram a procurá-lo para comprar ou mesmo emprestar milho. Em poucos meses o paiol esvaziou:

Nós tínhamos um paiol de milho em casa cheio da safra passada e meu pai emprestou milho até lá pro Mato Queimado, vinham buscar milho até aqui desse faxinal, quantos e quantos vieram emprestar milho para comer, para fazer o fubá, para fazer a farinha, não era para engordar criação [...] ²⁶¹

A fala do entrevistado encontra ressonância com um depoimento de Guilherme Crovador, encontrado no livro “A colônia que veio do pó”²⁶² de autoria de Osmar Aggio:

Em 1946, depois da Segunda Guerra, houve um ataque de gafanhotos no Rio do Couro – Irati. Eles destruíram tudo que viam, comeram até o ‘fumá’ (fumo). A gente só não passou fome porque o João Batista Maneira tinha um milho guardado, mas que depois acabou também. ²⁶³

Havia uma organização dentro do “criador” baseada na ajuda mútua entre as pessoas. Tais práticas não se restringiam apenas aos períodos de escassez de alimentos provocados pela praga de gafanhotos ou qualquer outra intempérie que afetasse a produção agrícola, mas faziam parte do

²⁵⁹ CARVALHO, Horácio Martins. Op. Cit. p. 52.

²⁶⁰ BERGER, Magdalena R. *Entrevista*. Op. Cit.

²⁶¹ MANEIRA PRIMO, Jeronimo. *Entrevista*. Op, Cit.

²⁶² No livro o autor ao trabalhar a imigração italiana na região de Campo Largo-PR, coletou alguns depoimentos, inclusive de pessoas que residiram em faxinais do município de Irati, como o caso de Guilherme Crovador.

²⁶³ CROVADOR, Guilherme. In: AGGIO, Osmar. *A colônia que veio do pó*. Gráfica Planeta Ltda, 2005. p. 124.

cotidiano dessas pessoas. A fala de Berger revela essas práticas de ajuda mútua: “[...] se não tinha uma coisa para dar, o outro vinha e trazia, era assim, sempre tinha.”²⁶⁴

O que nos chama a atenção no relato de Jeronimo Maneira Primo é que a ajuda entre as pessoas não se restringia apenas ao próprio “criador”, mas se estendia até outras localidades como o caso de Mato Queimado. Soma-se a isso a questão de que o milho que João Batista Maneira possuía não foi vendido a essas pessoas, como podia se esperar, mas sim emprestado, na condição de que fosse devolvido quando houvesse uma nova colheita.

As entrevistas que foram realizadas também apontam para a importância que a criação de porcos teve nesse momento para a alimentação dos moradores. A carne e os derivados dos suínos eram os principais alimentos consumidos durante os dias trabalho no “criador”. Com a devastação das lavouras pelos gafanhotos, esses alimentos foram, também, a garantia da sobrevivência dessas pessoas.

... eles [gafanhotos] ficaram dois anos, porque os grandes foram embora, mas o pequenos estavam nascendo e foram comendo. Eu sei que nós nos virávamos, descascava batata-doce e comia cru, do jeito que desse, e o pai também tinha porco, matava porco e fumaceava, porque até os porcos não tinham o que comer, daí tinha que ir matando²⁶⁵.

Os suínos, mesmo ficando à solta no “criador”, recebiam uma alimentação suplementar de seus donos, geralmente espigas de milho, ao início e final do dia. Com a destruição das lavouras pelos gafanhotos a alimentação dos animais também ficou comprometida, fazendo com que muitas pessoas, como foi o caso do pai de dona Clara, tivessem que abater os animais para o consumi-los, antes que a fome levasse-os à morte.

Todas essas questões revelam as “mil maneira de fazer” no “criador”, práticas que estavam a todo momento reconfigurando esse espaço. Pode-se perceber a inventividade daquelas pessoas em uma situação difícil e que colocava à prova sua própria sobrevivência, pois a agricultura era uma das principais formas da obtenção de alimentos. Ao contrário do que se poderia esperar: uma migração para a cidade, a ruína do “criador”, essas pessoas conseguiram enfrentar essas dificuldades combatendo, de maneira inventiva, os gafanhotos e, ainda, produzindo significados para a infestação desses insetos.

²⁶⁴ BERGER, Magdalena. *Entrevista*. Op. Cit.

²⁶⁵ SPECHT, Clara. *Entrevista*. Op. Cit.

IV CAPÍTULO

COMBATENDO A PRAGA, (RE) INVENTANDO O COTIDIANO: OS SIGNIFICADOS DA INFESTAÇÃO DE GAFANHOTOS NO “CRIADOR”

4.1. Entre latas, benzedeadas e lança-chamas: o combate aos gafanhotos

Após a infestação dos gafanhotos ocorrida não somente em Irati-PR, mas em outros municípios do sul do Brasil, os governos, federal, sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, e o do Estado do Paraná, representado por Moisés Lupyon, apresentaram algumas medidas de combate à praga. Juntamente à essas medidas, os moradores das localidades rurais afetadas pelos gafanhotos, como o caso do “criador”, também se mostraram ativos para tentar eliminar os insetos que devoravam as plantações.

Como medida do governo federal para eliminar os gafanhotos que assolavam as plantações do sul do país, em 4 de outubro de 1946 foi publicado no Diário Oficial da União a autorização para o Ministério Agricultura liberar “crédito especial”, no valor de Cr\$ 1.800.000, 00, destinado para as despesas com a infestação no sul do Brasil.²⁶⁶

Em relação ao “crédito especial”, no ano de 1946, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (I.B.P.T.) do estado do Paraná publicou as “Normas para a aplicação do crédito extraordinário” para o combate aos gafanhotos. Neste documento especificava-se que o “crédito extraordinário” poderia ser destinado para as despesas com pessoal, material e despesas diversas no que se referia à eliminação dos gafanhotos.

Com referencia a pessoal – pagamento de vencimento a todo aquele que for admitido com o fim de auxiliar ao combate à praga: diárias desse pessoal e os da Comissão encarregada de dar debelamento à mesma; com referencia a material – permanente (aquisição de instrumentos, ferramentas, tudo enfim considerado permanente e possa ser patrimonial) e , - Consumo (aquisição de sementes, combustíveis, enfim tudo aquilo considerado de pronto consumo. Em despesas diversas (deverá se considerar todos aquelas referentes a passagens, transportes, consertos de veículos e de outros materiais.)²⁶⁷

²⁶⁶ DUTRA, Eurico Gaspar. Lei nº 1 de 04 de outubro de 1948. In: REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Coleção das leis de 1946*. Vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leisocerizadas/leis1946v8.pdf> Acesso em 02.04.2013.

²⁶⁷ INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Normas para a aplicação do crédito extraordinário. In: SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO. *Relatório do exercício 1946*. 1946. [grifos do documento]

O crédito destinado aos gastos com “pessoal” foi acionado por alguns funcionários do I.B.P.T. que se dirigiram a alguns municípios do estado do Paraná para auxiliarem não somente no combate aos gafanhotos, mas também na verificação das devastações nas lavouras, conforme registrou um ofício enviado ao diretor do Instituto, Marcos Augusto Enrietti. Nesse documento pode-se perceber que os funcionários que se dirigiram a Apucarana faziam parte do setor responsável pelo combate à broca do café, ou seja, o S.C.B.C (Serviço de Combate à Broca do Café).

Junto ao presente tenho a grata satisfação de passar às mãos de V.S. duas requisições de diárias pertencentes aos funcionários deste S.C.B.C., Agrônomo Acir de Almeida Pinto e (...) João Ferreira Pinto, que seguiram à Apucarana, por ordem do senhor secretário, afim de verificarem a extensão dos gafanhotos.²⁶⁸

O fato de alguns funcionários do S.C.B.C se dirigirem até outros municípios para verificarem a extensão das nuvens de gafanhotos, ou seja, uma área na qual não era de suas responsabilidades, talvez, possa ser compreendido pela existência da chamada “Comissão Mista”, responsável pelo combate aos gafanhotos. A “Comissão Mista” contava com a disposição de todos os técnicos e funcionários do I.B.P.T, conforme registrou um documento produzido pelo Instituto em 1946.

No combate ao gafanhoto desde o início o INSTITUTO hipotecou todo seu apoio em material e pessoal e se mais não fez é porque não estava na sua alçada. Ainda agora técnicos e funcionários estão à disposição da Comissão Mista, distribuídos pelo território do estado, prestando serviços, com a melhor boa vontade.²⁶⁹

Somavam-se às ações de combate aos gafanhotos desenvolvidas pelo IBPT outras medidas que foram administradas pelo governo estadual do Paraná, juntamente com o Ministério da Agricultura, como a elaboração do “plano de combate aos gafanhotos”.

O “plano de combate” previa organização do estado do Paraná em 8 áreas, nas quais teriam sido instalados “postos de abastecimentos”, que por sua vez, subdividiam-se em “setores”, conforme registrou a Mensagem de governo de Moyses Lupyon, datada de 1948: “... a divisão do Estado em 8 zonas, cada uma delas subdividida em postos de abastecimentos e êstes em sectores.

²⁶⁸ INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Ofício* de 18 de outubro de 1946. Jacarezinho, 1946.

²⁶⁹ INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Relatório*. 1946. p. 3.

Apesar da inexistência ou indisponibilidade de registros na prefeitura, a hipótese de que esse “posto de abastecimento e combate” tenha sido instalado em Irati não é descartada, pois é recorrente nas entrevistas com os moradores da zona rural do município, principalmente Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, que uma das formas de combate aos gafanhotos tenha sido feita por meio de lança-chamas. Afinal, como os moradores possuíam esse instrumento e utilizavam-no para eliminar os gafanhotos?

Segundo Clara Specht, quando estava ocorrendo a infestação dos gafanhotos a Prefeitura municipal de Irati não ofereceu auxílio aos moradores, apenas foram enviados lança-chamas e o combustível para abastecer esses instrumentos. Contudo, Specht não soube relatar de onde vinham esses instrumentos.

Esses lança-chamas eu não sei se foi o governo ou a prefeitura que mandou e daí vinha aqueles tambores cheios de querosene, porque aqueles lança-chamas eram tocados com querosene, eles soltavam fogo para matar o bicho. Eles desovaram no barranco e daí eles chegavam fogo para queimar.²⁷¹

No caso do Estado do Rio Grande do Sul, uma quantidade desses aparelhos haviam sido adquiridos dos Estados Unidos. Em 1947, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul enviou um pedido ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, para que houvesse a isenção de direitos de 300 aparelhos lança-chamas adquiridos pela Secretaria de Agricultura, os quais seriam utilizados no combate aos gafanhotos.²⁷² No ano seguinte, 1948, esse pedido foi aceito e efetivado pela lei nº 390 de 20 de setembro, que instituiu em seu Art. 1º:

São isentos do imposto de importação e taxas aduaneiras, bem assim do imposto de consumo, 300 (trezentos) lança-chamas, vindos do Estados Unidos pelo vapor “Mormacein” em setembro de 1947, por encomenda da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, e destinados ao serviço de extinção de gafanhotos, ficando dispensada a consignação nominal.²⁷³

No Estado de São Paulo o combate aos gafanhotos também era realizado, entre outras formas, com lança-chamas, conforme registrou uma notícia publicada no jornal “Diário do Paraná” em 01 de outubro de 1946: “Diversas providencias estão sendo tomadas em São Paulo para evitar a destruição das lavouras paulistas. Além de lança-chamas e vassouras de fogo, serão empregados aviões no combate á praga.”²⁷⁴

²⁷¹ SPECHT, Clara. Op. Cit.

²⁷² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Pedido de isenção de direitos de 300 lança-chamas*. Diário Oficial, Dezembro de 1947. Disponível em:

²⁷³ DUTRA, Eurico Gaspar. Lei nº 390 de 20 de setembro de 1948. Diário Oficial, 23 de setembro de 1948.

²⁷⁴ EM MARCHA para o Rio a nuvem de gafanhotos. *Diário do Paraná*, Curitiba, 01 de outubro de 1946.

Em relação ao Paraná não encontramos nenhum registro sobre a aquisição de lança-chamas. Contudo, é recorrente nos documentos que esses aparelhos foram usados para combater os gafanhotos, inclusive no “criador”. Talvez, os moradores tenham conseguido esses instrumentos no “posto de abastecimento e combate”, que possivelmente tenha existido na cidade de Irati.

Talvez, a utilização dos lança-chamas pelos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná tenha sido facilitada com a instituição da lei nº 483, em seu artigo 8º, que determinava:

As companhias de transporte marítimo, fluvial, ferroviário, aéreo e rodoviário, são obrigadas a conceder prioridade para o transporte de pessoal e material, quando destinados ao combate ao gafanhoto migratório, desde que requisitados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetais ou pelas Secretarias de Agricultura dos Estados.²⁷⁵

Com essa lei, o transporte de materiais para o combate aos gafanhotos, como o caso dos lança-chamas, poderia ter sido facilitado, fazendo com que vários municípios pudessem usufruir desses instrumentos.

Todavia, esse transporte de materiais para as localidades infestadas pelos gafanhotos foi, no Estado do Paraná, prejudicado devido à falta de estradas de ferro, conforme registrou a mensagem de governo de Moyses Lupion: “A dificuldade maior encontrada no combate à invasão de 47 [1947] prende-se à circunstância de ser 80% da região total infestada desprovida de estradas de ferro, criando o muito grave problema do transporte dos elementos e do material necessário.”²⁷⁶

O município de Irati não fazia parte desse percentual que não possuía estradas de ferro. Em 1899 foi criada a “Estação Ferroviária e Telegráfica de Iraty”. Em 1928 foi construído um ramal ferroviário que conectava Irati ao município de Guarapuava. Dessa forma, no final da década de 1940, o município de Irati contava com os benefícios trazidos pela estação ferroviária. Talvez, tenha sido pela ferrovia que chegavam os lança-chamas a Irati e a partir de então, distribuídos para as localidades da zona rural, como no caso do “criador”.

O uso dos lança-chamas para eliminar os gafanhotos não foi tão eficiente quanto se imaginava. Acreditava-se que os gafanhotos morreriam com o fogo gerado por esse instrumento, mas ao que parece, não era o que ocorria na prática, pois muitos insetos acabavam sobrevivendo. Vejamos a descrição feita por seu Jerônimo:

E o Calo Maneira com o lança-chamas, o lança-chamas é como um roçadeira que coloca nas costas, mas é no fogo, deixava só vermelho aqueles gafanhotos e não morriam. Um tambor de gasolina e querosene nós gastávamos com aquele lança-chamas, mas assim de gafanhotos e só vermelhava e quando via já estavam andando aquela praga.²⁷⁷

²⁷⁵ DUTRA, Eurico Gaspar. Lei nº 483 de 12 de novembro de 1948. Diário Oficial, 01 de dezembro de 1948.

²⁷⁶ LUPYON, M. *Mensagem de governo*. Op. cit. p. 34.

²⁷⁷ PRIMO, Jerônimo Maneira. *Entrevista*. Op. Cit.

A tarefa de combater os gafanhotos com os lança-chamas não era uma prática reservada apenas para os homens. Na fala de Specht podemos perceber que a utilização desses instrumentos era uma atividade que exigia esforço físico, pois além do próprio peso do instrumento, também havia o peso do combustível. As mulheres não eram poupadas da atividade e também se dirigiam às lavouras para auxiliarem na eliminação dos insetos. “...o mais triste foi nós andarmos com aquele lança-chamas nas costas e os homens só iam matando aqueles bicho e nós carregando aquele querosene nas costas, era de cedo a noite. A mãe ficava brava: porque não ponham um homem para carregar esses botijões?”²⁷⁸

Outras formas de combate também foram utilizadas, como a abertura de valas no chão, que eram usadas como armadilhas para os gafanhotos da seguinte forma: as pessoas espantavam os insetos com galhos ou mesmo com as próprias mãos para que caíssem no buraco que havia sido aberto, depois eram queimados com querosene ou então cobertos com terra. Também foi utilizado uma espécie de “chicote”, feito de couro, o qual era batido contra os gafanhotos que estavam no chão²⁷⁹. Vejamos a descrição feita por seu Jeronimo:

E nós fazíamos aquelas valetonas compridas assim, um valo, que nem um churrasqueiro. E a turma de lá tocando, e nós daqui tocando, pergunte pra tia Nena, um tocava de lá outro de cá, quando chegavam que caíam dentro daquela valeta nós jogava terra em cima e piúva e piúva, no outro dia estava pior ainda de gafanhotos.²⁸⁰

Outra forma usada no combate aos gafanhotos era a queimada de lugares em que havia ocorrido a roçada e que os arbustos já se encontravam secos, o que facilitava a propagação do fogo. Esse método, segundo dona Josefa, ao invés de eliminar os gafanhotos, apenas facilitou a reprodução dos mesmos, pois o terreno ficou “limpo” e os insetos podiam colocar seus ovos na terra.

... o falecido tio José (...) mandou roçar a capoeira, tudo aquela lombra, até descer lá embaixo, tudo aquele trecho acho que dava 2 alqueires e meio de capoeira que ele mandou roçar e tava seco já pra queimar. Quando começaram [gafanhotos] a desovar ele disse: eu vou queimar essa capoeira pode ser que eles se sumam. Se sumam? fez ninho para eles [gafanhotos] desovarem porque daí ficou a queimada, daí ali que desovaram.²⁸¹

As crianças, mesmo limitadas pela sua força física, também ajudavam a eliminar os gafanhotos ou mesmo espantá-los das lavouras. Para os pequenos era incumbida a tarefa de saírem

²⁷⁸ SPECHT, Clara. Op. Cit.

²⁷⁹ PRIMO, J. M. Op. cit.

²⁸⁰ PRIMO, J. M. Op. cit.

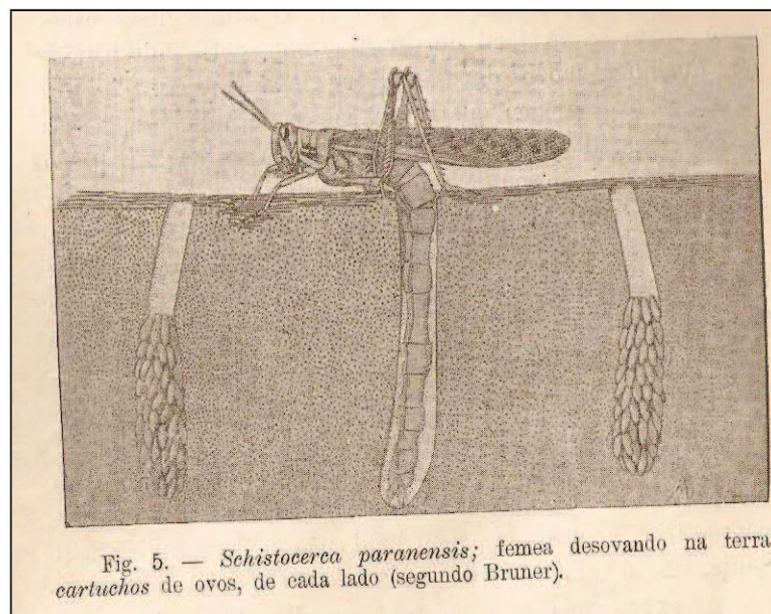
²⁸¹ LONGATO, Josefa. Op. Cit.

pelos campos com latas, tampas, panelas e outros objetos que produzissem um barulho alto, na tentativa de amedrontar os insetos e salvar as plantações. Porém, isso pouco adiantava, pois os gafanhotos saíam por alguns minutos, mas logo voltavam a devorar as lavouras.²⁸²

Em Cerro do Canhadão, localidade vizinha às do “criador”, as crianças ganhavam algumas moedas para coletarem os ovos dos gafanhotos, conforme relatou Alzira Bonki: “...nós éramos crianças, nós ganhávamos por litro pra juntar ovo de gafanhoto, pegava uma enxadinha, virava e juntava, era uma miséria que nós ganhávamos, mas para nós era uma grande coisa.”²⁸³

Os gafanhotos faziam pequenos buracos no chão (**Figura 2**), nos quais faziam a postura dos seus ovos. Por isso, Alzira Bonki fala que usavam enxadas para coletar os ovos dos insetos, pois estes ficavam debaixo da terra, sendo necessária a utilização desses instrumentos para que o trabalho pudesse ser feito.

Figura 2 – Desova dos gafanhotos



Fonte: SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. São Paulo: Editora da Redação da “Revista Agrícola”, 1906. p.15.

²⁸² GARZUZE, Dirce. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 18.05.11.

²⁸³ BONKI, Alzira. Entrevista concedida a Regiane Maneira em 24.03.10.

Tentativas de eliminar os gafanhotos ou mesmo direcioná-los para outros lugares também foram feitas por meio das “benzeduras”, práticas religiosas dos “benzedores”. A presença de pessoas que realizavam as chamadas “benzeduras” ou “simpatias” no “criador” era comum. Os “benzedores” eram acionados em situações de dificuldade, como, por exemplo, problemas de saúde, ou então, quando presenciavam condições desfavoráveis à agricultura, como períodos de estiagens ou excesso de chuvas que poderiam prejudicar a colheita. Além disso, os “benzedores” também faziam rezas em favor dos animais, por exemplo, em caso de picada de cobra ou cura de ferimentos.²⁸⁴

Apesar de haver um considerável número de “curadores” no “criador”, seu Jeronimo recorda de apenas dois que tentaram espantar os gafanhotos: um homem, o “velho Rael”, e uma mulher, “a velha Gertrudes”. Ambos se dirigiam às lavouras e faziam alguns rituais utilizando ramos verdes.²⁸⁵ A “benzedeira” Gertrudes, ainda garantia que suas rezas eram mais eficientes que outros métodos utilizados pelo restante das pessoas para combater a infestação. Relatava, também, ser responsável pela expulsão definitiva dos gafanhotos do “criador”.²⁸⁶ Porém, nem todos acreditavam que o término dos gafanhotos se devia aos rituais dos “benzedores”.

O velho Rael eu vi, ele fazia que nem benzer uma dor de dente, uma cura sabe?, ele fazia no ar, com um raminho. Eram três tardes que ele dizia que sai benzer e a velha Gertrudes também falava que benzia, porque o pai dessa gente eram dos antigos e aprenderam as coisas. Só que o povo não acreditava que eles espantaram os gafanhotos, porque eles não foram ajudar a matar os gafanhotos.²⁸⁷

Apesar de muitas pessoas recorrerem aos “benzedores” quando precisavam de alguma ajuda, algumas não acreditavam que os rituais que foram feitos tenham afastado a praga de gafanhotos, pois “eles não foram ajudar a matar os gafanhotos”. Ou seja, os “benzedores” não se dirigiram até as lavouras para fazerem as valetas, ou então, com lança-chamas, que eram métodos que produziam um resultado visível e imediato. A “eficiência” dos benzimentos no combate aos insetos, não era algo que produzia um efeito visível, portanto, requeria a crença das pessoas.

Para Monteiro,

... não são as ideias que conferem eficácia ao rito. A eficácia da magia se assenta na crença num poder místico, sem o qual ele se torna pura técnica. Assim, não podemos duvidar de

²⁸⁴ Cf. CARVALHO, R; CAMPIGOTO, J.A; BENATTE, A.P. As santos nos faxinais: religiosidade e povos tradicionais. *Topoi* – Revista de História da UFRJ, v. 12, n. 26, p. 140-160, jul./dez. 2011.

²⁸⁵ PRIMO, J. M. Op. cit.

²⁸⁶ PRIMO, J. M. Op. cit.

²⁸⁷ PRIMO, J. M. Op. cit.

que a magia seja realmente eficaz, mas esse poder depende da crença a priori: a magia funciona porque as pessoas creem.²⁸⁸

Dessa forma, como algumas pessoas não acreditavam no “poder” dos “benzedores” para combater os gafanhotos, conseqüentemente não viam a eficácia desses rituais. Afinal, “a magia só funciona porque as pessoas creem.”²⁸⁹

No “criador” estas foram as formas com que as pessoas tentaram afastar ou mesmo eliminar os gafanhotos. Contudo, desde 1906 já se desenvolviam pesquisas, por parte da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, na tentativa de criarem e aperfeiçoarem técnicas de combate a estes insetos. As formas com que os gafanhotos poderiam ser destruídos, conforme uma cartilha publicada em 1906 pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, eram as seguintes: “queima”, “trituração”, “cercas”, “envenenamento” e o “pega-saltões”.

A “queima” consistia no seguinte processo: “Quando elles [gafanhotos] estão em pastos sêccos, em campo aberto, rodeia-se cada ponto com palha bem sêcca, e até com o feno, e atea-se fogo ao combustível, queimando-se os que têm espalhado com fachos de palmeira ou de trapos saturados de azeite...”²⁹⁰ Técnica semelhante a esta, alguns moradores do “criador” também utilizavam, ateando fogo nos locais onde os arbustos que haviam sido roçados estavam secos.

A “trituração” era uma técnica em que se utilizavam instrumentos, como rolos de madeira/ferro e chicotes, de modo que os gafanhotos fossem esmagados junto ao chão.

Póde-se matar grande numero de insetos quando se encontram, em terra dura e plana, sem arvores, alguns rolos de madeiras ou de ferro, tirados por muares, em sentido oppostos, empregando-se ao mesmo tempo alguns fachos, que queimarão os insetos espantados. Couros de boi, com pesos em cima, sendo arrastados por animaes em todas as direcções, e ao mesmo tempo, produzem bom resultado.²⁹¹

Dentro da técnica da “trituração”, a cartilha ainda especifica outro instrumento que poderia ser usado: “Quando ha muitas pessoas na localidade, a destruição póde ser muito grande se todas ellas se armarem de chicotes de 3 ou 4 pernas de arame, convenientemente afastadas, presas com

²⁸⁸ MONTEIRO, P. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.60.

²⁸⁹ MONTEIRO, P. Op. Cit.

²⁹⁰ SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. São Paulo: Editora da Redação da “Revista Agrícola”, 1906. p.17.

²⁹¹ SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. Op. Cit. p.17.

arames em um cabo forte.”²⁹² Ao que parece, um instrumento semelhante ao “chicote” foi utilizado por alguns moradores no “criador”, mas ao contrário do material que era indicado na cartilha, que era o arame, esses moradores faziam esses “chicotes” com couro.

O “envenenamento” era uma técnica na qual os gafanhotos poderiam ser eliminados pelo uso de inseticidas, tais como o “arsênico” e “verde Pariz”. Também poderiam ser usados o “kerosene” e a “creosata”, chamados de “venenos de contacto”.²⁹³

Juntamente a essas formas, a cartilha da Secretaria de Agricultura de São Paulo também publicou o uso de um instrumento chamado “pega- saltões”, que também era utilizado na Argentina. Eram chamados de “saltões” aqueles gafanhotos que ainda não haviam atingido a idade adulta, dessa forma, era um inseto que não saltava, apenas andava pelo chão, o que facilitava sua eliminação. Nessa fase, esses gafanhotos poderiam ser destruídos pelo uso do “pega-saltões” (**Ilustração 7**), que era um instrumento de tração animal, que consistia em uma espécie de “concha” na qual iam sendo depositados os insetos, conforme o animal se deslocava.

Figura 3 – “Pega-saltões”



Fonte: SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. Op. Cit. p.19.

²⁹² SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. Op. Cit. p.18.

²⁹³ SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. Op. Cit. p.18.

Apesar dessa cartilha ter sido publicada em 1906, ou seja, quase três décadas antes da infestação ocorrida no município de Irati no final da década de 1940, essas técnicas não foram usadas pelos moradores do “criador”, com exceção da “queima” e do uso do “chicote”. Talvez, essas formas de combater os gafanhotos no Estado de São Paulo, sequer chegaram ao conhecimento dos agricultores do Paraná, muito menos aos do “criador”.

As maneiras que os moradores do “criador” se utilizaram para eliminar esses gafanhotos, com exceção dos lança-chamas, não eram feitas por meio de instrumentos elaborados para tal fim, como o caso do “pega-saltões”, mas sim, ferramentas que eles mesmos podiam fazer, como o “chicote de couro”, a abertura de valetas, ou mesmo a utilização de panelas e latas. Juntamente a esse serviço braçal, haviam pessoas que buscavam na religião uma forma de combater os insetos, através dos “benzimentos”. São “maneiras de fazer”²⁹⁴ que revelam a inventividade, a astúcia dessas pessoas em meio a uma situação que colocava à prova sua própria sobrevivência.

Apesar de todos os esforços empregados por essas pessoas no combate aos gafanhotos, a devastação das lavouras, das hortas e até mesmo a própria mata foi inevitável. Com isso, não somente Irati, mas outros municípios do Paraná também enfrentaram uma queda na produção agrícola, sendo que, muitos deles, passaram a importar cereais para o consumo interno.²⁹⁵

No caso de Irati, os únicos registros encontrados sobre a queda da produção agrícola ocasionada pela praga de gafanhotos são dois ofícios, ambos datados de 1948. O primeiro foi enviado pelo então prefeito de Irati, José Galicioli, ao “Serviço de Estatística da Produção” no Rio de Janeiro. O prefeito informou que a produção, na safra de 1946, estava estimada em 29.700 sacas de feijão, ao contrário da estimativa de 120.000 sacas que havia sido repassada, pois segundo Galicioli, Irati jamais conseguiu uma produção deste tamanho, “... distanciando-se mais desse número no último biênio, devido a grandes chuvas no princípio e à praga de gafanhotos por último.”²⁹⁶. O segundo ofício, também enviado ao “Serviço de Estatística da Produção”, faz referência à estimativa da safra de feijão do ano de 1947, em que foram colhidas cerca de 27.500

²⁹⁴ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Op. Cit. p.41- 42.

²⁹⁵ LUPYON, M. *Mensagem de governo*. Op. cit. p. 34.

²⁹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, *Ofício 53/48*, março de 1948.

sacas, produção que, segundo Galicioli, decaiu novamente devido às chuvas e à infestação dos gafanhotos.²⁹⁷

As narrativas dos moradores do “criador” apontam não apenas para uma queda da produção agrícola ocasionada pelos gafanhotos, mas sim para a devastação quase total das lavouras de milho, feijão, arroz e trigo, bem como as hortas que eram cultivadas nos arredores das casas. Isso se deu devido ao período que os insetos chegaram no “criador”, pois era o momento em que as plantas nas lavouras estavam em fase de crescimento e, portanto, um “prato cheio” para os gafanhotos. Somava-se a isso, a questão de que muitas famílias tinham poucos produtos estocados, pois já haviam consumido grande parte desses alimentos e contavam com a nova safra para “encher novamente o paiol”.²⁹⁸ Dessa forma, a escassez de alimentos foi inevitável.

A participação da prefeitura de Irati, no sentido de ajudar os moradores nessa situação, gera diferentes narrativas. Alvindo Leme afirma que a prefeitura ajudou as pessoas enviando sementes de trigo, feijão e milho. Contudo, esses grãos eram destinados não para a alimentação, mas sim para o plantio de novas lavouras²⁹⁹.

A afirmação de Leme encontra ressonância em uma ata produzida Câmara Municipal de Irati em 18 de agosto de 1948. Nesta registrou-se o pedido do vereador Kleppa para que fossem financiadas sementes aos lavradores, os quais, depois da colheita, devolveriam a mesma quantia dos grãos.

... o vereador Eduardo Kleppa, que dirige-se a Casa para torna-la sabedora da atual situação da agricultura em nosso município, que desmerece sensivelmente motivada pela aplicação deficiente das sementes. Propõe que a prefeitura financie a compra de boas sementes para distribuição aos colonos que saberão plantá-las e devolve-las a seus financiadores. (...) Posta em votação pelo senhor Presidente foi a proposição aprovada, e o assunto será encaminhado a Prefeitura para as necessárias providências.³⁰⁰

Ainda, pode-se perceber que o vereador aponta para as condições desfavoráveis em que se encontrava a agricultura naquele momento (1948) e que, segundo Kleppa, era devido à má qualidade das sementes. Talvez, a agricultura também se encontrava em tais condições não somente devido a esse fator, mas também devido a destruição das lavouras pelos gafanhotos. Porém, em nenhuma das atas da Câmara desse período foi mencionado sobre esse assunto.

²⁹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, *Ofício 54/48*, maio de 1948.

²⁹⁸ LEME, Alvindo. Op. Cit.

²⁹⁹ LEME, Alvindo. Op. Cit.

³⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI. *Ata da 15ª sessão*. Irati, 18 de agosto de 1948.

Outras pessoas, ao contrário da afirmação de Alvindo Leme, como é o caso de Clara Specht, relatam que a prefeitura não direcionou nenhuma ajuda para as localidades afetadas pelos gafanhotos, a não ser, enviando os lança-chamas para que as pessoas tentassem eliminar os gafanhotos. No que tange a outros aspectos, como a alimentação, as localidades, segundo Specht, não receberam nenhum donativo.³⁰¹

4.2. A praga dos gafanhotos e seus significados no “criador”

Percebe-se nas narrativas diferentes interpretações/ significações sobre a invasão das lavouras por esses insetos na década de 1940. Para alguns seria apenas um ciclo da própria natureza, para outros, um castigo divino, ou então, um sinal da ira divina. Outros, ainda, percebem uma ligação estreita entre a chegada dos gafanhotos e a ocorrência da peste suína, também na década de 1940.

Acreditamos que essas diferentes (re)significações dadas pelos moradores do “criador” para uma infestação de gafanhotos está relacionada à própria memória desses sujeitos, a qual está condicionada a alguns fatores, dos quais destacamos a ligação com alguns grupos e também a relação tempo/espaço.

Segundo Ecléa Bosí, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.”³⁰² Logo, a relação que os moradores do “criador” possuíam com determinados grupos, sejam eles institucionais ou não, pode ter influenciado na forma como estes significam/interpretam determinada realidade.

Para Clarícia Otto, em sua obra “Nos rastros da memória”, as pessoas não apenas possuem memórias, mas as significam e tais significações estão intimamente ligadas às suas relações com o tempo e com o espaço. “O ser humano, individualmente, ou no grupo social, não é somente portador de memórias, também as significa. Os sentidos atribuídos à memória decorrem de suas experiências interconectadas ao tempo e ao espaço, tanto do presente quanto do passado.”³⁰³

³⁰¹ SPECHT, Clara. Op. Cit.

³⁰² BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Op. Cit. p. 54.

³⁰³ OTTO, Clarícia. *Nos rastros da memória*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012. p. 24.

Um dos significados atribuídos à infestação dos gafanhotos relaciona a chegada desses insetos a uma interpretação religiosa. Para essas pessoas a praga dos gafanhotos teria ocorrido como uma forma de castigo, uma punição para os moradores do “criador”: “Castigo foi os gafanhotos, aquilo foi por um castigo.”³⁰⁴ Ou nas palavras de Batista Fracaro: “por causa da bíblia, que já falava que era castigo e tem que ser porque como que agora não acontece mais.”³⁰⁵

Em um estudo realizado por Georges Duby intitulado “Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos”, o autor já havia observado a existência de um sentimento de angústia em relação às forças da natureza, que poderiam ser interpretadas enquanto flagelos, castigos divinos.

Todas as culturas (...) são dominadas pelas mesmas angústias em relação ao mundo. Elas partilham um sentimento geral de impotência para dominar as forças da natureza. A cólera divina pesa sobre o mundo e pode manifestar-se por este ou aquele flagelo. O que conta essencialmente é garantir a graça do céu.³⁰⁶

Jean Delumeau também apontou em sua “História do medo no Ocidente” a existência da ideia de uma divindade que pune os homens culpados. “Ao lado da peste, as fomes, as guerras, até mesmo a invasão dos lobos eram sempre interpretadas pela Igreja, e mais geralmente pelos guias da opinião, como punições divinas: flechas aceradas enviadas do Céu sobre uma humanidade pecadora.”³⁰⁷

As forças da natureza frente à fragilidade das pessoas levavam a um sentimento de angústia, de incerteza. Essas intempéries poderiam ser interpretadas enquanto formas de flagelo, castigos, frutos da “cólera divina”.

No “criador”, a infestação de gafanhotos mostrou a fragilidade das pessoas em relação à natureza, pois mesmo se utilizando de várias técnicas para combater os insetos, os moradores viram suas plantações serem destruídas. Os gafanhotos adquiriram, então, para algumas pessoas, a conotação de castigo, flagelo divino.

A relação que alguns moradores estabeleceram entre a chegada dos gafanhotos e um castigo divino, também pode estar relacionada ao próprio catolicismo que era (década de 1940), e ainda é, a religião com um maior número de adeptos no “criador”. Em umas das passagens bíblicas,

³⁰⁴ LEME, Alvindo. *Entrevista*. Op. Cit.

³⁰⁵ FRACARO, Batista. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 18/05/2011.

³⁰⁶ DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. p. 15.

³⁰⁷ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 335.

há uma narração sobre uma infestação de gafanhotos no Egito, a qual teria sido a 8ª “praga” enviada, como forma de castigo divino, para uma humanidade pecadora.

... se recusares deixar ir o meu povo, eis que amanhã trarei gafanhotos ao teu território. Eles cobrirão de tal maneira a face da terra que dela nada aparecerá; eles comerão o restante que escapou, o que vos resta da chuva de pedras, e comerão toda árvore que vos cresce no campo. E encherão as tuas casas, e as casas de todos os egípcios, como nunca viram teus pais, nem teus antepassados, desde o dia em que se acharam na terra ao dia de hoje (...) cobriram a superfície de toda a terra, de modo que a terra se escureceu; devoraram toda a erva da terra, e todo fruto das árvores que deixara a chuva de pedras; e não restou nada verde nas árvores, nem na erva do campo, em toda a terra do Egito.³⁰⁸

Essa passagem bíblica, ao que parece, é de conhecimento dos moradores, como é o caso de Josefa Longato e Joanim Longato, que ao narrarem a infestação de gafanhotos ocorrida no “criador”, se remetem à Bíblia: “...acho que até tem na Bíblia essa história”³⁰⁹; “Isso aí já deu no Antigo Testamento”³¹⁰. Como esses sujeitos eram adeptos ao catolicismo e, portanto, tinham contato com as escrituras da Bíblia, devemos considerar a influência que tal fato pode ter tido na memória de algumas dessas pessoas, e na forma como significam a infestação de gafanhotos.

A forma como os moradores narram a chegada dos insetos no “criador” se mostra semelhante à contida na Bíblia: grande quantidade de gafanhotos que chegavam a escurecer o céu, invasão nas casas, destruição das plantações, das árvores... Essas informações, talvez, não sejam tão relevantes, afinal, a maioria das infestações de gafanhotos que foram registradas apresentam essas características. Contudo, o que nos chama a atenção é para a significação dada pelos moradores do criador à chegada dos gafanhotos e que se assemelha à contida na Bíblia: os gafanhotos são uma forma de castigo divino.

Outra questão que devemos considerar é o caráter simbólico que os gafanhotos podem ter tido para esses moradores. Robert Darnton em seu livro “O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa” analisa a maneira como as pessoas comuns, da França no século XVIII, interpretavam o mundo e lhe conferiam significados. Darnton toma como objeto de estudo um massacre de gatos cometido por trabalhadores de uma tipografia. Ao longo da história o autor observa o peso simbólico que os gatos possuíam no folclore francês, o que teria sido um fator de grande relevância para desencadear o “massacre”.

³⁰⁸ LIVRO DO ÊXODO, Capítulo 10, versículo 1-20.. In: BÍBLIA Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Edição Luxo. Tradução Pe. Antônio Pereira de Figueiredo.

³⁰⁹ LONGATO, Josefa. *Entrevista*. Op. Cit.

³¹⁰ LONGATO, Joanim. *Entrevista*. Op. Cit.

Os gatos tinham um poder oculto, independentemente de sua associação com a feitiçaria e a arte diabólica. Podiam impedir o pão de crescer, se entrassem nas padarias, em Anjou. Podiam estragar a pescaria, se cruzassem o caminho dos pescadores, na Bretanha. Quando enterrados vivos, no Béarn, podiam limpar as urtigas de um campo. Figuravam como ingredientes básicos em todos os tipos de medicina popular, além de constarem nas infusões das feitiçarias.³¹¹

Como os gatos possuíam, na análise de Darnton, uma configuração simbólica, a infestação dos gafanhotos, interpretada como castigo divino, também pode estar relacionada ao caráter simbólico que os insetos tiveram para estes indivíduos, uma vez, que na Bíblia já se encontravam narrativas dos gafanhotos como uma das pragas enviadas ao Egito, como forma de castigo.

Segundo Antonio Torres Montenegro “Os diversos órgãos formadores de opinião – rádio, televisão, jornais, revistas, ou instituições como o Estado, a Igreja, os sindicatos -, caracterizam-se como produtores de todo um conjunto de explicações/interpretações acerca da realidade.”³¹² A Igreja, considerada por Torres, como um órgão formador de opinião, ao interpretar determinados fatos enquanto castigos, acaba influenciando as pessoas a também interpretarem determinados acontecimentos enquanto punições divinas.

No livro escrito por Jurandir Alves Pires, intitulado “Rio Azul também tem história”, o autor, partindo de suas memórias, registrou narrativas sobre o município de Rio Azul-PR. Em uma dessas narrativas, Pires relatou uma infestação de gafanhotos que teria ocorrido neste município, sendo que a destruição das lavouras pelos insetos foi interpretada ligada à esfera divina.

Uma densa nuvem envolve a terra, com o desaparecimento da luz solar. Como se o sol tivesse sido engolido por um monstro da mitologia.
- Céus! gritam os povos residentes em Rio Azul. O que é isto?
-É a praga, a praga de Deus, respondem os mais velhos.
-Mas o que é isto, indaga um menino pegando um pequeno inseto que bateu em seu corpo.
- É a praga de Deus, são os malditos gafanhotos, observa o velho polaco³¹³.

No jornal “Folha do Oeste”, o qual era publicado no município de Guarapuava, também podemos observar essa mesma significação, a de que os gafanhotos teriam sido enviados como uma forma de castigo. Datada em 06 de outubro de 1946, a reportagem do “Folha do Oeste” noticiou:

Diante dessa verdadeira calamidade, de incalculáveis conseqüências, não basta somente o esforço das autoridades. E’imprescindível que o povo levante préces ao Criador do

³¹¹ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 126.

³¹² MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. Ed.. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 20.

³¹³ PIRES, Jurandir Alves. *Rio Azul também tem história*. Rio Azul: Sesquicentenário, sem data. p. 47.

Universo, orando com fé, implorando que esse calix de amargura seja afastado, embóra a humanidade, pelos seus destinos, seja merecedora de castigo.³¹⁴

Podemos analisar, a partir dessa fonte, que a infestação só teria ocorrido, como uma forma de castigo, devido às ações da humanidade, que seria “merecedora” de tal punição. Mas, ao mesmo tempo, pode-se perceber que a mesma entidade, de onde acreditava-se emanar o castigo, ou seja, o “Criador no Universo”, deveria receber orações, como uma forma de apaziguar sua ira e evitar que novas infestações ocorressem.

O antropólogo René Girard, em sua obra “A violência e o sagrado”, afirma existir um componente natural em todas as sociedades: a violência. Tal componente, inato às sociedades, só poderia ser combatido por meio do sacrifício, que teria a função de apaziguar a violência e evitar conflitos. Com o que Girard chama de “crise sacrificial”, ocorre uma “ofensiva geral da violência contra a comunidade”³¹⁵, como a ocorrência da peste, por exemplo. A “comunidade” por sua vez, sendo uniformizada perante a violência partirá em busca de uma “vítima expiatória”: “irá [comunidade] se lançar de bom grado, em uma caça cega ao ‘bode expiatório’. Os homens querem se convencer de que todos os seus males provêm de um único responsável, do qual será fácil livrar-se.”³¹⁶

Muitos moradores interpretam a chegada desses insetos enquanto um castigo, uma punição e podemos perceber que algumas “vítimas expiatórias” são indicadas. A “vítima expiatória”, apontada pelos moradores, eram aquelas pessoas que não eram adeptas ao catolicismo ou mesmo que não frequentavam a igreja. Indivíduos que não haviam recebido alguns dos “sacramentos”³¹⁷, como a Crisma, a Eucaristia ou o Batismo, também eram consideradas responsáveis pela praga dos gafanhotos. A “culpa” pela destruição das lavouras também foi reservada aos padres, que, segundo os moradores, raramente se dirigiam até as localidades da zona rural de Irati.

Mas não tinha igreja, aqui o povo morria e não conhecia padre, não conhecia nada. Faziam aquelas igrejinhas e eram os rezadores que rezavam e faziam aquelas orações ali, era aquela brasileira. E os padres vinham de Ponta Grossa rezar missa aqui, isso quando fizeram a igreja aqui. Quanta gente que eu conheci que não sabia rezar, as vezes não eram batizados, não eram crismados. [...] Não sabiam rezar, ninguém sabia rezar.³¹⁸

³¹⁴ FOLHA DO OESTE. *A invasão dos gafanhotos*. Guarapuava, Paraná, 6 de outubro de 1946/ nº 20.

³¹⁵ GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Tradução de Martha Conceição Gambini. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 79.

³¹⁶ GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Op, Cit. p. 105.

³¹⁷ Os Sacramentos considerados pela igreja católica são 7: Batismo, Crisma, Eucaristia, Penitência, Matrimônio, Ordem e Unção dos enfermos.

³¹⁸ GARZUZE, Dirce. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 18.05.11.

No período em que ocorreu a praga dos gafanhotos, havia apenas uma igreja no “criador”, esta localizada no Rio do Couro, a qual era frequentada por pessoas do Faxinal do Rio do Couro, Faxinal dos Mellos e até mesmo Cerro do Canhadão. Aos domingos era comum as famílias dessas localidades utilizarem carroças e cavalos para se dirigirem até a capela para realizarem suas rezas, já as que moravam nas proximidades faziam o percurso a pé.³¹⁹

Foto 5 – Procissão na localidade de Rio do Couro (década de 1970). Detalhe da igreja “São Sebastião” ao fundo.



Fonte: Arquivo particular de Clara Specht.

Aos domingos, geralmente, eram feitas celebrações sem a presença do padre, haja vista que seu deslocamento era dificultado pela distancia entre a zona urbana e essas localidades da área rural do município de Irati. Somava-se a isso, a utilização de cavalos para realizar o transporte do sacerdote, o que tornava o percurso ainda mais demorado e cansativo³²⁰. Dessa forma, a figura do padre nessas localidades não era algo comum.

Para alguns moradores, como Garzuze, a infestação de gafanhotos está intimamente ligada à ausência do padre no “criador” e a consequente presença de pessoas “pagãs³²¹”, uma vez que somente o padre poderia conceder o batismo ou qualquer outro sacramento. Logo, sem a presença dos padres, as pessoas não recebiam os sacramentos. Tais práticas foram, na concepção de alguns

³¹⁹ GARZUZE, Dirce. *Entrevista*. Op. Cit.

³²⁰ PRIMO, Jeronimo Maneira. *Entrevista*. Op. Cit.

³²¹ O termo pagão é utilizado por alguns moradores para designar pessoas que não haviam recebido alguns sacramentos, principalmente o batismo.

moradores, punidas por Deus. Um castigo lançado sobre uma localidade que continha pessoas pecadoras.

Essa visão da infestação dos gafanhotos enquanto um castigo divino não é recorrente em todas as narrativas. Algumas pessoas, como é o caso de Josefa Longato, apontam para um ciclo nas infestações, as quais ocorriam a cada 30 anos, independente das práticas dos moradores.

Pois aqueles mais velhos diziam que a cada 30 anos vinham mesmo, que tinha um lugar onde se criava isso, eles contavam o lugar, eu não me lembro onde, e decerto agora não se criam por causa dos venenos, que hoje em dia tem tudo que é veneno, antigamente não tinha veneno nenhum, se tivesses esses venenos que tem agora daí matavam, daí não nasciam, pelo menos não nasciam os que nasceram da terra, mas era uma tristeza aquilo, meu Jesus do céu. Daí começou dar peste nos porcos, começou morrer galinha, peste nas vacas, porque ficou tudo envenenado de gafanhoto.³²²

Ao contrário das narrativas que significam a infestação de gafanhotos enquanto algo sobrenatural, a fala de dona Josefa revela uma interpretação que atribui um sentido natural à chegada dos insetos no “criador”. Natural, no sentido de ser um ciclo, de 30 anos, que se completava e nada podia ser feito para interrompê-lo. O fato de não mais acontecerem infestações no “criador”, mesmo passados 30 anos, é consequência, segundo Longato, da utilização de agrotóxicos, que teriam impedido a proliferação de novas nuvens de gafanhotos.

Contudo, mesmo não acontecendo novas infestações de gafanhotos, o prejuízo desses insetos se estendeu por mais alguns anos, na concepção de alguns moradores, devido a incidência da peste suína que, praticamente, dizimou a criação de porcos e que foi atribuída aos gafanhotos.

4.3. A praga atraiu a peste: a mortandade de animais no “criador”

Os danos causados pelos gafanhotos no “criador”, aos olhos de alguns moradores, não se restringiram apenas à destruição das lavouras e, conseqüentemente, a escassez de alimentos vindos da agricultura. Aproximadamente dois anos após a chegada dos insetos, a criação de porcos, que também era uma fonte de alimento, foi praticamente dizimada pela peste suína. Atribui-se aos gafanhotos a principal causa da mortandade dos porcos, pois os suínos teriam consumido os insetos

³²² LONGATO, Josefa. *Entrevista*. Op. Cit.

anos antes, ficando, dessa forma, contaminados.

A peste suína a que os moradores se referem como consequência dos gafanhotos ocorreu no final da década de 1940 não somente no “criador”, mas em toda a extensão do município de Irati, Estado do Paraná e até mesmo outras regiões do Brasil. Conforme mensagem apresentada pelo governo de Moyses Lupyon, no ano de 1948, à Assembléia Legislativa do Paraná, a peste suína havia se disseminado por todo o Estado.

A enzootia verificada nos rebanhos suínos de vários Estados do país transformou-se em epizootia, e se constituiu em verdadeira calamidade pública no Paraná. Na região norte, o surto foi verdadeiramente calamitoso. Em 47, novos focos aparecem e a virose se propagou para as regiões sudoeste, centro e sudeste, ameaçando as zonas não infectadas e o sul do país.³²³

De acordo com uma notícia publicada pela “Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo”, intitulada “Os avanços da defesa animal transformaram Brasil em potência exportadora de carne” a peste que assolou a criação de porcos entre as décadas de 1940 e 1950, foi a “Peste suína clássica”. Houve também a “Peste suína africana”, que foi constatada pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1978 e erradicada do Brasil desde 1984.³²⁴ Possivelmente, a peste a que os moradores se referem seja a “Peste Suína Clássica” (PSC)

Segundo Francisco Cecílio Viana, existem registros da incidência da PSC já em 1896 em São Paulo, mas foi na década de 1940, mais precisamente em 1946, que ocorre o maior surto da doença, atingindo os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, fazendo com que campanhas de vacinação contra a peste fossem desencadeadas.³²⁵

No Paraná, para tentar controlar o alastramento da peste, o governo estadual e o Ministério da Agricultura teriam dividido o Estado em duas zonas de ação (**Mapa 8**): a primeira sob a responsabilidade do governo federal, abrangendo os seguintes municípios, entre eles Irati: Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Reserva, Ipiranga, Jaguariaíva, Sengês, Irati, Teixeira Soares, Imbituva, Prudentópolis, Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Clevelândia, Palmas e União da Vitória. A segunda zona de ação ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, abrangendo os demais municípios do Estado³²⁶.

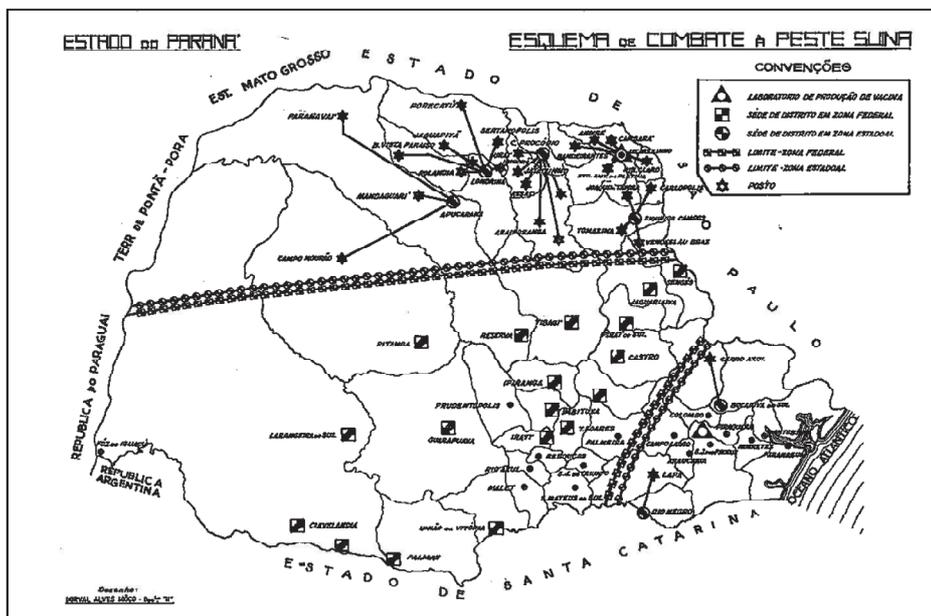
³²³ LUPION, Moyses. *Mensagem de governo*. Op. Cit. p.31-32.

³²⁴ COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Os avanços da defesa animal transformaram Brasil em potência exportadora de carne*. Notícia. Disponível em <http://www.cda.sp.gov.br/www/noticias/index.php?action=integra&cod=270>. Acesso em 24/03/2011.

³²⁵ VIANA, Francisco Cecílio. *História e memória da peste suína africana no Brasil 1978-1984: passos e descompassos*. 106 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – UFMG – Escola Veterinária, Belo Horizonte, 2004.

³²⁶ LUPION, Moyses. *Mensagem de governo*. Op. Cit. p.31.

Mapa 8: Esquema de combate à peste suína no Paraná (1948)



Fonte: LUPION, Moyses. *Mensagem de governo*. Op. Cit. sem página.

Além da divisão do Estado em zonas de ação, a mensagem de governo ainda aponta para outras medidas que teriam sido tomadas para tentar conter o alastramento da peste suína como a distribuição de vacinas, interdição do trânsito de veículos que transportavam animais vivos para regiões onde não havia focos da peste, proibição do trânsito de tropas de suínos, além da formação de conselhos responsáveis pelo procedimento dos criadores para com os animais mortos e infectados³²⁷.

Ao que parece algumas dessas medidas foram acatadas pela prefeitura de Irati, como a vacinação dos porcos. No dia 19 de março de 1948 a prefeitura de Irati, emitiu uma nota para o jornal “Correio do Sul” se referindo à compra da vacina contra a peste, bem como a disposição de um funcionário responsável em aplicar as vacinas:

A prefeitura municipal desta cidade acaba de adquirir 4.800 doses de vacina contra a peste suína, estando as mesmas à disposição dos interessados ao preço de Cr.\$ 1, 00 por dose. Conta ainda a edilidade com um funcionário apto para a aplicação das vacinas, que atenderá gratuitamente, mediante a condução, aos serviços especializados que forem solicitador

³²⁷ LUPION, Moyses. *Mensagem de governo*. Op. Cit. p.33.

pelos munícipes.³²⁸

Em 26 de agosto desse mesmo ano (1948) o prefeito de Irati, José Galicioli, enviou um telegrama para o Instituto Vital Brazil, localizado em Niterói-RJ, solicitando 40 vidros da vacina “Cristal Violeta”, contra a peste suína. “Solicito [parte ilegível] obséquo remeter para Prefeitura Municipal de Irati, Estado do Paraná, quarenta vidros de cem centímetros cúbicos, de vacina cristal violeta, contra peste suína, grato urgentes providencias, apresento saudações.”³²⁹

Mesmo algumas pessoas acreditando que a peste era proveniente dos gafanhotos, a vacinação dos porcos foi feita no “criador”, contudo, o funcionário que a prefeitura dispunha para aplicar as vacinas, ao que tudo indica, não foi acionado pelos moradores, uma vez que cada família se responsabilizava em vacinar seus próprios animais, sozinha ou com ajuda dos vizinhos. Ainda, havia no Faxinal do Rio do Couro um morador que se disponibilizava em aplicar a vacina para os demais moradores como afirmou-nos Alvindo Leme: “[...] aqui esse responsável era o Ambrósio, só que ele não ganhava nada, saía para fazer as aplicações e não ganhava.”³³⁰

A vacinação dos porcos não era garantia de que estes não seriam infectados ou mesmo não morreriam com a peste. Alvindo Leme relata que até mesmo os porcos vacinados morriam, como testemunhou. Seu depoimento encontra ressonância no panfleto do “Instituto Vital Brazil: laboratório de produtos químicos e biológicos S/A”, localizado em Niterói-RJ, que trata sobre a vacina “Cristal Violeta”, a qual foi adquirida pelo município de Irati para combater a peste suína:

Esta vacina é exclusivamente preventiva e só deve ser aplicada em porcos sadios e ainda não foram contaminados pelo Vírus da peste suína. A imunidade conferida pela vacina só se estabelece 3 semanas após a vacinação. Durante esse período, os porcos vacinados estão sujeitos a contraírem a doença, caso haja contaminação³³¹.

Talvez, muitos dos porcos vacinados acabavam morrendo, como relata seu Alvindo, por já estarem contaminados pela peste suína, ou então, acabavam se contaminando durante as 3 semanas após a vacinação.

Apesar dos moradores acreditarem que a peste ocorreu devido ao consumo dos gafanhotos pelos porcos, e não devido a algum vírus ou bactéria, a vacinação foi feita, contudo, sem êxito. Alguns moradores acreditam, como é o caso de Magdalena Berger, que os gafanhotos possuíam um

³²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Notas* para o jornal “Correio do Sul”. Irati, 19 de março de 1948.

³²⁹ GALICIOI, José. *Telegrama* enviado ao Instituto Vital Brazil. Irati, 26 de agosto de 1948.

³³⁰ LEME, Alvindo. *Entrevista*. Op. Cit.

³³¹ INSTITUTO VITAL BRAZIL: LABORATÓRIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS S/A. *Panfleto*. Niterói-RJ, sem data.

“veneno” que contaminava não somente os porcos, mas também os bovinos e as aves domésticas. Na fala de dona Josefa Longato, pode-se perceber a relação que se estabelece entre os gafanhotos e as pestes no “criador”: “Daí começou dar peste nos porcos, começou morrer galinha, peste nas vacas, porque ficou tudo envenenado de gafanhoto.”³³²

Essa relação entre a infestação de gafanhotos e peste suína não fica restrita somente aos moradores do “criador”. Em sua pesquisa, Wladimir Teixeira Schuster coletou entrevistas entre os moradores do faxinal Taquari Água Clara, município de Irati. Em uma dessas narrativas podemos observar a relação entre os gafanhotos e a peste suína:

Eu me lembro da praga de gafanhotos, aquilo fazia nuvens, vinham comendo tudo o que tinha pela frente, os bracatingá ficavam amarelo de gafanhoto, nós fazíamos valetas e quando eles caíam dentro íamos tapando (...), daí esses gafanhotos deixaram os ovos, daí ponhavam um charutão no chão, os novos nasceram e os porcos começaram a comê-los, daí pra nós morreu de 90 a 100 porcos, daí depois disso acabou com os porcos, aquilo foi porque eles comeram os gafanhotos, foi o gafanhoto que trouxe, um ou outro porco que não morreu.³³³

A criação de porcos era algo de suma importância para os moradores não só do “criador”, mas de outras localidades, principalmente na alimentação, haja vista que tanto a carne quanto os derivados dos suínos estavam presentes na alimentação diária dessas pessoas, conforme abordado no capítulo III. Ao que parece a quantidade de porcos mortos pela peste foi considerável, sendo que muitas famílias ficaram sem nenhum suíno.

A peste quando chegou foi um desastre porque matava os porcos e eles se amontoavam todos um em cima do outro, quando via estavam mortos, foi uns par de dias assim, eu não sei como é que foi aquilo que deu, aquela peste, que tudo mundo ficou pensando, tem muitos que ficaram sem porco, os mais pobres que tinham menos, agora os nossos não sei como que sobrou aqueles 7, nós pensemos que íamos ficar sem nada, a gente tinha dó de matar uma leitoa porque estava bonita e esperar engordar mais, bem no fim...³³⁴

Mesmo passando por dificuldades na obtenção de alimentos devido a destruição das lavouras pelos gafanhotos, que comprometeu a produção agrícola, e depois com a peste suína, que dizimou a criação de porcos, nota-se que esses moradores não ficaram passivos em meio a esses acontecimentos. Talvez, era de se esperar que muitas pessoas, tendo suas plantações e criação de animais assoladas, abandonassem o campo e se dirigissem para os centros urbanos em busca de

³³² LONGATO, Josefa. *Entrevista*. Op. Cit.

³³³ MORADORES DO FAXINAL TAQUARI-ÁGUA CLARA. Apud: SCHUSTER, Wladimir Teixeira. *A formação dos faxinais na região centro sul do Paraná*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UEPG., Ponta Grossa, 2010. p. 67.

³³⁴ BERGER, Magdalena. *Entrevista*. Op. Cit.

melhores condições de vida. Mas, o que aconteceu foi justamente o contrário: as pessoas permaneceram no campo e a organização a partir do criadouro comunitário persistiu.

4.4. Depois da praga, depois da peste: a (re) invenção do “criador”

A destruição das lavouras pelos gafanhotos, interpretado por algumas pessoas, como fruto de um castigo divino, e logo depois, a peste suína, considerada como resultado do consumo dos gafanhotos pelos porcos, fez com que algumas práticas fossem (re) inventadas, principalmente no que tange ao aspecto religioso.

No momento em que o “criador” enfrentava a infestação dos gafanhotos, muitas pessoas recorreram à Igreja na tentativa de impedir a destruição das lavouras, através da intercessão divina. Segundo Specht, as pessoas começaram a se reunir toda noite em determinadas casas para fazerem suas orações, na forma de novenas. Além dessa prática, a frequência das pessoas na igreja começou a ser mais constante, inclusive durante a semana: “O pessoal ia rezar na igreja, fazer promessa, fazer pedido, algum ia todos os dias outros só no domingo.”³³⁵

Alvindo Leme também relata tais práticas na localidade de Faxinal do Rio do Couro: “[...] as pessoas rezavam, faziam novenas, pediam a Deus para que ajudasse para frente, que desse saúde”. Como era necessário que os moradores de Faxinal do Rio do Couro se dirigissem ao Rio do Couro, caso desejassem ir à igreja, talvez, essas novenas relatadas por Leme, fossem realizadas nas próprias casas dos moradores, haja vista a distancia e a dificuldade irem até o Rio do Couro.

Essas práticas revelam a ligação sobrenatural que a infestação de gafanhotos possuía. Afinal, se era um castigo, era necessário render orações e promessas para que a “praga” não mais destruísse as plantações. Era preciso apaziguar a ira de um Deus que emanava castigos.

Segundo Garzuze, algumas localidades que não possuíam igrejas, como era o caso de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, as quais faziam parte do “criador”, iniciaram a construção de pequenas capelas, para que as pessoas, mesmo sem a presença do padre, se reunissem aos finais de semana para fazerem suas orações. Além disso, a visita dos padres começou a ser mais frequente na igreja do Rio do Couro³³⁶. Para Garzuze, essas práticas garantiram que a “praga” não

³³⁵ SPECHT, Clara. *Entrevista*. Op. Cit.

³³⁶ GARZUZE, Dirce. *Entrevista*. Op. Cit.

mais regressasse ao “criador”.

A mudança nas práticas dos moradores, não ficou restrita apenas à religiosidade. As próprias práticas agrícolas foram alteradas. Conforme relatou Jeronimo Maneira Primo, muitas pessoas diminuíram suas áreas agricultáveis, com medo que os gafanhotos voltassem a destruir as lavouras. Além disso, possuíam poucas sementes e não podiam arriscar perdê-las novamente³³⁷.

No que tange à criação de animais, a venda dos porcos, que era algo difícil de ocorrer entre os próprios vizinhos, haja vista que a maioria das famílias que possuía os suínos em abundância, se tornou algo comum. Isso porque, algumas famílias que não tiveram todos os seus porcos mortos pela peste, acabavam vendendo algum desses animais para quem necessitasse refazer a criação³³⁸.

Mas não era só a venda que ocorria, nota-se também o estabelecimento de relações de solidariedade ou de “conveniência” entre as pessoas, pois algumas ao invés de vender os porcos, acabavam emprestando-os por determinado período para que as demais famílias do “criador” pudessem reconstituir a criação de suínos.

Percebe-se, portanto, que a ocorrência da infestação de gafanhotos e da peste suína abalaram as bases do “criador”, que a era a agricultura e a criação de animais, principalmente os porcos. Diante desses acontecimentos, poderia se esperar a ruína do “criador”, ou mesmo, uma migração das pessoas para a cidade, ou então, o abandono da prática do criadouro comunitário. Todavia, o “criador” estava amparado no trabalho comunitário, na religiosidade e nas relações de solidariedade e conveniências, que possibilitaram enfrentar os problemas, a praga e a peste, e produzir significados, re(inventar) práticas que, ao contrário do que se podia esperar, fortaleceram os laços e o modo de vida dessas pessoas.

³³⁷ MANEIRA PRIMO, Jeronimo. *Entrevista*. Op. Cit.

³³⁸ BERGER, Magdalena. *Entrevista*. Op. Cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou analisar e compreender, historicamente, as narrativas dos moradores de algumas localidades da zona rural de Irati-PR, mais especificamente Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, sobre uma infestação de gafanhotos ocorrida no final da década de 1940 nesses locais, na tentativa de adentrarmos à esfera do cotidiano, das práticas e das significações desses sujeitos.

Na década de 1940 essas localidades organizavam-se a partir de um espaço comum para a criação de animais, sejam eles bovinos, caprinos, ovinos, suínos e equinos, denominado pelos moradores como “criador”. Especificidade de nosso recorte espacial, é que nesse período, as localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, formavam um único “criador”, ao contrário de outras localidades, que possuíam, individualmente, seu próprio espaço de criar animais em comum.

A existência de um espaço de criar animais em comum, juntamente com a prática de agricultura de subsistência, identifica no Centro-Sul do Paraná, organizações denominadas “sistema de faxinais” e/ou “faxinais”. Nesse “sistema” os animais são criados à solta em um espaço que, apesar das terras serem de propriedade privada, é utilizado de forma comum. Ao redor dessa área de criar, existe uma cerca que é construída e conservada coletivamente pelos moradores, a qual impede que os animais adentrem às plantações, que ficam localizadas fora do “criador”.

Conceitualmente, percebemos que “faxinal” adquiriu diferentes significações ao longo do tempo, inclusive dos próprios moradores de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro, e Faxinal dos Mellos, que definem sua organização enquanto “criador” e não como “faxinal”.

Utilizando de algumas escrituras de compra e venda de terras datadas da década de 1940, percebemos que “fachinal” nessas fontes, não adquiriam o sentido de um modo de vida ou organização daquele período, mas sim de um imóvel rural, que possuía como característica a presença da mata nativa e que, portanto, não era praticada a agricultura³³⁹.

Já na década de 1960, observamos que “faxinal” adquiriu outros “olhares” e, portanto, outras significações. A lei 288, sancionada em 10 de agosto de 1964 pela prefeitura municipal de

³³⁹ Nesses documentos as terras agricultáveis eram denominadas de “terras de cultura”, diferenciando-se das áreas que possuíam a mata nativa, chamadas de “terras de fachinal” ou “fachinal”.

Irati, bem como uma pesquisa publicada pelo médico Lourival Luiz Fornazzari em 1968, pudemos perceber que o “faxinal” foi interpretado não apenas enquanto um “imóvel rural”, mas sim, enquanto algo que necessitava ser regrado, normatizado, organizado.

Somente na década de 1980 é que as localidades consideradas como “faxinais” começaram a ser estudadas no âmbito acadêmico por autores de diferentes áreas de conhecimento como a Engenharia Florestal, Agronomia, Direito e Economia. Nesses trabalhos pudemos observar que o “faxinal” é visto enquanto uma organização que se diferencia de outros locais, e que, portanto, necessita ser pesquisado e ao mesmo tempo preservado. Observamos que é nesse período que se construiu, em âmbito acadêmico, o conceito de “faxinal” e/ou “sistema faxinal” e que a grande maioria dos trabalhos que foram produzidos após esse período, utilizaram tais conceitos sem haver uma reflexão em torno dos mesmos.

Tais questões permitiram-nos perceber que os moradores de algumas localidades, como é o caso do Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, mesmo se organizando³⁴⁰ a partir de uma área de criação de animais em comum, e tendo, no caso das duas últimas, o termo “faxinal” no próprio nome da localidade, estes não reconhecem seu modo de vida enquanto “faxinal”, nem ao menos se denominam “faxinalenses”. O termo que se usa para se referir a sua organização é “criador”, o qual foi utilizado nessa pesquisa para se referir ao modo de vida dessas pessoas.

Ao denominar uma de suas práticas enquanto “criador” e não como “faxinal”, percebemos a particularidade dessas localidades. Cada grupo significa e interpreta suas práticas de maneira peculiar/específica. Dessa forma, entendemos que não se trata de uma “cultura dos faxinais”, mas sim “culturas”. O termo foi usado no plural no sentido de mostrar que cada “faxinal”, “criador” ou outras denominações que pode adquirir, não pode ser tratado como homogêneo, mas sim heterogêneo, ímpar, específico, com práticas e significações próprias.

Existem localidades consideradas “faxinais” que foram influenciadas por imigrantes poloneses, outras por ucranianos, outras por italianos (Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos) que, juntamente com os “caboclos”, fizeram de cada local um espaço único, singular. Espaço este que não é estático, mas modificável, fluido. São as “práticas inventivas” desses “sujeitos ordinários” que estão a cada momento transformando os “lugares”, criando

³⁴⁰ A localidade de Rio do Couro, desde 2001 deixou de se organizar a partir do criadouro comum. Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos ainda organizam-se de tal forma.

“espaços”.

A partir dessas considerações, buscamos perceber como era o cotidiano, os “lugares” e “espaços” no “criador” na década de 1940 e como as “práticas” foram (re)inventadas após uma infestação de gafanhotos ocorrida no final desse período. Também, partindo das narrativas dos moradores, analisamos as significações dadas para a chegada desses insetos.

Essa infestação de gafanhotos, conforme observamos nas fontes, destruíram praticamente todas as lavouras das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, inclusive as hortas e até mesmo a própria mata, gerando assim, um período de dificuldades na obtenção de alimentos. Isso porque, na década de 1940 as famílias, em sua maioria, organizavam-se em torno da agricultura de subsistência, plantando gêneros agrícolas como a batata inglesa, feijão, arroz, milho e trigo. Para tais atividades, percebemos que os instrumentos utilizados, baseavam-se na tração animal e na força humana, sendo que insumos e inseticidas eram praticamente desconhecidos por essas pessoas.

A prática da agricultura de subsistência, juntamente com a criação de animais, especialmente os porcos, eram, na década de 1940, a garantia da sobrevivência dessas pessoas. Os gêneros agrícolas produzidos na lavoura e a carne e demais derivados dos suínos estavam presentes na mesa da maioria dos moradores em seu dia a dia. O cardápio diferenciava-se aos domingos, que, ao invés da carne dos porcos, consumia-se a carne de frango, aves também criadas pelos moradores.

A infestação de gafanhotos que ocorreu, atingiu uma das bases de sobrevivência dessas pessoas, pois destruiu a maioria das roças, como isso iniciou-se um período de escassez de alimentos. As entrevistas, permitiram-nos perceber a “inventividade” desses moradores em meio a esta situação, não somente para conseguir alimentos, mas também na tentativa de eliminar os gafanhotos.

Diferentes métodos foram empregados contra os gafanhotos: abertura de valas no chão, uso de lança-chamas, barulho com latas e panelas, coleta dos ovos dos insetos, queimadas, benzedadeiras, enfim, o que se observou foi a “inventividade” desses sujeitos em meio às nuvens de gafanhotos que devoravam as plantações.

Mesmo com esses esforços, o comprometimento da lavoura foi inevitável e outras práticas foram empregadas para obter alimentos. Recorreu-se aos pequenos armazéns que existam na localidade do Rio do Couro, chamados de “bodegas” para comprar os produtos alimentícios. Como

muitas pessoas não possuíam dinheiro, o dono da bodega, por meio de relações de “conveniência” fornecia os produtos por meio da compra “à fiado”, ou então, trocando por produtos que o freguês possuía, como ovos por exemplo. Outras pessoas conseguiram comprar seus alimentos se utilizando do dinheiro que haviam conseguido com a extração da erva-mate, atividade frequente no “criador”.

Tais práticas, tentativa de eliminar os gafanhotos e a obtenção de alimentos, mostram como esses moradores não se mantiveram passivos em meio às dificuldades, as quais poderiam até mesmo por à prova a própria permanência das pessoas no campo, haja vista que a agricultura era umas das garantias de se obter alimentos e foi danificada pelos gafanhotos. O que percebemos foi a “inventividade”, as “mil maneiras de fazer” desses sujeitos em meio a essas condições. Práticas que estavam a todo o momento (re) inventando o “criador”.

Não bastasse a destruição das lavouras, poucos anos depois, ainda no final da década de 1940, ocorreu a peste suína que dizimou grande parte da criação de porcos no “criador”. Novamente, pudemos perceber o estabelecimento de relações de conveniência, de solidariedade entre esses moradores para que a criação dos suínos fosse reconstituída.

Levando-se em consideração que na década de 1940, os moradores do “criador” tinham como principal forma de obter alimentos o cultivo das lavouras e também a criação de suínos, percebemos que os gafanhotos e a peste atingiram o cerne dessa organização. Sem a possibilidade de criar os porcos por conta da peste suína, sem a lavoura de subsistência, esta atacada pelos gafanhotos, que, juntamente com os porcos garantiam o sustento das famílias, era de se esperar a ruína do “criador”. Um êxodo para as cidades, uma migração em massa. Todavia, essas pessoas enfrentaram essas dificuldades de forma “inventiva”, com o estabelecimento de relações de “conveniência”, e ainda produziram significados para a praga e a peste.

Ao analisarmos as fontes no decorrer desse trabalho, pudemos observar as várias significações que foram produzidas em torno desses acontecimentos, mesmo tratando-se de pessoas que conviviam em um mesmo local. Acreditamos que essas diferentes interpretações estavam relacionadas com a própria memória dessas pessoas, uma vez, que Eclea Bosi afirma que a memória de cada indivíduo está condicionada às relações que este estabelece com seus grupos de convívio, como a família, a escola, a igreja, a profissão³⁴¹, etc. Dessa forma, as significações e (re)significações podem estar associadas aos grupos de convívio de cada sujeito.

³⁴¹ Cf. BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Op. Cit.

Uma das significações para a “praga” de gafanhotos relaciona-se diretamente à religiosidade dessas pessoas, mais precisamente à igreja Católica. A Bíblia, que é o livro sagrado para os católicos, registra no livro do Êxodo as pragas enviadas por Deus ao Egito como forma de castigo, entre elas a “praga de gafanhotos”. Percebemos que alguns moradores ao significarem a chegada desses insetos no “criador” enquanto um castigo, estabeleceram uma relação com essa passagem bíblica.

A “explicação” para o tal castigo, na concepção de algumas pessoas, estaria relacionada a alguns moradores do “criador” que não haviam recebido alguns dos “Sacramentos”, principalmente o batismo. Dessa forma, a punição para esses “pagãos” teria sido a praga dos gafanhotos. Mas a “vítima expiatória” não eram apenas essas pessoas, mas também os padres, que raramente se dirigiam até a igreja do “criador”, a qual localizava-se na década de 1940 no Rio do Couro, com isso, muitas pessoas ficavam sem receber os sacramentos.

Percebemos que para alguns moradores, como o caso de Dirce Garzuze, a infestação de gafanhotos teria desencadeado uma série de mudanças no âmbito religioso no “criador”, pois a visita dos padres começou a ser frequente e as localidades de Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, construíram pequenas capelas para também realizarem suas rezas. Acreditamos que tais práticas, poderiam ter sido interpretadas como uma forma de “apaziguar” a ira divina ou os castigos que emanavam de Deus. Construir igrejas, receber visitas frequentes do padre, poderiam ter sido formas de evitar novos “castigos”.

Outra significação que observamos nas entrevistas, relaciona a chegada dos gafanhotos no “criador” não como algo sobrenatural, mas como um ciclo da própria natureza. Esse ciclo teria a duração de 30 anos. Como, após a década de 1940, não registrou-se nenhuma outra infestação de gafanhotos, acredita-se que esse ciclo tenha sido interrompido pelo uso de agrotóxicos que acabaram eliminando os insetos.

A análise das entrevistas, ainda nos permitiu observar que os prejuízos causados pelos gafanhotos não se restringiram apenas à destruição das lavouras, pois a peste suína, que ocorreu ainda no final da década de 1940, teria sido resultado do consumo dos insetos pelos porcos. Acredita-se que os gafanhotos eram portadores de um “veneno” que teria contaminado e levado os porcos à morte.

Tendo em vista essas questões, tanto a documentação escrita, quanto a documentação oral, nos permitiram sondar como era o cotidiano e as práticas dos moradores do “criador” na década de

1940, bem como perceber as relações de conveniência que se estabeleciam nesse espaço. Ainda, verificamos que essas práticas faziam do “criador” um espaço modificável, fluido, e não algo estático. A infestação de gafanhotos que ocorreu nesse momento mostrou como os sujeitos que moravam no “criador” não ficaram passivos ou alheios em meio às dificuldades causadas pela destruição das lavouras, pelo contrário, se mostraram “inventivos” não somente para eliminar os gafanhotos, mas também para conseguirem sua alimentação.

Em meio às dificuldades causadas não somente pelos gafanhotos, mas também pela peste suína, que colocaram à prova a própria organização dessas localidades, percebemos que ao contrário do que se poderia esperar, uma migração do campo para a cidade ou mesmo a desestruturação do “criador”, essas pessoas, por meio das relações de conveniência, solidariedade, inventividade, conseguiram superar essas dificuldades e fazer de seu modo de vida algo único e peculiar às “culturas dos faxinais”.

FONTES:

Acervos pessoais

- a) Clara Specht

Fotografias

- b) Maria Elizabet Maneira

LEANDRO, Esmeraldo. *Escritura Pública de Compra e Venda*. Gonçalves Júnior, 1941.

JÚNIOR AGULHAN, Miguel. *Escritura Pública de Compra e Venda*. Gonçalves Júnior, 1943.

- c) Regiane Maneira

SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. *Praga de gafanhotos*. São Paulo: Editora da Redação da “Revista Agrícola”, 1906.

Arquivo da Casa da Cultura de Irati

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Lei* nº 288. Irati, 1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 873 de 05/06/1942.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 930 de 22/12/1942.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 1.020 de 08/11/1944.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Alvará* de licença nº 11.154 de 24/06/1948.

GALICIOLI, José. *Telegrama*. Irati, 28 de maio de 1948.

GALICIOLI, José. *Telegrama* enviado ao Instituto Vital Brazil. Irati, 26 de agosto de 1948.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Notas para o jornal “Correio do Sul”*. Irati, 19 de março de 1948.

INSTITUTO VITAL BRAZIL: LABORATÓRIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS S/A. *Panfleto*. Niterói-RJ, sem data.

Arquivo Público do Paraná

LUPION, Moyses. *Mensagem de governo*. Curitiba, 1948. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1948_MFN_941.pdf. Acesso em 23.08.2010

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Comunicado*. Jacarezinho, 22 de outubro de 1946.

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Normas para a aplicação do crédito extraordinário. In: SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Relatório do exercício 1946*. 1946.

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Ofício*. Jacarezinho, 18 de outubro de 1946.

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Relatório*. 1946.

DELEGACIA DO SERVIÇO DE POVOAMENTO DO SOLO DO PARANÁ. *Relatório* anual dos núcleos coloniais de Iraty, Itapará e Jesuíno Marcondes. 1921.

BELTRÃO, Francisco Gutierrez. *Relatório*. Typographia d' Republica, 1907. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1906_MFN_712.pdf Acesso em 12/04/13.

RIBAS, Manoel. *Mensagem de governo*. Curitiba, 1936. p. 94. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1936_MFN_939.pdf

Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná

EM MARCHA para o Rio a nuvem de gafanhotos. *Diário do Paraná*, Curitiba, 01 de outubro de 1946.

INCALCULÁVEIS prejuízos causados pelas ondas de gafanhotos em Santa Catarina. *Diário do Paraná*, Curitiba, 18 de setembro de 1946, nº 274, ano II.

Arquivo da Associação de Agricultores e fruticultores de Faxinal do Rio do Couro

Livro de Atas

Arquivo da Associação de Agricultores São Sebastião e São Francisco de Rio do Couro e Faxinal dos Mellos

Livro de Atas

Arquivo CEDOC da UNICENTRO/Irati e Guarapuava

FOLHA DO OESTE. *A invasão dos gafanhotos*. Guarapuava, Paraná, 6 de outubro de 1946/ nº 20.

FORNAZZARI, Lourival Luiz. Investigações parasitológicas e socioeconômicas . In: *Revista O Debate*. nº 1, ano 1. Irati: Martins & Abib Ltda, 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI. *Ata* da 15ª sessão. Irati, 18 de agosto de 1948.

Fontes orais

BERGER, Magdalena R. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 27/02/2011.

BONKI, Alzira. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 24/03/2010.

GARZUZE, Dirce de Mello. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 18/05/2011.

LEMES, Alvindo. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 05/02/2011.

LONGATO, Joanim. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/13.

LONGATO, Josefa. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/13.

FRACARO, Batista. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 18/05/11.

PRIMO, Jerônimo Maneira. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 24/05/2011.

SPECHT, Clara. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 20/01/2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Osmar. *A colônia que veio do pó*. Gráfica Planeta Ltda, 2005.

ALMEIDA, W. B. Alfredo; SOUZA, Roberto M. de (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *História administrativa do Paraná (1948- 1998): criações competências e alterações das unidades administrativas do estado*. Curitiba: Imprensa oficial/DEAP, 2002. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana_1948a1998.pdf Acesso em 28/05/2013.

BACH, Arnaldo Monteiro. *Porcadeiros*. Ponta Grossa: Pallotti, 2009.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. *Liberdade para criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade texto e história: para ler história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CAMPIGOTO, José A. A hermenêutica na origem dos faxinais. *Revista de História Regional*. V. 14 n° 2, 127-153, Inverno, 2009. Disponível em : <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2355/1849> Acesso em 12/02/13.

CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). O fundo de pasto que queremos: política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto baianos. Salvador: CAR, abr. 2003. *Apud*: SANTOS, Diana Anunciação. *Da migração a permanência: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: http://www.nuclearufba.org/files/dissertacao_diana_anunciao_santos.pdf Acesso 12/02/13.

CARVALHO, H. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984. (mimeo)

CARVALHO, R; CAMPIGOTO, J.A; BENATTE, A.P. Os santos nos faxinais: religiosidade e povos tradicionais. *Topoi – Revista de História da UFRJ*, v. 12, n. 26, p. 140-160, jul./dez. 2011.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

———. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHANG, M. Y. *Faxinais: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná*. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR 1988.

CORÇÃO, Mariana. *Os tempos da memória gustativa: Bar Palácio, patrimônio da sociedade curitibana (1930-2006)*. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2007.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outro episódios da história cultural francesa*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002. p. 314-332. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf Acesso em 10/03/11.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Coleção Ditos e Escritos II. . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

———. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Tradução de Martha Conceição Gambini. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GRYCZYNSKA, Monika. *O casarão da serra: a saga dos imigrantes poloneses e seus descendentes no Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JANS JÚNIOR, Dones Cláudio. *A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940*. Dissertação (Mestrado em História)- UFPR, Curitiba. 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/Dones.pdf>. Acesso em 19/06/2013.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço e metodologia e da produção dos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, Deborah Magalhães. Construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Vol. 2, nº 2, dezembro/1999.

LÖWEN SAHR C. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária - *Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente*, 11 a 15 de novembro de 2005.

LUBENOW, Deisi das Graças Rizzo. *Discurso médico e políticas sanitárias no Paraná nos anos 1950 e a colonização dos sertões paranaenses*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba. 2012. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp103382.pdf> Acesso em 19/06/13.

MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná (Relatório Técnico)* – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.

MAZZA, Carlos Alberto da Silva; SANTOS, José Eduardo [et.al]. *Caracterização ambiental dos componentes estruturais da paisagem do município de Irati-Pr*. Boletim de pesquisa e desenvolvimento. Colombo: Embrapa, 2005.

MONTEIRO, P. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. Ed.. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar – sistema faxinal: Rebouças – 1950-1997*. 284 f. Tese (Doutorado em História). UNESP. Assis-SP, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: ———— *Obras Incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ORREDA, José Maria. *Gonçalves Junior*. In: Revista Irati 70 anos. Irati: O Debate, 1978.

———. *Irati*. vol. I. Irati, Pr: Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda, 1972.

———. *Irati*. vol. II. O Debate, 1974.

———. *Irati*, vol. III. Irati: O Debate, 1981.

OTTO, Clarícia. *Nos rastros da memória*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PAITRA, Cristina. *Imigração holandesa no distrito de Gonçalves Júnior (Irati-Pr) 1905-1911: a sobrevivência (im)possível*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2010

PRIMEIRO ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS. *Anais*. Irati-Pr, agosto/2005. Disponível em: <http://redefaxinal.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/anaisfaxinais.pdf>. Acesso em 02/01/2013

RISSEEU, P.J. *A terra que eu vos indicarei: a emigração da família Verschoor*. Manuscrito da década de 1960, traduzido por Dick Carlos de Geus. Carambei, S/E, 2004.

RUPP, M.; MARTINS, V. Mudanças culturais nos faxinais In: SOCHODOLAK, H.; CAMPIGOTO, J. A. *Estudos em História Cultural na região sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *Revista História: Questões & Debates*. n. 42, Curitiba, jan./jun. 2005.

SCHUSTER, Wladimir Teixeira. *A formação dos faxinais na região centro sul do Paraná*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UEPG. Ponta Grossa, 2010.

SOARES, Luis Cesar; SOCHODOLAK, Hélio. *Elementos da cultura faxinalense em Inácio Martins* (Relatório de Iniciação Científica) UNICENTRO. Irati, 2008

—————; SHAR Cicilian Löwen. Faxinal do presente e faxinal do passado: transformações no uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo –Pr. *Revista das Ciências exatas e da terra, ciências agrárias e engenharias*. V. 15, nº 01, abril de 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/exatas/article/view/970/841> Acesso em: 12/09/12.

SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçom. Os faxinais da região das araucárias. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oseias. (orgs) *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

SOUZA, R. M. *Transformações Econômicas e Sociais e Trajetória na Agricultura Familiar: Estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Santa Maria. Santa Maria, 2001.

SPONHOLZ, Newton. *A terra e o homem no sul do Paraná: problemas e perspectivas*. Irati: Martins & Abib, 1971.

TAVARES, Luis Almeida. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. 756 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) - USP, São Paulo, 2008.

TELEGINSKI, Neli Maria. *Bodegas e bodegueiros em Irati-Pr na primeira metade do século XX*. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR. Curitiba, 2012.

THOMAZ, Edivaldo Lopes. Sistema Faxinal: pesquisa na UNICENTRO e perspectiva de estudos ambientais. *Revista Terra Plural*, Ponta Grossa, v. 5, nº 2, p.199-212, jul./dez. 2011.

TORRES, Paulo Rosa. *Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos no semiárido baiano (1980 - 2010)*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial e desenvolvimento social) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2011.

VIANA, Francisco Cecílio. *História e memória da peste suína africana no Brasil 1978-1984: passos e descompassos*. 106 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – UFMG – Escola Veterinária, Belo Horizonte, 2004.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do
PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do
PPGH/UNICENTRO.

Irati (PR), 07 de agosto de 2014.


Regiane Maneira